

ATRICON

Revista

Relatório de Gestão

2022 | 2023



DEMOCRACIA
REPÚBLICA
PRERROGATIVAS
CAPACITAÇÃO
FISCALIZAÇÃO
CIDADANIA
MEDICÃO
PESQUISAS
EDUCAÇÃO
GESTÃO PÚBLICA
DESEMPENHO
COMUNICAÇÃO
SOLIDARIEDADE
TRANSPARÊNCIA



REVISTA ATRICON

GESTÃO 2022/2023



Conselheiro Cezar Miola

Presidente da Atricon, Gestão 2022/2023

Agilidade, presença e compromisso com a democracia

Desde sua fundação, a Atricon tem se dedicado à missão de aprimorar o Controle Externo e promover a excelência na gestão pública. No último biênio, coube à nossa gestão dar continuidade a essa trajetória, que já conta com mais de três décadas de realizações notáveis para as instituições e a sociedade brasileira.

Esta revista oferece ao leitor uma compilação das principais ações, dos debates levantados e das decisões tomadas ao longo desse período. Além disso, do-

cumenta, por meio de artigos e entrevistas, ideias que pautaram nossas práticas – e que devem seguir inspirando órgãos de controle e outras instituições. Importante destacar que nem todas as realizações foram contempladas nas páginas a seguir. Elas trazem um recorte do que divulgamos nos nossos canais de comunicação ao longo desses dois últimos anos. Esse olhar ressalta os resultados das ações priorizadas pela entidade e que constaram no discurso de posse.

Entre os principais proje-

tos aqui apresentados estão o Programa Nacional de Transparência Pública, que examina a disponibilização de informações de pelo menos 8 mil portais públicos em todo o país, e o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas, principal instrumento de avaliação da atuação dos órgãos de controle. A iniciativa tem como finalidade identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria nas rotinas administrativas, de fiscalização e julgadoras dos órgãos de controle, além de dar visibilidade às boas práticas desenvolvidas.

Na área da educação, nossos projetos também têm alcançado grande impacto, com destaque para a Operação Educação, que examinou a infraestrutura de escolas em todo o país, garantindo um ambiente mais seguro e adequado para o aprendizado. Também reafirmamos nosso engajamento com ações em defesa do Plano Nacional de Educação, da concretização das políticas em defesa da Primeira Infância e da educação antirracista, entre outras propostas significativas.

Atuamos fortemente na defesa das prerrogativas de nossos membros, acompanhando debates sobre temas importantes junto ao Congresso Na-

cional, ao Supremo Tribunal Federal (STF) e aos tribunais superiores, como a tramitação da PEC nº 10/2023. Garantimos ações práticas como a formalização da parceria entre a Atricon e a Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira (Jusprev), que permite a nossos associados terem acesso a um plano de previdência complementar. Em dezembro de 2023, avançamos na tramitação da PEC da Essencialidade dos Tribunais de Contas, uma reivindicação antiga do Controle Externo, que assegura as competências constitucionais dos Tribunais de Contas em prol de uma Administração Pública prober, transparente, eficiente e eficaz.

Realizamos ainda investimentos relevantes, como a aquisição das salas da nova sede, para melhorar a infraestrutura para a realização de nossas atividades administrativas. Convidamos nossos associados a usufruírem dos novos espaços, planejados como ambientes fomentadores de convívio e trocas de experiências.

Fica igualmente destacado nestas páginas nosso compromisso com a igualdade de gênero, uma das agendas que unem nossos esforços na fiscalização da Administração Pública, bem

como nossa dedicação à defesa dos direitos fundamentais, reconhecendo que a renovação de referências e aprendizagem contínua são fundamentais para o desenvolvimento das instituições.

Aproveito para agradecer o apoio, as oportunidades e as contribuições recebidas de Poderes, órgãos, entidades e imprensa, com quem dialogamos, debatemos e construímos nesse período, em especial: entidades coirmãs do Sistema, presidentes e membros dos Tribunais de Contas, Ministério Público de Contas, auditores de Controle Externo, comissões e grupos de trabalho, equipes técnicas e administrativas e assessores.

O mundo está mudando em acelerada velocidade. É motivador trabalhar com os 33 Tribunais de Contas do Brasil e com a equipe da Atricon, que têm demonstrado cada vez mais sintonia com a realidade dos dias presentes. Nesse sentido, além de levarem em conta os benefícios da tecnologia, da ciência de dados e da inteligência artificial, também estão atentos às novas demandas da sociedade e às atualizações do debate público.

Como mencionei em meu discurso de posse, em fevereiro



É motivador trabalhar com os 33 Tribunais de Contas do Brasil e com a equipe da Atricon, que têm demonstrado cada vez mais sintonia com a realidade dos dias presentes.

de 2022, o Brasil é um país de urgências, e por isso trabalhamos arduamente nas diferentes frentes com as quais nos comprometemos ao assumir a gestão da Atricon.

É dessa forma que os órgãos de controle fortalecem e aprimoram a cada dia sua função de acompanhar o desempenho da Administração Pública na perspectiva da legalidade, da moralidade e, sobretudo, da eficiência e da efetividade. O Brasil – as brasileiras e os brasileiros – pode continuar contando com o trabalho ágil, dinâmico, presente, republicano e comprometido com a democracia dos Tribunais de Contas e da Atricon.



SUMÁRIO

6 GESTÃO 2022/2023

- 08 Posse conjunta da Atricon, IRB e Abracom
- 11 Plano de Gestão
- 12 Diretoria 2022/2023

14 GRANDES PROJETOS

- 16 Programa Nacional de Transparência Pública
- 25 Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas
- 32 Rede InfoContas
- 33 Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla)
- 34 Operação Educação
- 38 Sede de Aprender
- 40 Acessibilidade
- 41 MapBiomias
- 42 Guia de Controle Externo da Gestão Florestal
- 44 Diretrizes para Atuação do Controle Externo da Gestão Ambiental
- 45 Diretrizes de Comunicação do Sistema Tribunais de Contas
- 46 Conselhos Sociais e Gestão Democrática na Educação
- 47 Seleção e Formação de Diretores
- 50 Linguagem Simples e Direito Visual

52 GESTÃO ADMINISTRATIVA

- 54 Iniciativas
- 56 Nova sede
- 58 Criação de Banco de Milhagens

60 EVENTOS

- 62 30 anos da Atricon
- 68 Encontro Nacional dos Tribunais de Contas
- 70 Congresso de Comunicação dos Tribunais de Contas
- 72 Congressos Ambientais
- 74 Congresso Internacional dos Tribunais de Contas
- 86 Futuro sem racismo

88 ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO

- 90 Portarias
- 92 Notas Recomendatórias
- 93 Notas Recomendatórias Conjuntas
- 94 Primeira Infância
- 95 Posse de conselheiros
- 96 Grupos de Trabalho

100 ATUAÇÃO NO CONGRESSO

- 100 PEC nº 02/2017
- 101 PEC da Reforma Tributária
- 102 PEC da Essencialidade dos TCs
- 104 Atuação da Assessoria Parlamentar

106 COMUNICAÇÃO

- 108 Ampliação dos canais de comunicação
- 110 Apoio a campanhas
- 113 Relacionamento com a imprensa
- 114 Relacionamento institucional e parcerias
- 116 Projeto Comunica

118 GESTÃO 2024-2025

- 120 Nova Diretoria Atricon

122 ENTREVISTAS

- 124 Miles Taylor
- 128 Simon Schwartzman

134 ARTIGOS

- 136 Bruno Dantas
- 138 Katia Brembatti
- 140 Priscila Cruz

142 EXPEDIENTE



Fique por dentro

As informações e declarações que constam nos textos ao longo desta revista são referentes aos períodos indicados nas reportagens.

GESTÃO 2022/2023

Posse conjunta da Atricon, IRB e Abracom

Plano de Gestão

Diretoria 2022/2023





“O Brasil é um país de urgências”, afirmou presidente da Atricon na cerimônia de posse



A articulação institucional, o uso de tecnologias na área da fiscalização e o fortalecimento do Sistema de Controle Externo foram alguns dos temas abordados nos discursos dos novos presidentes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do Instituto Rui Barbosa (IRB) e da Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), realizados no dia 22 de fevereiro de 2022, em Brasília.

O presidente da Atricon, gestão 2022/2023, Cezar Miola (TCE-RS), destacou que a entidade tem intensa atuação no âmbito nacional, sempre comprometida com o regime democrático e com o princípio republicano. “O Brasil é um país de urgências. Cada criança fora da escola, cada cidadão que não en-

contra um tratamento digno no sistema de saúde, cada família que vive em área de risco, cada trabalhador sem transporte coletivo são exemplos dos nossos desafios. Essa urgência, no entanto, não pode ser enfrentada com improviso. Espalhados pelo país, os Tribunais de Contas têm o importante papel de induzir a Administração Pública a adotar políticas capazes de enfrentar essas e outras deficiências e a fiscalizar a execução das medidas implantadas. Em conjunto, na Atricon, somos capazes de amplificar essa tarefa. Nos próximos dois anos, pretendemos atuar na defesa das prerrogativas dos membros dos órgãos de controle e no fortalecimento institucional, procurando contribuir decisivamente para a melhoria da vida da população”, ressaltou.

Cezar Miola destacou temas de grande relevância em seu discurso, como Administração Pública, educação e igualdade



Leia o QR Code acima para assistir à íntegra da posse



O que disse Cezar Miola sobre os seguintes temas:

Administração Pública

“Tenho presente que há inúmeros desafios a serem enfrentados, com ênfase na defesa das prerrogativas dos membros e do devido processo legal. Ao mesmo tempo, é substancial zelar pelas competências constitucionais dos Tribunais de Contas, em prol de uma Administração Pública proba, transparente, eficiente e eficaz.”

30 anos da Atricon

“2022 é um ano marcante: bicentenário da Independência do Brasil e, particularmente para nós, motivo de júbilo pelos 30 anos da Atricon. Haveremos de celebrar e atuar tomando também como referência essas datas tamanho significativas para a Nação e para o Sistema de Controle Externo.”

Equidade e igualdade

“Igualdade e equidade de gênero e enfrentamento ao racismo são exemplos do agir solidário que podemos estabelecer no ambiente institucional e com a sociedade. Equidade e igualdade que nos levam a dizer, apenas para ilustrar, que é ainda escassa a presença da mulher nos nossos Colegiados de Contas - não são escolhas nossas, é certo, mas podemos atuar pela mudança.”

Sombras e claridade

“O acesso à informação já deu passos em direção à claridade, mas ainda estamos com muitas sombras na Administração Pública. Lembremos sempre o óbvio: transparência é a verdadeira regra de ouro; não permitamos que o inverso prevaleça.”

Educação e dignidade

“Sem educação, não há dignidade, mas o fato é que mais de 5 milhões de meninas e meninos não tiveram acesso a qualquer – repito – qualquer conteúdo durante os dois últimos anos. Um desastre que se soma a outro: temos 2,4 milhões de crianças de 6 a 7 anos que não sabem ler e escrever.”

Sem preconceitos

“Nossa Constituição chegou aos 33 anos. É ela que nos inspira e baliza, a partir dos objetivos fundamentais da República, cuja síntese pode ser encontrada já no seu preâmbulo, expressa na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”



Plano de Gestão 2022/2023

O Plano de Gestão 2022-2023 (PGA) foi elaborado a partir de inúmeras reuniões virtuais, debates, alinhamentos e resultou do trabalho conjunto dos vice-presidentes e dos diretores da Associação e de seus respectivos assessores. Essencialmente, é fruto da crença de que o planejamento é fundamental para o sucesso das ações, aqui voltadas à integração e ao fortalecimento do Sistema Tribunais de Contas do Brasil.

A reunião para aprovação do PGA foi realizada por 25 dirigentes da Associação na sede do Tribunal de Contas do Estado

de Santa Catarina (TCE-SC). O documento propôs 10 objetivos estratégicos, indicadores, metas e 22 projetos detalhados em entregas, responsáveis e prazos.

No encontro, o presidente da entidade, Cezar Miola, ressaltou que o PGA é um método de gerenciamento que permite a participação de toda a Diretoria e respectivas equipes de apoio. “Essa iniciativa oportuniza a construção das principais ações da entidade de forma coletiva e consensuada, com a devida correção de rumos sempre que necessário”, disse.

A reunião também contou com os principais resultados

do plano de ação dos primeiros 100 dias de gestão, apresentados pelo vice-presidente executivo, Edilson de Sousa Silva. “Findamos esse período com a totalidade das metas atendidas, o que demonstra o comprometimento da gestão com o planejamento definido”. Sousa citou alguns dos projetos que foram lançados, como o Programa Nacional de Transparência Pública, a assinatura de um convênio com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para nortear a realização de auditorias ordenadas na área de educação e a realização do ciclo 2022 do MMD-TC.



O planejamento é essencial para o alcance de sucesso das ações e, em consequência, ao fortalecimento dos Tribunais de Conta de todo o Brasil



Presidente
Cezar Miola (TCE-RS)



Vice-Presidente Executivo
Edilson de Sousa Silva (TCE-RO)



Vice-Presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos
João Antonio (TCM-SP)



Vice-Presidente de Desenvolvimento do Controle Externo
Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES)



Vice-Presidente de Relações Internacionais
Adircélio de Moraes Ferreira Júnior (TCE-SC)



Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais
Milene Dias da Cunha (TCE-PA)



Vice-Presidente de Relações Político-Institucionais
Joaquim Alves de Castro Neto (TCM-GO)

Diretores de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos



Gilberto Jales (TCE-RN)



Humberto Lustosa (TCE-GO)



Naluh Gouveia (TCE-AC)



Roberto Debacco Loureiro (TCE-RS)



Sebastião Cezar Leão Colares (TCM-PA)

Diretores do Desenvolvimento do Controle Externo



Carlos Neves (TCE-PE)



Fabrício Macedo Motta (TCM-GO)



Felipe Galvão Puccioni (TCM-RJ)



Jaylson Campelo (TCE-PI)



Soraia Thomaz Dias Victor (TCE-CE)

Diretores de Relações Internacionais



Fernando
Rodrigues Catão
(TCE-PB)



Marco Peixoto
(TCE-RS)



Marcus Presídio
(TCE-BA)



Otávio Lessa
(TCE-AL)



Wanderley
Geraldo de Ávila
(TCE-MG)

Diretores de Relações Jurídico-Institucionais



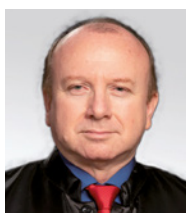
Cláudio Couto
Terrão (TCE-MG)



Gonçalo Domingos
de Campos Neto
(TCE-MT)



Caldas Furtado
(TCE-MA)



Odilon Inácio
Teixeira (TCE-PA)



Rafael Fonsêca
(TCE-SE)

Diretores de Relações Político-Institucionais



Luiz Antônio
Guaraná (TCM-RJ)



Manoel Pires dos
Santos (TCE-TO)



Marcos Coelho
Loreto (TCE-PE)



Michel Houat
(TCE-AP)



Renato Martins
Costa (TCE-SP)

Conselho Fiscal (titulares)



Susana Maria
Fontes Azevedo
Freitas (TCE-SE)



Mario Manoel
Coelho de Mello
(TCE-AM)



Plínio Carneiro
da Silva Filho
(TCM-BA)



Francisco Júnior
Ferreira da Silva
(TCE-RO)



Manoel Dantas
Dias (TCE-RR)



Telmo de
Moura Passareli
(TCE-MG)

Conselho Fiscal (suplentes)

GRANDES PROJETOS

Programa Nacional de Transparência Pública

Marco de Medição de Desempenho dos
Tribunais de Contas

Rede InfoContas

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção
e à Lavagem de Dinheiro (Enccla)

Operação Educação

Sede de Aprender

Acessibilidade

MapBiomas



Guia de Controle Externo da Gestão Florestal

Diretrizes para Atuação do Controle Externo
da Gestão Ambiental

Diretrizes de Comunicação do Sistema Tribunais
de Contas

Conselhos Sociais e Gestão Democrática
na Educação

Seleção e Formação de Diretores

Linguagem Simples e Direito Visual



Os primeiros resultados do PNTP se tornaram públicos durante o VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (ENTC), no Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 2022

GRANDES PROJETOS

Acesso à informação e engajamento por meio do Programa Nacional de Transparência Pública

O Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) foi lançado pela Atricon em 24 de maio de 2022. O projeto tem como objetivo mapear e verificar as informações disponibilizadas

por sites dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das próprias Cortes de Contas, do Ministério Público e das Defensorias Públicas das respectivas esferas de governo. É um mecanismo que visa garantir o aces-

so à informação, estimulando e orientando órgãos e entidades para práticas de transparência ativa – divulgação pública sem necessidade de solicitação.

O PNTP é uma iniciativa promovida pela Atricon com os

Tribunais de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e da União (TCU), com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), da Associação Brasileira de Tribunais de Contas de Municípios (Abracom), do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).

A cerimônia de lançamento foi realizada na sede do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), com a presença do jornalista Tiago Mali. Diretor da Abraji, Mali já foi chefe de redação no Poder360, editor na Revista Época, redator-chefe na Revista Galileu e editor dos sites da ONU e do PNUD no Brasil.

“O trabalho realizado por nós, jornalistas, depende diretamente do acesso às informações. A aprovação dessa legislação foi de extrema importância. Até 2020, segundo levantamento do Fórum de Direito ao Acesso a Informações Públicas, foram contabilizadas pelo menos 2,6 mil reportagens subsidiadas por dados solicitados por meio da Lei de Acesso”, pontuou Mali.

Já o presidente da Atricon, Cezar Miola, destacou que a transparência permite o engajamento cívico da população na formulação, no acompanhamen-

to e na avaliação das políticas públicas, inclusive sob a forma de reivindicações e sugestões.

“O acesso à informação pode ainda ser visto como um aliado do administrador público, que, premido de recursos, se coloca na posição de priorizar algumas demandas, em detrimento de outras, não raro se deparando com as chamadas escolhas trágicas. Nessas situações, a transparência é o instrumento pelo qual se poderá justificar à população as opções efetivadas e a sua motivação, fazendo dela um aliado do bom gestor”, avaliou Miola.

A coordenação do PNTP é de responsabilidade do conselheiro do Tribunal de Contas do Mato Grosso (TCE-MT) e ex-presidente da Atricon, Antonio Joaquim. O coordenador agradeceu ao presidente do TCE-MT, José Carlos Novelli, pela disponibilização de uma equipe para o desenvolvimento de uma metodologia de adesão ao programa, ressaltando que o apoio de todos os presidentes dos TCs é fundamental para o sucesso da iniciativa. “O segredo da efetividade do PNTP é a adesão dos Tribunais. Se os Tribunais não aderirem de forma apaixonada, nada será resolvido. Nossa grande meta é a sensibilização dos presidentes, para que eles assinem e executem o programa”, destacou Joaquim.



“O segredo da efetividade do PNTP é a adesão dos Tribunais. Se os Tribunais não aderirem de forma apaixonada, nada será resolvido. Nossa grande meta é a sensibilização dos presidentes, para que eles assinem e executem o programa.”

Antonio Joaquim

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e coordenador do PNTP

LANÇAMENTO DA CARTILHA

Em 5 de julho de 2022, mais um importante passo do PNTP teve avanço. Foi o lançamento da Cartilha do programa, que aborda de forma resumida e didática uma série de informações que devem ser disponibilizadas pelas administrações públicas em seus portais. O

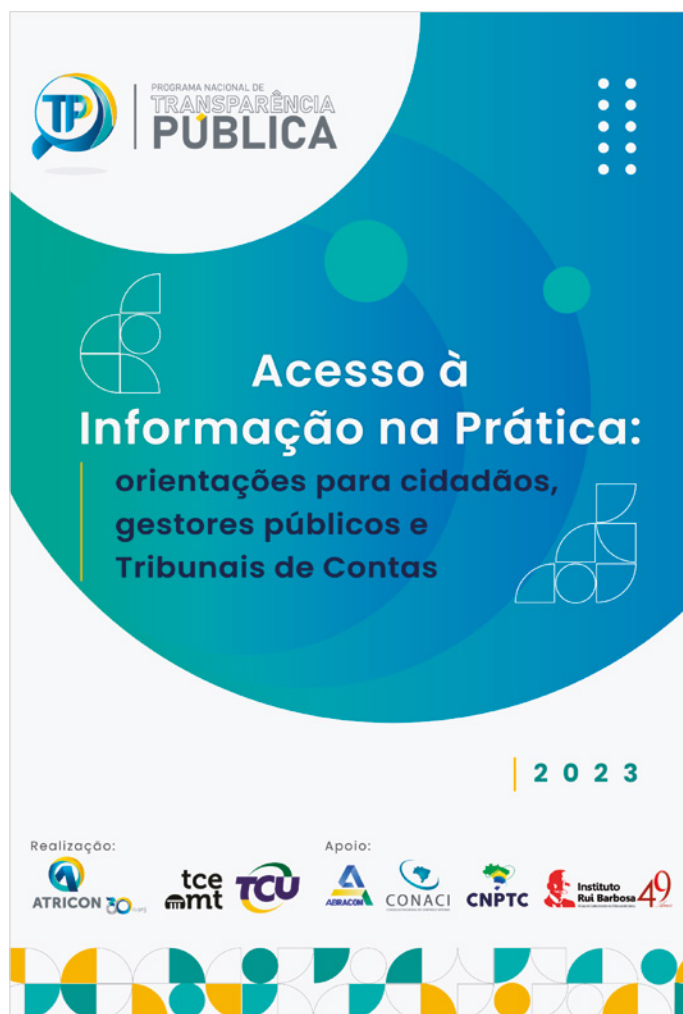
guia leva em consideração as exigências trazidas pelas Leis de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), das Ouvidorias Públicas (Lei Federal nº 13.460/2017) e de Responsabilidade Fiscal (Leis Complementares Federais nº 101/2000, nº 131/2009 e nº 156/2016).

A edição foi produzida com conteúdos disponibilizados pelo Tribunal de Contas do

Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). Por ocasião do lançamento, o presidente da Atricon, Cezar Miola, afirmou que o documento “é resultado da conjugação de esforços dos órgãos de Controle Externo e Interno, na perspectiva cada vez mais afirmada no Sistema Tribunais de Contas de um agir colaborativo, indutor e orientador por parte dessas instituições”.

O coordenador do PNTP e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), Antonio Joaquim, considerou que “a iniciativa pretende oferecer um referencial de entendimento para os Tribunais de Contas, órgãos responsáveis pelo exame dos portais, bem como se apresentar como instrumento de orientação e fomento à transparência voltado aos gestores públicos”.

Já em 2023, a cartilha passou por uma reformulação. Além das contribuições do TCE-RS, a nova edição contou também com a colaboração do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). A versão atualizada está disponível desde maio de 2023 no site da Atricon, ganhando o título de *Acesso à Informação na Prática: Orientações para Cidadãos, Gestores Públicos e Tribunais de Contas*.



Uma cartilha do PNTP foi elaborada para abordar, de maneira resumida, informações que devem ser disponibilizadas pelas administrações públicas em seus portais



Leia o QR Code acima para acessar o documento

RADAR

Os primeiros resultados do PNTP se tornaram públicos com a entrega para a sociedade do Radar da Transparência Pública, em 17 de novembro de 2022, durante o VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (ENTC), no Rio de Janeiro.

O Radar é um portal na internet que divulga os índices de transparência de cerca de 8 mil instituições do país. Os dados foram coletados pelos Tribunais de Contas, com o apoio dos con-

troladores internos, entre maio e novembro de 2022. A cada ano, os dados serão atualizados a partir de nova coleta do material.


Em entrevista à Rádio Justiça, o coordenador do PNTP e conselheiro do TCE-MT, Antonio Joaquim, avaliou o lançamento como um marco na história do país: “Considero um momento histórico essa contribuição que os Tribunais e a Atricon estão oferecendo para a sociedade brasileira.”

O portal é interativo e permite filtrar e cruzar dados, sen-

do possível consultar os critérios de transparência atendidos em cada site institucional, como, por exemplo, se há a divulgação de dados de receita, despesa e folha de pagamento.

É possível também acessar o índice de transparência por Estado e por outros recortes. Os portais foram classificados nas categorias Diamante, Ouro, Prata, Intermediário, Básico, Inicial ou Inexistente, de acordo com o índice de transparência alcançado. Os destaques receberam um selo de transparência pública.

Destaques do Radar da Transparência Pública em 2022

 **8.016**
portais avaliados
em todo o Brasil

 **4.304**
Municípios
avaliados

98% dos portais divulgados apresentam alguma inconformidade com os critérios PNTP

367 selos Diamante alcançados (índice de transparência acima de 95%)

71,05% de média do índice de transparência do Poder Executivo

67,07% de média do índice de transparência da Esfera Municipal

62,31% de média do índice de transparência do Poder Legislativo

25,67% dos portais não contam com Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

100 instituições sem portal



Acesse o portal pelo link
radardatransparencia.atricon.org.br
ou pelo QR code ao lado



O mês de novembro é o período adotado para promover ações de estímulo ao acesso à informação

DIA DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

O dia 18 de novembro foi instituído como o dia da transparência pública no âmbito do Sistema Tribunais de Contas. A definição consta de uma resolução da Atricon, publicada em dezembro de 2022.

A resolução também defi-

niu que o mês de novembro é o período adotado para o desenvolvimento de ações de estímulo ao acesso à informação, incluindo o mapeamento do nível de transparência da Administração Pública no Brasil.

AVANÇOS EM 2023

Os critérios de avaliação que balizam o diagnóstico de

transparência feito pelos Tribunais de Contas foram atualizados para 2023. Os novos parâmetros foram divulgados em 4 de maio de 2023, no treinamento de técnicos para o segundo ciclo do PNTP.

Segundo Elisa Rohenkohl (TCE-RS), que participa da coordenação do projeto, com as mudanças, o grau de transparência a ser exigido será maior. Dentre as atualizações, foram indicados novos temas que deverão constar dos portais, como a inclusão do botão do site Radar na página principal, inserção de dados sobre obras, informações relativas a colaboradores terceirizados e estagiários, concursos públicos e outros pontos de interesse da sociedade.

Foi estabelecido também um detalhamento maior de temas que já eram objeto de verificação, como datas de admissão, exoneração, inativação de servidores, autoridades e membros, carga horária semanal do cargo ou função ocupada, além de lista de licitantes.

Os 33 Tribunais de Contas brasileiros aderiram ao programa e analisam a transparência ativa de pelo menos 8 mil portais públicos em todo o país.

Os resultados do segundo ciclo do PNTP, em 2023

Os resultados do segundo ciclo do PNTP foram apresentados em 13 de novembro de 2023, durante o seminário “Transparência em foco: controle e participação social”. O evento ocorreu em Brasília, promovido pela Atricon em conjunto com os Tribunais de Contas da União (TCU) e do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), com apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), da Associação Brasileira de Tribunais de Contas de Municípios (Abracom), do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).

Além da apresentação do PNTP, o evento contou com debates e palestras sobre temas como a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados. Na ocasião, o presidente da Atricon, Cezar Miola, reafirmou o compromisso da entidade com o estímulo da disponibilização das informações públicas.

Sobre os novos dados do PNTP, o presidente esclareceu que os resultados foram impactados por um grau mais elevado de requisitos de avaliação. “Nes-

ta segunda edição da pesquisa, houve a elevação do nível de exigência de alguns critérios analisados, tanto no que se refere a aspectos quantitativos quanto a elementos qualitativos. Com o objetivo de ampliar a aderência aos novos parâmetros, lançamos uma cartilha que reúne orientações sobre as informações que devem ser colocadas à disposição dos cidadãos nesses espaços. A publicação foi uma etapa preparatória para a fase de análise que concluímos agora”, afirmou Miola.

OS NÚMEROS

Por conta da alteração, o número de portais contemplado pelo selo Diamante (grau máximo de transparência) caiu de 367 para 239.

No entanto, apesar do aumento da dificuldade em obter a certificação, houve uma modesta melhoria no nível de transparência dos portais federais, estaduais e distritais (0,6%, 0,5% e 5,6%, respectivamente).

Da mesma forma, foi verificado avanço no âmbito do Poder Executivo Federal (47,4%), dos Legislativos Estaduais e

Distrital (3,9% e 9,1%, respectivamente), dos Ministérios Públicos (4,4%), dos Tribunais de Contas (2,3%) e das Defensorias Públicas (8,7%).

O novo levantamento também destacou que os portais dos Tribunais de Contas apresentam os mais altos níveis de transparência (90,42%), seguidos pelos sites dos Ministérios Públicos (85,68%), dos Judiciários (78,75%), das Defensorias Públicas (70,13%), dos Executivos (59,49%) e dos Legislativos (55,37%) brasileiros.

O coordenador do projeto, conselheiro Antonio Joaquim (TCE-MT), ressaltou que os resultados da pesquisa demonstram que os Poderes e órgãos apresentaram avanços em relação à transparência, mas ainda há distância do cenário ideal. “Apenas 16% dos sites avaliados alcançaram o mínimo de transparência de 75%”, relatou Joaquim.



Leia o QR Code ao lado para acessar todos os dados do segundo ciclo de avaliação do PNTP

Um amplo encontro de capacitação do PNTP

O Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) foi tema de um treinamento, entre 4 e 5 de maio de 2023, com 330 técnicos dos Tribunais de Contas de todo o país. Lançado no ano anterior, foi a primeira vez que o projeto contou com um evento de capacitação tão amplo.

O encontro foi promovido na sede do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP) e transmitido online para todo o Brasil. Controladores internos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes de Ministérios Públicos e de Defensorias Públicas, participaram dos dois dias de encontro.

A atividade objetivou capacitar os envolvidos no PNTP quanto à metodologia de análise dos portais públicos, já que uma das ações centrais do projeto é a avaliação anual do nível de transparência ativa dos sites dos Poderes e órgãos fiscalizados pelos Tribunais de Contas, incluídos os mantidos pelas próprias instituições de Controle Externo.

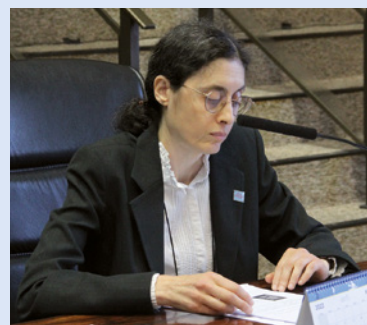
O primeiro ciclo do PNTP resultou na criação do Radar da Transparência Pública, portal

que reúne informações sobre o nível de transparência de cada instituição fiscalizada. No treinamento, foram detalhadas as alterações nos critérios de avaliação do segundo ciclo, vigente em 2023. O coordenador-geral do PNTP, conselheiro Antonio Joaquim (TCE-MT), destacou que as novidades resultarão em um trabalho mais qualificado: “Teremos uma ampliação dos itens a serem verificados nos portais e maior rigor nas análises”, declarou Joaquim.

O coordenador técnico do projeto e vice-presidente executivo da Atricon, Edilson de Sousa Silva (TCE-RO), compartilhou da mesma opinião e ressaltou a adesão do Tribunal de Contas da União ao PNTP. “Com isso, temos a participação de todos os órgãos de controle do país”, concluiu o coordenador.

Na abertura do treinamento, o presidente da Atricon, conselheiro Cezar Miola, em vídeo, salientou que a transparência permite o engajamento cívico da população na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas, inclusive sob a forma de reivindicações e sugestões.

O que disseram os professores:



A introdução da transparência nos princípios da Administração Pública, a partir do Século XX, trouxe progressos significativos neste campo.

Irène Bouhadana



A contribuição de dados abertos é fundamental no combate à corrupção.

William Gilles

Miola também apontou que “o envolvimento de todos em favor da transparência dos dados é fundamental e envolve, além do controle externo, o controle interno e os jurisdicionados”.

Já o presidente do TCM-SP, conselheiro Eduardo Tuma, citou que “o Programa é um marco na busca da concretização do princípio da transparência na Administração Pública brasileira e um passo necessário para a consolidação do Estado Democrático de Direito, na medida em que possibilita a ampliação do acesso à informação e a participação dos cidadãos”.

AULA MAGNA

Na manhã do primeiro dia de capacitação, os auditores participaram de aula magna ministrada pelos professores William Gilles e Irène Bouhadana, diretores do Mestrado em Direito Digital da Sorbonne. Gilles e Bouhadana também lideram o Instituto Mundial de Desenvolvimento para a Boa Governança Pública (IMO-DEV), uma organização científica sem fins lucrativos que reúne especialistas e pesquisadores em torno da compreensão e dos impactos da sociedade digital.

Durante a explanação, os



O treinamento, que contou com a participação de 330 técnicos de todo o país, objetivou capacitar os envolvidos no projeto quanto à metodologia de análise dos portais públicos

professores apresentaram princípios necessários para a efetivação de um governo transparente, que envolvem o direito ao acesso à informação pública e à reutilização dos dados, o papel dos cidadãos nas decisões das políticas públicas, a confiabilidade das informações e a necessidade da promoção de ações para a difusão da cultura de divulgação dos dados abertos para a apropriação da sociedade.

A professora Bouhadana chamou atenção para o fato de que a busca pelo governo transparente existe desde a Antiguidade. No entanto, explicou que “a introdução da transparência

nos princípios da Administração Pública, a partir do século XX, trouxe progressos significativos neste campo”.

Por sua vez, o professor Gilles reforçou a necessidade de uma estrutura jurídica que direcione os governantes para a necessidade de prestação das contas dos serviços realizados com o dinheiro público. Gilles também destacou a contribuição dos dados abertos no combate à corrupção, citando como exemplo as contratações abertas dos serviços públicos, que permite o acompanhamento de todas as etapas do processo licitatório por meio das ferramentas digitais.

Lançamento de Frente Parlamentar Mista pela Transparência teve apoio da Atricon

A Frente Parlamentar Mista pela Transparência Pública foi lançada em junho de 2023. O objetivo do grupo é aperfeiçoar a legislação existente sobre o tema, incluindo ações de orientação e de estímulo à participação da população nos processos decisórios da Administração Pública. As atividades também devem impulsionar o aumento do controle social e o aprimora-

mento do Controle Externo exercido pelos Tribunais de Contas.

O então presidente da Frente Parlamentar, o deputado federal Celso Sabino (UNIÃO - PA), que, em 5 de abril, apresentou o requerimento para a criação do grupo, destacou a relevância da iniciativa no boletim que foi ao ar na Rádio Justiça. Desde 2022, a Atricon desenvolve uma série de ações voltadas ao tema no

âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública. O presidente da instituição, Cezar Miola, entende que houve muitos avanços, mas ressalta, na reportagem, que é preciso ir além.

O lançamento da Frente Parlamentar Mista pela Transparência Pública aconteceu no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília, e teve a adesão de 248 parlamentares.



Um dos objetivos da Frente Parlamentar Mista pela Transparência Pública é aperfeiçoar a legislação existente sobre o tema



Coordenador-geral do MMD-TC, Sebastião Carlos Ranna de Macedo, no 1º Ciclo de Debates do projeto

Um novo ciclo para o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas

Tradicionalmente realizado a cada dois anos, o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) teve um novo ciclo promovido pela Atricon em 2022. O principal instrumento de avaliação dos Tribunais de Contas do Brasil foi retomado após a pandemia, cuja edição anterior havia sido promovida em 2019.

A capacitação das comissões de Avaliação e de Controle de Qualidade MMD-TC aconteceu entre os dias 25 e 27 de maio de 2022, com a presença de 255 servidores. O treinamento foi realizado em formato híbrido, na sede do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP).

Na ocasião, o empenho dos servidores e o apoio dos presidentes dos TCs à iniciativa foram fatores destacados pelo coordenador-geral do MMD-TC, Carlos Ranna de Macedo. “Esse é um dos trabalhos mais ambiciosos desenvolvido pelo Sistema Tribunais de Contas e, sem dúvida, um dos mais relevantes mecanismos de avaliação do Controle Externo, dada a sua complexidade e abrangência.”

O Ciclo 2022 também foi marcado pela implementação da ferramenta digital Aprimore, desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Além de substituir as planilhas de questionários anteriormente empregadas, o sistema Aprimore oferece mais segurança aos gestores dos TCs, com a possibilidade de acompanhar em tempo real a medição do MMD-TC. Uma vez alimentada com os dados, a plataforma promove o tratamento estatístico de modo automático, com a indicação de pontos a serem destacados.

“Neste ano, estamos retomando esse processo de análises, de visitas técnicas e incluindo alguns quesitos relacionados aos reflexos da pandemia na atuação dos Tribunais de Contas. Como regra, essas instituições, assim como outras, interromperam suas atividades presenciais, mas não deixaram de atuar. Ao contrário, tiveram um desempenho com produtividade elevada, mas é necessário que analisemos esses impactos da crise sanitária nas instituições de Controle Externo”, concluiu o presidente da Atricon, Cezar Miola.

Desenvolvido em ciclos, com início em 2013, o MMD-TC adota uma metodologia inspirada na Supreme Audit Institutions – Performance Measurement Framework, da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras (Intosai), que foi adaptada à realidade brasileira. Principal instrumento de ava-

liação dos Tribunais de Contas do país, o MMD-TC visa, entre outros objetivos, identificar boas práticas, aprimorar metodologias, padronizar procedimentos e avaliar o trabalho dos Tribunais de Contas em nível nacional.

A certificação do MMD-TC tem sido realizada por meio de uma parceria com a Fundação Vanzolini.

CANAL DIRETO

O Comitê Executivo de Apoio Técnico à Comissão de Coordenação-Geral do MMD-TC criou um canal de comunicação virtual para esclarecimentos de dúvidas sobre o projeto. Entre as principais questões apresentadas, estão perguntas relativas ao sistema Aprimore e à aplicação dos parâmetros de avaliação.

Os interessados puderam participar de encontros virtuais às quintas-feiras, ao longo do período de apuração de dados do MMD-TC. A primeira reunião, realizada em 9 de junho de 2022, reuniu técnicos dos Tribunais de Contas dos Estados de Goiás, Ceará, Amazonas, Rio Grande do Sul, Sergipe, Maranhão, Rondônia, Espírito Santo e do Município do Rio de Janeiro.

A criação do canal foi uma das sugestões de melhoria apresentadas pelo secretário de Tec-

nologia do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Hugo Viana Oliveira.

VISITAS TÉCNICAS

As visitas técnicas das comissões de Garantia da Qualidade do projeto MMD-TC ocorreram entre agosto e setembro de 2022, percorrendo os 33 TCs do país. O encerramento dessa jornada ocorreu em 30 de setembro com a avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os integrantes da Comissão, acompanhados do presidente da Atricon, Cezar Miola, foram recebidos no TCU pelo ministro Augusto Nardes. Na oportunidade, Cezar Miola destacou a importância do contínuo avanço das melhorias geradas pelo projeto. “O MMD-TC é um instrumento que permite mapear a atuação do Sistema de Controle para que possamos induzir, por meio do planejamento, ações de aperfeiçoamento. Além disso, possibilita a identificação e a disseminação de boas práticas”.

Para Nardes, o MMD-TC é uma ferramenta exemplar de governança. “Esse método poderia ser estendido também às demais estruturas da Administração Pública. Ampliaria a capacidade de planejar com estratégia”, destacou o ministro.

Também participaram do encontro os conselheiros Carlos Ranna, da coordenação-geral do projeto; Jaylson Campelo, da coordenação técnica; e os auditores Fernanda Nunes (TCE-RS), Fernando Garcia (TCE-RO), Luiz Genélio (TC-DF), Marcio Marinot (TCE-ES) e Priscila Borges (TCM-GO), além de assessores.

Durante as visitas técnicas, os integrantes das comissões de Garantia da Qualidade revisam as avaliações já realizadas pelas equipes dos TCs. O objetivo é assegurar que o processo foi executado em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Manual do MMD-TC e que as evidências apresentadas para os critérios considerados atendidos foram suficientes e adequadas.

RESULTADOS

A observância das regras constitucionais quanto à composição das Cortes de Contas, a adoção de planejamento estratégico para nortear a gestão e o acompanhamento em tempo real dos gastos públicos estão entre as maiores pontuações na avaliação realizada pelo MMD-TC. Os resultados do projeto foram apresentados em 18 de novembro, durante o VIII Encontro Nacional dos Tribunais

de Contas (VIII ENTC), no Rio de Janeiro.

Na ocasião, o presidente da Atricon, Cezar Miola, avaliou que a trajetória de uma década de avaliações do MMD-TC demonstra a sua grande contribuição para importantes melhorias na vida administrativa e na atuação fiscalizadora dos Tribunais de Contas. “Ganhamos em qualidade, agilidade e transparência. Além disso, a identificação e o compartilhamento das boas práticas de cada órgão beneficiam todo o Sistema de Controle do país”, afirmou.

Já o coordenador-geral do MMD-TC, Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES), agradeceu a dedicação de mais de mil agentes do Controle Externo, entre conselheiros, conselheiros-substitutos, auditores e técnicos, ao projeto. “O objetivo é mostrar que a atuação do Controle Externo pode contribuir para a sociedade, melhorar o governo, a gestão, a transparência e implementar diretrizes”, disse.

De acordo com o coordenador técnico do projeto, conselheiro Edilson de Sousa Silva (TCE-RO), durante o período da pandemia, os Tribunais atuaram de forma ainda mais célere em duas frentes: na orientação das aquisições de bens e serviços para o enfrentamento da

Os Tribunais atuaram de forma ainda mais célere em duas frentes: na orientação das aquisições de bens e serviços para o enfrentamento da covid-19, que exigia medidas rápidas e seguras, e na fiscalização, quase que em tempo real.

covid-19, que exigia medidas rápidas e seguras, e na fiscalização, quase que em tempo real, dos procedimentos das aquisições dos insumos necessários para o enfrentamento do período de calamidade sanitária.

“Assim, a atuação esteve focada na prevenção de irregularidades e na promoção de ações de estímulo à transparência das despesas públicas, além do monitoramento do cumprimento dos calendários de vacinação”, ressaltou Sousa Silva.

O controle concomitante da Administração Pública e a adoção do planejamento estratégico foram as dimensões que apresentaram maior evolução no Ciclo 2022 em comparação com a última edição do projeto, realizada em 2019. A existência e a aplicação de códigos de ética nas instituições estão igualmente entre os fatores que obtiveram melhor avaliação.

Confira alguns dos resultados do MMD-TC destacados no VIII ENTC

Índices em escala de 0 a 4 pontos

Indicador de observância das regras constitucionais quanto à composição, à organização e ao funcionamento das Cortes de Contas:

2022  3,36

2019  3,18

Indicadores de estratégia (ações propostas para alcançar os objetivos estabelecidos pelo poder público, de modo transparente, em conformidade com os princípios da Administração Pública, das leis e dos regulamentos aplicáveis):

Processos de Planejamento Estratégico:

2022  3,09

2019  2,64

Execução e monitoramento do plano estratégico:

2022  2,73

2019  2,03

Indicadores de accountability pública (divulgação das atribuições e dos resultados das suas atividades para a Administração e para o público em geral, ajudando-os a compreender as suas funções)

Transparência:

2022  2,15

2019  1,88

Comunicação:

2022  2,73

2019  2,61



Leia o QR Code acima para acessar o resumo completo dos resultados

CICLO DE DEBATES

A Atricon promoveu o 1º Ciclo de Debates do MMD-TC em 21 de junho de 2023, durante o 2º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas, em Cuiabá (MT). A organização do encontro foi da Atricon e do TCE de Mato Grosso, com apoio do Instituto Rui Barbosa, da Abracom e do CNPTC.

Conforme o presidente da Atricon, Cezar Miola (TCE-RS), o ciclo de debates marca uma mudança de paradigmas no âmbito do MMD-TC, no sentido de avançar para além da avaliação, congregando esforços para a implementação de medidas voltadas ao aprimoramento do desempenho dos Tribunais de Contas.

“O MMD-TC é uma inovação trazida para o Sistema Tribunais de Contas do Brasil, e agora pretendemos dar um passo adiante, de natureza qualitativa. Já estamos com muitos diagnósticos de avaliações ao longo desse período; o desafio é avançarmos no plano da transformação efetiva, identificarmos oportunidades de melhoria e objetivamente alavancarmos”, afirmou Miola.

O vice-presidente executivo da Atricon, Edilson de Sousa Silva (TCE-RO), pontuou que a

utilização desse instrumento de avaliação para identificação de oportunidades de melhoria dos Tribunais de Contas brasileiros será o grande legado desta gestão: “Os Tribunais são outros depois do MMD-TC. Vimos as melhorias, os nivelamentos, que muitos indicadores alcançaram o nível de satisfação. Portanto, essa análise é a grande diretriz, pois chegou o momento de darmos uma guinada e utilizarmos esse instrumento para implementar melhorias efetivas”.

Na oportunidade, o vice-presidente de Desenvolvimento do Controle Externo da Atricon, Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES), salientou que foram avaliados 25 indica-

dores, dos quais 3 foram selecionados para o debate, sendo eles: auditoria financeira, auditoria ambiental e mobilidade urbana.

“Percebemos que, ao longo desses 10 anos, alguns indicadores avançaram mais do que outros e hoje o debate é sobre esses três temas considerados mais caros para nós. O objetivo é identificar e implementar ações que visam otimizar o desempenho dos Tribunais de Contas em relação a eles. Além disso, o foco é, cada vez mais, direcionar o MMD-TC para as atividades finalísticas do Controle Externo, quais sejam, auditoria e fiscalização de políticas públicas”, explicou Ranna.



Objetivo dos encontros foi identificar e implementar ações a fim de otimizar o desempenho dos Tribunais de Contas em relação a eles mesmos

Inovações para 2024

Entre as novidades do Ciclo de 2024 está a análise da conformação dos Tribunais de Contas à exata moldura prevista na Constituição para o Controle Externo e a atuação dos seus agentes. Também será objeto de exame a fiscalização exercida relativamente à educação ambiental e à educação antirracista.

NOVO SITE E NOVA IDENTIDADE VISUAL

O MMD-TC passou a contar com novo site e identidade visual. A iniciativa celebrou os 10

anos do projeto e o aniversário de 31 anos da Atricon, completados em agosto de 2023.

O site (<http://qatc.atricon.org.br/>) traz as notícias mais recentes do projeto, incluindo resultados, novas ações, documentos oficiais, além de informações sobre o funcionamento da ferramenta, com um layout intuitivo e mais moderno.

Já a nova identidade visual foi elaborada com o objetivo de aproximar elementos gráficos que compõem a marca da Atricon, como forma de gerar maior identificação, com as mesmas tipologias e cores. O

projeto também passou a contar com um Manual de Marca.

Uma nova página passou a abrigar as boas práticas desenvolvidas pelos Tribunais de Contas. Lá é possível obter informações sobre as iniciativas e acessar as apresentações realizadas durante o 2º LabTCs, realizado em Cuiabá (MT), em junho de 2023. As boas práticas também foram reunidas em um e-book interativo. A ação foi desenvolvida pela empresa InPacto, com a coordenação da Assessoria de Comunicação da Atricon e colaboração da equipe do MMD-TC.



A iniciativa celebrou os 10 anos do MMD-TC e o aniversário de 31 anos da Atricon



Leia o QR Code acima para acessar o novo site do MMD-TC



2º LabTCs reuniu mais de 600 participantes no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá (MT)

2º Laboratório de Boas Práticas

Setenta ações exemplares identificadas no MMD-TC de 2022 foram tema da segunda edição do Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas (2º LabTCs), realizada de 21 a 23 de junho de 2023, em Cuiabá. O evento foi realizado pela Atricon, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), com apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e da Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

O evento reuniu mais de

600 participantes dos 33 órgãos de controle do país. Ao longo do encontro, palestras e debates ocorreram simultaneamente em cinco salas do Centro de Eventos do Pantanal. As experiências relatadas envolviam temas como sistema de integridade, planejamento de gestão, uso de inteligência artificial em auditorias, entre outros.

Na abertura do evento, o presidente da Atricon, Cezar Miola, falou sobre o papel do Controle Externo para um futuro mais sustentável e inclusivo. “Vamos olhar para dimensões que aparentemente podem não dialogar diretamente com

o Controle Externo. Eu citaria aqui a educação ambiental e a educação antirracista. Não na elaboração de políticas públicas, mas na fiscalização do que já está previsto na legislação.”

Já o presidente do TCE-MT, conselheiro José Carlos Novelli, chamou a atenção para a modernização na atuação da Atricon e para o aperfeiçoamento garantido ao Sistema de Controle Externo pelo Laboratório. “Este é um palco para divulgação e intercâmbio daquilo que de melhor tem sido produzido pelos órgãos de controle e pelas entidades que nos representam”.



Rede InfoContas atua há dez anos em prol da efetividade das práticas de Controle Externo

Criada há dez anos por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Atricon, o Instituto Rui Barbosa (IRB) e os Tribunais de Contas (TCs) brasileiros, a Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (InfoContas) é constituída como espaço colegiado e permanente no âmbito dos TCs do país.

Formada pelas Unidades de Informações Estratégicas (UIEs), instituídas e implantadas em cada Tribunal partícipe da Rede, a InfoContas atua com vistas à cooperação técnica e ao intercâmbio de dados e conhecimentos.

As UIEs são unidades organizacionais dos Tribunais de Contas brasileiros, às quais competem adotar métodos, técnicas, procedimentos e formalidades inerentes à atividade de Inteligência de Controle Externo.

A Rede InfoContas é, portanto, o meio que os TCs do Brasil dispõem para viabilizar o intercâmbio de dados, conhecimentos, técnicas e procedimentos inerentes à atividade de In-

teligência de Controle Externo com o objetivo de proporcionar o aumento da eficiência das ações de controle, em conformidade com o previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

No dia 22 de março de 2023, o presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, fez a abertura do Encontro da Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (InfoContas), promovido pela Atricon. A reunião ocorreu na sede do Instituto Serzedello Corrêa, em Brasília, com representantes de 31 Tribunais de Contas. A integração das Unidades de Informações Estratégicas (UIE) dos Tribunais de Contas e o enfrentamento à corrupção foram alguns dos temas debatidos. “As ações de inteligência necessitam cada vez mais do emprego de novas tecnologias, cujo desenvolvimento em rede reduz o tempo de sua produção e possibilita melhor uniformização de procedimentos e a padronização dos achados de auditoria”, afirmou Dantas.

As propostas

79 Acordos de Cooperação Técnica firmados entre TCs e com instituições parceiras

25 operações conjuntas com instituições parceiras

274 produções de conhecimento aplicadas ao Controle Externo

03 encontros presenciais

07 encontros virtuais técnicos

04 capacitações

04 grupos de trabalho

73 operações de cadastramento e recadastramento

58 reuniões ordinárias da coordenação da Rede InfoContas



Plenária da Enccla aprovou ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro para 2024

PROPOSTAS DE AÇÕES

Mais de 80 instituições que compõem a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) apresentaram, no dia 23 de novembro de 2023, as seis ações a serem executadas no ano de 2024. As propostas foram discutidas em grupos de trabalho. A Enccla é coordenada pela Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A Atricon tem participação ativa na Enccla há 10 anos, contribuindo com sugestões, estudos e experiências nas áreas da prevenção e do combate à

corrupção. O presidente da entidade, Cezar Miola, comentou sobre o vínculo. “Assim continuaremos integrados, porque o enfrentamento à corrupção demanda cooperação, articulação, engajamento, educação e transparência. E a Enccla é um fórum que estimula e alavanca essa atuação coordenada”, ressaltou. Cezar Miola aproveitou para destacar o trabalho dos conselheiros Renato Rainha (TC-DF), Soraia Victor (TCE-CE) e Carlos Neves (TCE-PE). “Meu reconhecimento aos colegas que, ao longo dos últimos anos, têm representado a Atricon junto à Enccla”, concluiu.

As seis ações definidas pelos grupos de trabalho resultam da análise de 55 propostas recebidas por meio de uma chamada pública, que ocorreu entre 17 de agosto e 22 de setembro de 2023. Participaram membros da Enccla, órgãos e entidades da Administração Pública, organizações da sociedade civil, pessoas jurídicas, instituições acadêmicas e cidadãos. Foi a primeira vez que cidadãos (pessoas físicas) tiveram a oportunidade de encaminhar propostas.

Nesta edição foram selecionadas sugestões que abordavam duas temáticas definidas pelo Conselho de Governança: ambiental (crimes que geram impacto ambiental, como garimpo, mineração ilegal e desmatamento) e novas tecnologias (ativos virtuais, gaming, monetização, apostas online e crimes cibernéticos).

A Enccla

A Enccla é a principal rede de articulação institucional brasileira para arranjo, discussões, formulação e concretização de políticas públicas e soluções de

enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro. Foi criada em 2003 e tem a participação de, aproximadamente, 90 instituições públicas dos três Poderes e esferas (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o

Ministério Público. Além delas, compõem grupos de trabalho organismos internacionais, organizações da sociedade civil e academia que possuam iniciativas relacionadas às temáticas.



Levantamento inédito da Operação Educação revelou que 57% das salas de aulas visitadas são inadequadas

Técnicos de 32 Tribunais de Contas realizaram um levantamento inédito em instituições de ensino de todo o país. Entre 24 e 26 de abril de 2023, a Operação Educação verificou a infraestrutura de 1.088 escolas públicas estaduais e municipais de 537 cidades. O estudo revelou que 57% das salas de aula são inadequadas – janelas, ventiladores e móveis quebrados e iluminação e ventilação insuficientes estão entre os principais problemas encontrados.

Em 20% dos estabelecimentos visitados, ainda foram detectadas falhas de limpeza e higienização; e, em 31%, não há coleta de esgoto. Outro dado preocupante é que 89% das escolas não apresentam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) válido, documento que atesta o cumprimento das regras de combate a incêndios. A situação é ainda mais grave porque muitas unidades também não dispõem de equipamentos como hidrantes (86%) e extintores (44%).

“Numa determinada unidade de ensino, dentro da sala de aula, estavam também o fogão e o botijão de gás para o preparo da merenda escolar, com a panela de pressão em cima do fogão”, contou o presi-



dente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Cezar Miola, por ocasião da divulgação dos resultados da fiscalização.

A Operação Educação foi viabilizada por uma parceria entre a Atricon e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). O projeto contou com o apoio técnico do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê de Educação (CTE-IRB), e o suporte institucional da Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e do Conselho Na-

cional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

A participação do Tribunal de Contas da União (TCU) também foi decisiva, por possibilitar o fornecimento de dados relativos à educação básica do país e de acesso, pelas equipes, a trabalhos já desenvolvidos pela Corte no âmbito de suas competências. A metodologia dos modelos de fiscalização e de consolidação de dados da iniciativa foi cedida pelo TCE-SP.

“O poder público precisa garantir meios para que as escolas ofereçam condições básicas,

Numa determinada unidade de ensino, dentro da sala de aula, estavam também o fogão e o botijão de gás para o preparo da merenda escolar, com a panela de pressão em cima do fogão.

Cezar Miola

Presidente da Atricon

Trabalho de técnicos de 32 Tribunais de Contas verificou a infraestrutura de 1.088 escolas públicas estaduais e municipais de 537 cidades pelo país





As escolas visitadas foram escolhidas a partir de indicativos de situações críticas baseadas no Censo Escolar de 2022

num ambiente de acolhimento, segurança e aprendizagem; é um direito das famílias e da sociedade”, declarou o presidente da Atricon, Cezar Miola.

Para o presidente do IRB, Edilberto Pontes, ao lado das boas práticas pedagógicas e de professores qualificados e motivados, escolas limpas, com mobiliário adequado, infraestrutura de bibliotecas e espaços para práticas esportivas são questões extremamente relevantes para a melhoria da oferta da educação pública. “Veri-

ficar as condições das escolas públicas em todo o país e oferecer um diagnóstico nacional ajudará os governos, nas três esferas, a corrigir equívocos e aperfeiçoar práticas.”

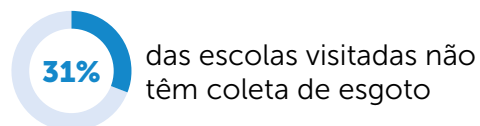
As escolas visitadas foram escolhidas a partir de indicativos de situações críticas relacionadas à infraestrutura que constam no Censo Escolar de 2022. Ao todo, 200 itens foram analisados em cada instituição, englobando aspectos referentes a acessibilidade, estrutura e conservação, saneamento

básico e energia elétrica, sistema de combate a incêndios, alimentação, esporte, recreação e espaços pedagógicos.

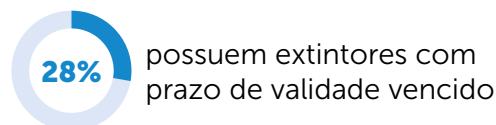
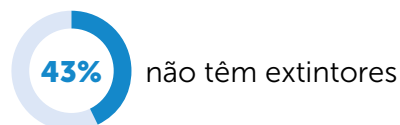
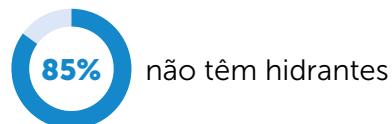
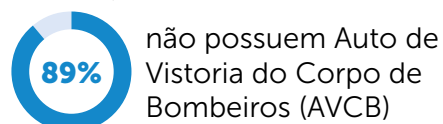
Os dados nacionais foram concentrados na sala de situação sediada no TCE-SP, criador da metodologia da fiscalização e do sistema informatizado. Com esse programa, a operação foi acompanhada, em tempo real, por meio de fotos e vídeos enviados pelos agentes em campo. Nos Estados, cada Tribunal de Contas teve sua própria sala de gestão.

Veja alguns dados que constam do relatório:

Saneamento básico

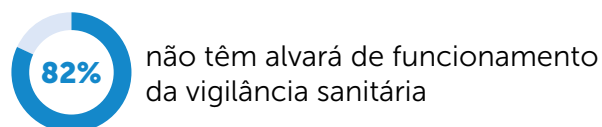


Prevenção a incêndio

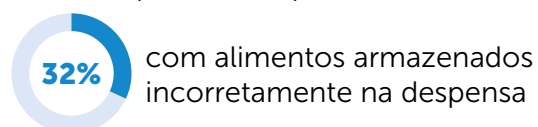


Refeitórios

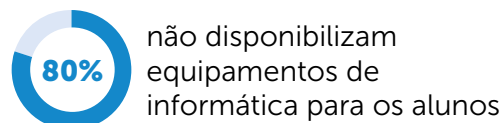
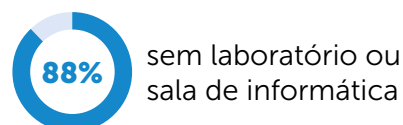
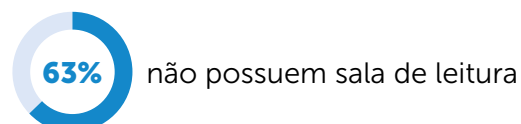
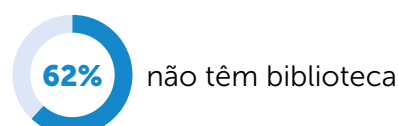
Entre as que têm cozinhas:



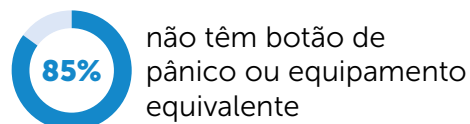
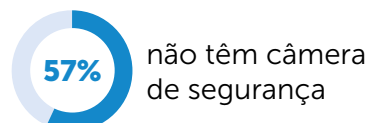
Entre as que têm despensa:



Bibliotecas e laboratórios de informática



Segurança



Entre as que têm problemas na entrada da escola (**53%**):

16% com muro ou paredes com buracos que permitem o acesso de estranhos

8% com portão vandalizado ou danificado

10% com controle de portaria inadequado



Leia o QR Code ao lado para acessar o relatório completo

MP-AL, Atricon, CNMP e IRB lançam projeto Sede de Aprender Nacional

Atricon, o Instituto Rui Barbosa, o Ministério Público do Estado de Alagoas e o Conselho Nacional do Ministério Público mantêm um acordo para melhorar o acesso ao saneamento básico em escolas públicas. A parceria busca desenvolver o “Projeto Sede de Aprender” em nível nacional e criar o Pacto Nacional pelo Saneamento nas Escolas. O projeto surgiu em Alagoas, com o apoio do TCE alagoano, em resposta ao Censo Escolar de 2021, que indicou que mais de 8 mil escolas brasileiras não tinham acesso à água potável.

A iniciativa pretende definir protocolos de atuação conjunta com os outros Estados, mediante formação de grupos de trabalho e identificação de estratégias comuns, para estabelecer parâmetros de monitoramento da água. O Sede de Aprender Brasil vai ao encontro do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 6 da ONU que, em 2010, declarou o acesso à água potável

como um direito humano fundamental.

Dados do projeto e de levantamentos da Atricon subsidiaram a justificativa do Projeto de Lei nº 5.696/2023, de autoria da deputada Duda Salabert, que tem o objetivo de alterar as Leis nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.947, de 16 de junho de 2009, a fim de garantir o acesso à água potável nas instituições de ensino. A parlamentar integra o gabinete compartilhado da Câmara dos Deputados, que procurou a Atricon em busca de dados técnicos e contribuição com o projeto. O PL prevê como dever do Estado garantir o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação, água potável e assistência à saúde, bem como a infraestrutura física e sanitária adequadas para o acesso e para a permanência dos estudantes em ambiente escolar.



Conselheiro Renato Rainha (TC-DF), à direita na foto, representou a Atricon na assinatura do acordo

COMPARTILHAMENTO DE DADOS

O promotor de justiça Lucas Sachside, co-coordenador do Sede de Aprender, comemorou a ampliação da abrangência do projeto. “Daremos informações e subsídios que possam facilitar o desenvolvimento dessa iniciativa nos demais Estados, fornecendo a eles as soluções tecnológicas adequadas e os conhecimentos estratégicos necessários. E, para além disso, essa parceria também quer promover a troca de experiências entre as instituições, inclusive por meio

da realização de capacitações, treinamentos e disseminação de conhecimento”, disse ele.

Para o presidente da Atricon, Cezar Miola, a existência de escolas com infraestrutura adequada é apenas o ponto de partida para atender os estudantes. “Ainda temos no Brasil 8,1 mil estabelecimentos de ensino sem acesso à água potável. Essa situação afeta mais de um milhão de alunos, de acordo com os dados do Censo Escolar 2021. O convênio potencializará as ações de articulação entre as instituições com o objetivo de mudar essa realidade”.



Daremos informações e subsídios que possam facilitar o desenvolvimento dessa iniciativa nos demais Estados, fornecendo a eles as soluções tecnológicas adequadas e os conhecimentos estratégicos necessários.

Lucas Sachside
Promotor de justiça e co-coordenador do Sede de Aprender

Grupo de Trabalho apresenta sugestão para promoção da acessibilidade no país

Uma iniciativa entre diversas instituições do Sistema de Controle Externo brasileiro está sendo desenvolvida para que as normas relativas à acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, já existentes no país, adquiram efetividade em todo o território nacional. Em novembro de 2023, o Grupo de Trabalho criado para propor medidas sobre o tema lançou um relatório com estratégias como a criação de uma rede nacional de compartilhamento de ideias, de práticas e de projetos de inclusão.

O coletivo é formado por representantes do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas, do Conselho Nacional dos Procuradores-

Gerais de Contas, da Abracom, da Atricon e do Ministério Público de Contas. O coordenador do GT é o conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto, que destaca como o Controle Externo passará a agir a partir das recomendações no boletim que foi ao ar na Rádio Justiça.

As atividades serão voltadas tanto à gestão pública municipal, estadual e federal, quanto à dos órgãos de Controle Externo responsáveis por fiscalizá-la.

O Grupo de Trabalho sugere a formação de uma rede de ação, constituída por comitês locais e um Grupo Nacional, que estabelecerá as ações mais relevantes para o desenvolvimento da acessibilidade. As atividades serão voltadas tanto à gestão pública municipal, estadual e federal, quanto à dos órgãos de Controle Externo responsáveis por fiscalizá-la.

Os Tribunais de Contas interessados em aderir ao grupo nacional deverão primeiro criar seus comitês locais, que devem se comprometer a participar dos eventos e das reuniões para os quais forem convocados. O relatório completo do grupo de trabalho está disponível no site da Atricon.





Atricon renovou acordo para apoiar a conservação do meio ambiente



Leia o QR Code acima para acessar a plataforma MapBiomas

Atricon estendeu, por mais dois anos, o acordo com a Transparência Internacional Brasil (TI Brasil) e com o Instituto Arapyauá, que agora dá lugar ao Instituto MapBiomas, para possibilitar, entre outras iniciativas, o acesso dos órgãos de controle aos dados disponibilizados na plataforma MapBiomas. Este é o primeiro aditamento do Acordo de Cooperação Técnica assinado em setembro de 2022. Caso haja interesse entre as partes, o contrato poderá passar por novas renovações.

O acordo possibilita o inter-

câmbio de informações sobre a cobertura vegetal e o uso da terra no Brasil, o compartilhamento de conhecimento e de experiências, além de ferramentas e metodologias de interesse estratégico para promover a proteção, conservação, recuperação e o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros. O documento também estabelece a realização de capacitações, estudos e pesquisas.

Para o presidente da Atricon, Cezar Miola, “a renovação desta parceria só reforça a importância do acordo para os Tribunais de Contas, que, a

partir dele, contam com o acesso facilitado a informações relevantes que os permitem atuar na prevenção de danos”.

MapBiomas

Criada em 2015, a partir de uma rede colaborativa formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia, a plataforma mapeia a cobertura e o uso da terra com dados a partir de 1985. A equipe também elabora relatórios de desmatamento no Brasil desde janeiro de 2019, por meio do MapBiomas Alerta.



Leia o QRCode
acima para acessar
a íntegra do guia

Atricon, TIBrasil e MapBiomas lançam Guia de Controle Externo da Gestão Florestal

Voltado aos Tribunais de Contas de todo o país, o guia apresenta uma seleção de temas prioritários em cada Estado, além de propostas de ações de fiscalização dentro de cada tema escolhido. A publicação também oferece orientações práticas para o uso de dados do MapBiomas Alerta, uma plataforma pública que dispo-

nibiliza informações precisas e atualizadas sobre o desmatamento em todo o país, podendo subsidiar a tomada de decisão e ações de fiscalização por parte dos órgãos ambientais e guiar os Tribunais de Contas no Controle Externo da gestão florestal.

O guia foi desenvolvido por um Grupo de Trabalho formado por representantes da Transpa-

rência Internacional – Brasil, MapBiomas e por auditores de Tribunais de Contas estaduais e procuradores e analistas do Ministério Público de Contas dos nove Estados brasileiros que compõem a Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima e Tocantins). *Fonte: TIBrasil*



CONTEÚDO DO GUIA



O **primeiro capítulo** do Guia de Controle Externo da Gestão Florestal e de Uso do MapBiomias Alerta trata sobre a importância da atuação dos Tribunais de Contas no Controle Externo da gestão florestal.



O **segundo** contribui para a escolha de tópicos prioritários para a atuação desses tribunais na gestão florestal em cada Estado e bioma, apresentando fontes e critérios para essa seleção.

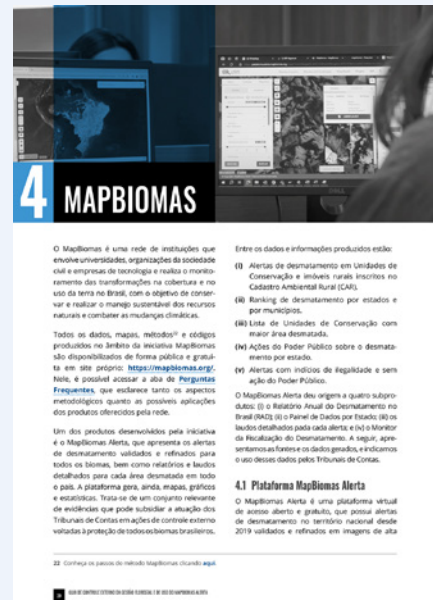


Uma vez que os temas prioritários são determinados por cada Tribunal de Contas, de acordo com a realidade particular de sua região de atuação, o **terceiro capítulo** propõe ações de fiscalização específicas para cada tópico escolhido.

COMO USAR O MAPBIOMIAS ALERTA

O **quarto capítulo** fornece um passo a passo, vídeos instrutivos e sugestões para a utilização dos dados do MapBiomias sobre alertas de desmatamento desde 2019 em todo o país, com destaque para a plataforma MapBiomias Alerta e seus subprodutos, como o Relatório Anual de Desmatamento 2022, por exemplo. Espera-se que, com as orientações práticas para o uso de dados da

plataforma MapBiomias Alerta, com foco em áreas relativas à competência e à jurisdição dos Estados brasileiros, como imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Unidades de Conservação Estaduais, os Tribunais de Contas tenham um conjunto de referências, diretrizes e recomendações de ações para atuar em diferentes tipos de fiscalização.



Diretrizes para Atuação do Controle Externo da Gestão Ambiental

Como resultado do acordo de cooperação assinado com a Transparência Internacional – Brasil (TI), a Atricon publicou um livro eletrônico que traz as diretrizes para a atuação do Controle Externo da Gestão Ambiental, conforme a Resolução nº 02/2021 da entidade. O projeto foi realizado pela Associação junto aos Tribunais de Contas do Estado de

Rondônia (TCE-RO) e do Amazonas (TCE-AM).

Disponível desde fevereiro de 2023, o trabalho é baseado em princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública e traz referências de desenvolvimento sustentável, precaução, prevenção, solidariedade intra e intergeracional, legalidade, integridade, transparência e controle social.

Subscrevem as diretrizes, pela Atricon, o presidente, conselheiro Cezar Miola (TCE-RS), e o vice-presidente executivo, Edilson de Sousa Silva (TCE-RO); o conselheiro presidente Paulo Curi Neto; e pelo TCE-AM, o conselheiro presidente Érico Xavier Desterro e Silva.

As orientações referem-se à atuação do Controle Externo da gestão florestal, tema que se justifica pela importância social, ecológica e econômica das florestas e da exploração de seus produtos, assim como pela urgência do controle e da diminuição do desmatamento, das queimadas e da exploração ilegal de madeira.



Publicação traz referências de desenvolvimento sustentável, precaução, prevenção, solidariedade intra e intergeracional, legalidade, integridade, transparência e controle social



Leia o QR Code acima para acessar o livro eletrônico



Diretrizes de Comunicação do Sistema Tribunais de Contas



Valdecir Pascoal, coordenador do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação da Atricon, no lançamento das Diretrizes de Comunicação do Sistema Tribunais de Contas

Com o propósito de orientar os Tribunais de Contas no aperfeiçoamento da comunicação institucional e relacionamento com a sociedade, a Atricon publicou o guia “Diretrizes de Comunicação do Sistema Tribunais de Contas”, em fevereiro de 2023. O lançamento ocorreu no I Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas, em Florianópolis (SC), com a presença de 270 participantes, representantes de 29 TCs e veículos de imprensa.

As Diretrizes foram apresentadas pelo coordenador do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação da Atricon, conselheiro do TCE-PE, Valdecir Pascoal; com a participação da vice-presidente de Comunicação da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABC Pública), Alessandra Lessa; do presidente do TCE-SC, Herneus de Nadal; e mediação da jornalista da assessoria de comunicação da Atricon, Priscila Oliveira.

A jornalista explicou o funcionamento do GT de Comuni-

cação da Atricon, fundamental na elaboração das Diretrizes e também na divulgação de notícias oriundas das Cortes de Contas brasileiras. “Representantes dos setores de comunicação dos TCs e do Sistema Tribunais de Contas se reúnem semanalmente para mapear pautas com repercussão nacional, especialmente de estímulo às boas práticas realizadas por cada Tribunal”, afirmou.

Pascoal relacionou as principais Diretrizes formuladas, esclarecendo que elas se baseiam nos resultados de pesquisas acadêmicas, na legislação relacionada à área e nos princípios definidos pela ABC Pública, além de contribuições que resultam do conhecimento e da experiência das assessorias de comunicação dos órgãos de controle. “A comunicação tem que estar na estratégia dos Tribunais. Precisamos sensibilizar a alta administração e dar concretude às ações de comunicação. É preciso que a comunicação esteja no orçamento”, advertiu o presidente do GT de Comunicação da Atricon.



Leia o QR Code ao lado para acessar o guia Diretrizes de Comunicação do Sistema Tribunais de Contas

Conselhos Sociais e Gestão Democrática na Educação

O guia prático “Conselhos Sociais e Gestão Democrática na Educação” foi lançado em maio de 2023, durante o V Simpósio Nacional de Educação, em Goiânia (GO). A publicação oferece roteiros qualificados de atividades para a tomada de decisões valiosas à educação brasileira, instrumentalizando conselheiros de todo o país que atuam em nome de um controle social de qualidade.

Os autores da edição são Fabrício Motta, conselheiro do TCM-GO, professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas (UFG) e Direitos Humanos e Prestação Jurisdicional (UFT); e Leomir Ferreira de Araújo, coordenador de Normatização e Apoio Técnico ao Fundeb e ao Salário-Educação, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, mestre em Administração Pública e Gestão (IDP).

Vice-presidente executivo da Atricon, representante da entidade no V Simpósio Nacional de Educação, Edilson de Sousa Silva destacou durante o evento que a publicação oferece subsídios claros e objetivos para a

atuação dos colegiados. “É uma ferramenta que, em última análise, permitirá uma aplicação mais precisa e qualificada dos recursos públicos”, avaliou o vice-presidente executivo.

O público-alvo de “Conselhos Sociais e Gestão Democrática na Educação” é composto por gestores e fiscais de contratos de Secretarias de Educação, equipes técnicas de assessoramento de Secretarias de Educação, procuradores jurídicos, advogados, profissionais de controles internos, diretores, gestores, dirigentes e demais agentes públicos envolvidos no processamento de licitações e contratações públicas para a educação, auditores de Controle Externo, membros do Ministério Público e agentes políticos militantes em prol da educação básica pública.



É uma ferramenta que, em última análise, permitirá uma aplicação mais precisa e qualificada dos recursos públicos.

Edilson de Sousa Silva
Vice-presidente executivo da Atricon



Leia o QR Code acima para acessar as publicações da Atricon

Seleção e Formação de Diretores

Assim como o guia “Conselhos Sociais e Gestão Democrática na Educação”, os resultados da pesquisa “Seleção e Formação de Diretores: mapeamento de práticas em Estados e capitais” também foram lançados durante o V Simpósio Nacional de Educação, em Goiânia (GO), em maio de 2023.

Os dados foram apresentados por um dos autores do estudo, Fabrício Motta, diretor da Atricon e conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO). “Não se trata de uma atividade de fisca-

lização, nem de uma ação para sancionar, mas uma iniciativa voltada a revelar dados e oferecer subsídios para orientar a tomada de decisão dos gestores públicos. Com base nesse intuito, o relatório finaliza com recomendações aos dirigentes”, explicou Motta.

O levantamento é uma iniciativa da Atricon em conjunto com a organização Dados para um Debate Democrático na Educação (D³e) e o Todos Pela Educação. Para desenvolver o estudo, inicialmente, os pesquisadores fizeram um levanta-

tamento com base nos dados oficiais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2019 e do Censo Escolar 2020, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em seguida, realizaram, em parceria com a Atricon, amplo levantamento de dados, por meio da aplicação de uma pesquisa por auditores de Tribunais de Contas, com duração média de duas horas, junto às Secretarias de Educação estaduais e das capitais brasileiras no primeiro semestre de 2022.



Fabrício Motta, diretor da Atricon e conselheiro do TCM-GO, apresenta dados da pesquisa sobre diretores de escolas públicas



Não se trata de uma atividade de fiscalização, nem de uma ação para sancionar, mas uma iniciativa voltada a revelar dados e oferecer subsídios para orientar a tomada de decisão dos gestores públicos.

Fabrício Motta
Diretor da Atricon

Veja alguns dados da pesquisa:



Apenas cerca de **30%** das redes **exigem curso de gestão escolar para candidatos ao cargo de diretor**, com variação na carga horária desses cursos de 20 a 360 horas.



A **indicação política** ainda é adotada em **quase metade (48%)** das redes estaduais brasileiras como critério de seleção de diretores.



Na maioria dos Estados e capitais que utilizam **indicação como única modalidade de seleção**, não há a exigência de curso de gestão como pré-requisito nem como parte do processo seletivo.

O estudo completo apresenta mais dados detalhados e ainda aponta recomendações para aperfeiçoar a seleção e formação de diretores. Confira o trabalho completo em atricon.org.br/publicacoes ou lendo o QR Code abaixo



Infraestrutura escolar

A Atricon realizou levantamentos sobre a infraestrutura escolar em 2022 e 2023, a partir de dados dos Censos Escolares de 2021 e 2022, respectivamente. Cada pesquisa contabilizou mais de 138 mil escolas públicas das redes federal, estadual e municipal, no país, e pelo menos 38 milhões de alunos matriculados. Os dados foram organizados e sistematizados por unidades da federação e encaminhados pela Atricon aos respectivos Tribunais de Contas.

Entre os dados mais preocupantes, foi destacada a falta

de banheiros e de abastecimento de água e de esgoto em milhares de escolas. Além disso, o estudo demonstrou um percentual alto, superior a 40% em 2022, de escolas que não contavam com pátio ou quadra coberta.

O estudo de 2022 também apontou preocupação em relação à falta de acesso à banda larga, que acometia 35,67% dos estabelecimentos. Esse percentual declinou consideravelmente no ano seguinte, ficando em 22,39%. O recurso se tornou fundamental com o crescen-

te uso de ferramentas virtuais no ensino.

Além da banda larga, os demais quesitos também apresentaram avanços de um ano para o outro, porém de modo menos acentuado (*confira quadro nesta página*).

Essas informações foram utilizadas por técnicos dos 32 Tribunais de Contas brasileiros durante a Operação Educação – Fiscalização Ordenada Nacional, levantamento que revelou que 57% das salas de aula visitadas em todos os Estados são inadequadas.

2022	2023	Avanços
5,2 mil (3,78%) escolas não tinham banheiro	4,7 mil (3,4%) escolas não tinham banheiro	460 instituições
8,1 mil (5,84%) escolas não tinham acesso à água potável	7,5 mil (5,43%) escolas não tinham acesso à água potável	Mais de 600 escolas
7,6 mil (5,53%) escolas não tinham esgoto	6,8 mil (4,92%) escolas não tinham esgoto	Mais de 800 escolas
3,5 mil (2,59%) não dispunham de abastecimento de água	3,2 mil (2,31%) não dispunham de abastecimento de água	Mais de 300 escolas
57 mil (41,72%) escolas não tinham pátios ou quadras cobertas	55,1 mil (39,92%) não tinham pátios ou quadras cobertas	1,9 mil escolas
49,5 mil (35,67%) escolas não tinham acesso à banda larga	30,9 mil (22,39%) escolas não tinham acesso à banda larga	9,6 mil escolas

Linguagem Simples e Direito Visual

A adoção de linguagem simples e do direito visual nos conteúdos gerados pelos órgãos de Controle Externo é uma das ações recomendadas pela Atricon. Para estimular as ações, a entidade lançou a Nota Recomendatória n° 04/2023, na qual recomenda aos Tribunais de Contas a adoção das medidas tanto em peças técnicas, como relatórios de auditoria, pareceres e decisões, quanto na própria comunicação institucional das Cortes. A iniciativa tem o objetivo de facilitar a compreensão de informações e, assim, ampliar o acesso da sociedade a serviços públicos e estimular o exercício da cidadania e o controle social.

O presidente da Atricon, Cezar Miola, comentou sobre a importância do tema para que a cidadania possa conhecer melhor, acompanhar e contro-

lar o que os TCs fazem, além de contribuir com a fiscalização da gestão pública. “A adoção da linguagem simples e do direito visual pelas Cortes de Contas se faz essencial porque abre portas para facilitar o entendimento de matérias mais complexas, com as quais nem todas as pessoas estão acostumadas”, ressaltou.

Entre as diretrizes apresentadas na recomendação, está a aplicação de um código de resposta rápida (QR Code) a fim de fornecer informações complementares relacionadas aos documentos, bem como para possibilitar o acesso a formas alternativas de comunicação, como áudios, vídeos legendados e com janela de libras, entre outras possibilidades.

A nota também recomenda que as Cortes promovam ações como capacitações, guias, car-

tilhas, glossários e modelos que auxiliem a simplificação, bem como a uniformização, da identidade visual em suas unidades, com a participação dos laboratórios de inovação e da área de comunicação social.

A entidade também enviou à Câmara dos Deputados sugestões ao Projeto de Lei n.º 6.256/2019, que “Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta”. Aprovado pela Câmara dos Deputados, o PL foi encaminhado para análise no Senado.



Leia o QR Code ao lado para acessar a nota recomendatória n° 04/2023

Nota recomenda que TCs adotem a participação cidadã em sua atuação

Em Nota Recomendatória publicada no dia 15 de dezembro de 2023, a Atricon orientou os Tribunais de Contas brasileiros que adotassem mecanismos de participação da sociedade no âmbito da sua atuação. No documento, a entidade levou em consideração, entre outros fatores, a análise feita por um grupo de estudo instituído no âmbito da Rede Integrar, que traçou um panorama do estágio de participação cidadã no âmbito dos TCs do país e concluiu que ainda há espaço para se avançar em relação ao tema.

Entre as recomendações contidas na nota está a de que as Cortes de Contas avaliem a pertinência de inserir a participação cidadã no Plano Estratégico, bem como de desenvolver mecanismos e ferramentas a fim de incrementar a participação da sociedade nas ações de Controle Externo, seja por meio de comitês, audiências públicas, fóruns de debates, aplicativos ou outros meios.

O documento, com sete itens, sugeriu ainda que os TCs

editassem normas internas contendo mecanismos para incentivar a participação cidadã nas diversas fases do Controle Externo e em todas as áreas do Tribunal. A adoção da linguagem simples e do direito visual, tema da Nota Recomendatória nº 04/2023, editada e publicada pela Atricon no mês de novembro, também figurou na nova publicação.

O presidente Cezar Miola salientou que o envolvimento da sociedade no Controle Externo é de suma importância para a Administração Pública. “A implementação da participação cidadã nas mais diversas atividades exercidas pelos TCs reforça a democracia. Esta medida aproxima o cidadão do processo de tomada de decisões que influenciam diretamente no seu dia a dia”, concluiu.



*Leia o QR
Code ao lado
para conferir a
íntegra da nota
recomendatória
nº 05/2023*

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Iniciativas

Nova sede

Criação de Banco de Milhagens





Iniciativas da Atricon aprimoraram atendimento aos associados

A gestão administrativa da Atricon recebeu investimentos tecnológicos, financeiros e de recursos humanos com o objetivo de melhorar o atendimento aos associados. Os contatos com os membros do Sistema Tribunais de Contas foram intensificados, o que resultou na conquista de novos associados. A entidade também atuou ativamente para efetivar a plena arrecadação dos valores atinentes a convênios e contribuições associativas. Veja, a seguir, um resumo das principais ações implementadas na área.

Aquisição de salas no condomínio Íon

Após aprovação em assembleia geral extraordinária, foram adquiridas duas salas no condomínio Íon, onde está localizada a sede da entidade. A iniciativa corrobora para melhoria da infraestrutura e das atividades administrativas da entidade.

Carteira de identificação do associado

A Atricon aprovou o layout e as especificações da Carteira de Associado da entidade. Os documentos foram entregues ao longo do mês de janeiro de 2024 aos associados cujos cadastros estavam atualizados.

Planilha de registros orçamentários

A administração financeira e orçamentária passou a ser realizada por meio de uma planilha colaborativa em uma plataforma digital. Nela são realizados os lançamentos de todas as movimentações financeiras, sendo possível verificar os objetivos dos gastos, os comprovantes fiscais e a origem dos recursos, entre outras informações. A planilha é administrada pela Gerência Executiva e Assessoria Financeira da Atricon, com o acompanhamento do escritório que presta serviços para a entidade.

Sistema de Gerenciamento de Documentos

Com o auxílio da plataforma Google, todos os documentos e atos da entidade passaram a ser disponibilizados em ambiente digital, como os arquivos dos acordos de cooperação, convênios, termos de apoio a eventos, ofícios e memorandos. A iniciativa permite o acesso a qualquer tempo pelas equipes administrativas.

Apoio administrativo

Com a finalidade de melhorar o atendimento aos associados e organizar os serviços administrativos na sede da Atricon, em Brasília, a entidade passou a contar com o serviço de secretariado executivo, além de contratar um auxiliar administrativo. Os colaboradores são responsáveis por organizar e acompanhar as agendas institucionais e dar suporte à Presidência e aos associados da entidade.

App Atriconecta

O Atriconecta App foi lançado em maio de 2022, reunindo em apenas um aplicativo notícias e informações. Por meio de uma parceria com o sistema Dynamus, a plataforma disponibiliza descontos em mais de 200 empresas. São reduções de até 40% em farmácias, 30% em faculdades, 10% em produtos direto da fábrica.

Contratação de Escritório de Contabilidade

A entidade contratou um escritório de contabilidade para prestar suporte à gestão administrativa com o objetivo de garantir atendimento especializado e continuidade das ações de melhoria implementadas na área.

Aquisição de veículo de transporte e de equipamentos de informática

Para proporcionar conforto e segurança aos associados, foram adquiridos novos equipamentos de informática para a sede, além de um veículo para realizar os deslocamentos oficiais em Brasília.

Aluguel da sala localizada no condomínio Embassy Tower

A antiga sala da sede da Atricon passou a ser locada, gerando receita e reduzindo custos de manutenção do local, como despesas de IPTU e taxas condominiais.

Parceria entre Atricon e Jusprev é oficializada

A Atricon e a Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira (Jusprev) formalizaram uma parceria para viabilizar o acesso a um plano de previdência complementar aos seus associados. A parceria foi aprovada pela Superintendência Nacional da Previdência Complementar (Previc), órgão fiscalizatório da Jusprev.

A partir da adesão, todos os associados da Atricon, bem como os seus cônjuges, familiares e dependentes econômicos, podem aderir ao plano de benefícios exclusivo da Jusprev, o Planjus, e desfrutar de vantagens como a dedução de até 12% da base de cálculo para o imposto de renda e taxas reduzidas. A possibilidade de portabilidade e uma maior rentabilidade também estão entre as vantagens.

Os benefícios da parceria foram apresentados aos associados da Atricon na assembleia geral ordinária, realizada durante o

III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Fortaleza, na palestra proferida pelo presidente da Jusprev, desembargador Francisco Borges (TJ-RO).

O presidente da Atricon, Cezar Miola, comentou, na oportunidade, que a parceria representa o atendimento de uma antiga reivindicação dos associados, sobretudo daqueles alcançados pelas mais recentes reformas constitucionais. “Essas modificações na Lei Maior afetaram históricas garantias da Magistratura de Contas. Na medida do possível, estamos tentando contribuir para assegurar condições dignas e justas quando da inativação a quem dedicou tantos anos da sua vida à função pública”, ressaltou.



Leia o QR Code ao lado para conhecer os benefícios da parceria

Infraestrutura da sede da Atricon

Localizada em Brasília, a sede da Atricon conta com ambientes climatizados, computadores, espaço para trabalho, áreas de convivência, veículos para traslado e espaço para reuniões, tudo à disposição dos associados.





A Atricon adquiriu, em 2023, duas novas salas localizadas também no condomínio Íon



Atricon institui Banco de Milhagens

A Atricon instituiu o Banco de Milhagens da entidade em julho de 2022, com o objetivo de permitir a utilização dos créditos gerados com a aquisição de passagens aéreas pela entidade para o custeio de novos deslocamentos.

A adesão, em caráter voluntário, foi regulamentada na Portaria nº 015/2022. De acordo com o presidente da Atricon, Cezar Miola, a iniciativa, a par da economia gerada, sinaliza para a possibilidade de adoção de práticas idênticas no âmbito das orga-

nizações governamentais.

O mecanismo cria um banco de dados que contabiliza as milhas geradas em viagens, para que, quando um montante que possibilite a troca por uma passagem seja atingido, o bilhete seja emitido sem custos para a entidade.

A normativa também regulamenta a concessão de diárias e passagens relativas a deslocamentos a serviço e no interesse da Atricon, e estabelece o procedimento de solicitação e de prestação de contas dessas viagens.



Escute as reportagens sobre as iniciativas do Sistema Tribunais de Contas na programação da Rádio Justiça.

Os boletins são veiculados sempre às segundas, quartas e sextas-feiras. Para acompanhar, acesse a programação ao vivo no site **radiojustica.jus.br** ou no **site da Atricon**, na seção Comunicação – Boletins de Rádio.

Os conteúdos são elaborados pela equipe de comunicação da Atricon e podem ser reproduzidos nos canais dos Tribunais de Contas interessados.



192 reportagens

com assuntos de interesse dos Tribunais de Contas
Entre 15 de julho de 2022 e 15 de novembro de 2023
(16 meses)

Todas as matérias foram **veiculadas na Rádio Justiça**.

Deste total, **75 matérias** também foram distribuídas pela **Agência Radioweb** para uma rede de **3 mil rádios**.

Ao todo, foram registradas **12.664 veiculações**.



A cobertura alcançou **1.282 rádios** de todo o país, localizadas em **990 Municípios**.



Considerando o tempo médio de **2 minutos** de cada matéria, os assuntos da Atricon obtiveram **422 horas de exposição**.



ATRICON

ASSOCIAÇÃO DOS
MEMBROS DOS TRIBUNAIS
DE CONTAS DO BRASIL

EVENTOS

30 anos da Atricon

Encontro Nacional dos Tribunais de Contas

Congresso de Comunicação dos Tribunais
de Contas

Congressos Ambientais

Congresso Internacional dos Tribunais
de Contas

Futuro sem racismo



Atricon celebra 30 anos de fundação

Para celebrar 30 anos de fundação, a Atricon promoveu uma série com cinco encontros entre 26 de agosto e 6 de outubro de 2022. As celebrações contemplaram eventos em Brasília (DF), São Paulo (SP), Maceió (AL), Manaus (AM) e Curitiba (PR).

“O objetivo desta iniciativa é estender as atividades alusivas ao aniversário da entidade, realizando um encontro em cada região do país e homenageando os fundadores e lideranças do Sistema”, declarou o presidente da Atricon, Cezar Miola, por ocasião do lançamento da programação.

Sob coordenação do conselheiro Fábio Nogueira (TCE-PB), ex-presidente da entidade, os eventos contaram com diferentes atividades, como palestras, capacitações e lançamentos de pesquisas. Entre os temas trabalhados, destacaram-se a defesa da democracia, o fortalecimento das instituições, a ampliação dos mecanismos de transparência e o papel da educação na construção da cidadania.

Confira ao lado como foram as celebrações em cada região do país.

Centro-Oeste (Brasília – TC-DF)

O encontro em Brasília deu início às celebrações de três décadas da Atricon, fundada em 26 de agosto de 1992.

“A Atricon, nestes 30 anos, para além de ratificar a sua missão e valores institucionais, reafirma o seu compromisso preliminar e inegociável com a democracia”, afirmou o presidente da entidade, Cezar Miola, realçando o ideal democrático que se fez presente em toda a série de encontros.

Paulo Tadeu Vale da Silva, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, citou dados da Organização das Nações Unidas que estimam em R\$ 200 bilhões por ano o custo da corrupção no Brasil. Além disso, relembrou um relatório da Transparência Internacional que apontou inúmeros retrocessos desde 2020 no país, em termos de prevenção à corrupção, agravados pelo cenário de pandemia. “Nesse contexto, precisamos nos aproximar mais da sociedade, para que ela também faça a nossa defesa. Vamos comemorar, mas vamos lutar”, disse Paulo Tadeu.

O primeiro palestrante do evento foi o advogado, jurista e professor Fábio Medina Osório, que abordou temáticas ligadas



As celebrações das três décadas da Atricon tiveram início no Tribunal de Contas do Distrito Federal

ao compliance empresarial e aos programas de integridade. “Logo após o advento da Lei Anticorrupção Empresarial, em 2013, alertamos para as grandes vantagens e riscos dessa normativa. De lá para cá, houve um protagonismo muito forte do Executivo Federal nesse tema, mas os Tribunais de Contas também têm avançado no tocante ao exercício das suas competências fiscalizatórias para o ressarcimento do dano nas prestações de contas, aperfeiçoando os contratos públicos”, avaliou Osório.

Na sequência, o jornalista e advogado Marco Antônio Sabino falou sobre as “fake news” e sua relação com a atu-

al comunicação no Brasil e no mundo. O jornalista destacou que, na filosofia, o conceito de verdade é subjetivo e, por isso, pode-se entender que não existe verdade pura, absoluta, livre de amarras e manipulações. Nesse sentido, apontou que as instituições precisam se abrir ao diálogo, entender qual é o posicionamento de cada veículo e modular o discurso a partir dessa avaliação, além de diversificar os canais de comunicação com a sociedade e procurar formas disruptivas de levar suas informações e seus valores a uma sociedade que se encontra “infointoxicada”.

Na palestra de encerra-

mento, a professora de filosofia da organização Nova Acrópole Lúcia Helena Galvão tratou dos aspectos éticos das relações cotidianas, abordando, a partir da filosofia, as raízes do comportamento não ético. Para ela, a dignidade, a honra e o respeito são elementos fundamentais de uma sociedade ética. “Não há uma listinha do que fazer ou não fazer, e sim inclinações, que quando se manifestam, geram comportamentos antiéticos. Mas isso pode ser reformatado para a vida. O comportamento antiético existe quando os propósitos comuns não existem, e os propósitos pessoais prevalecem soberanos”, explicou Lúcia Helena.

Sudeste (São Paulo – TCE-SP)

O segundo seminário alusivo ao aniversário de 30 anos da Atricon foi promovido em 1º de setembro de 2022, no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). A celebração foi realizada pela Associação em parceria com o TCE-SP e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), abordando o tema “Os desafios do Controle Externo no Estado Democrático de Direito”.

Na abertura do encontro, o presidente do TCM-SP, João Antonio da Silva Filho, destacou a atuação da entidade nessas três décadas. “Reafirmamos o nosso compromisso com o papel do Controle Externo, com a democracia em nosso país e com o fortalecimento da Atricon, que cumpre papel de integração e uniformização dos Tribunais de Contas do Brasil no sentido de aprimorar a fiscalização e garantir a boa aplicação dos recursos públicos”.

Já o presidente do TCE-SP, Dimas Ramalho, ressaltou as contribuições da entidade para o Sistema Tribunais de Contas. “Com muito orgulho estamos comemorando os 30 anos da Atricon, que defende o Sistema de Contas do Brasil e que tem



O tema “Os desafios do Controle Externo no Estado Democrático de Direito” marcou encontro em São Paulo

como norte a defesa das instituições democráticas, do Controle Externo, da nossa Constituição Federal, do equilíbrio entre os Poderes e, sobretudo, da lei.”

O evento contou com palestra do professor, escritor e advogado Gabriel Chalita, que definiu a educação como tema fundamental para o exercício da democracia. “A educação é a política pública mais importante para a construção das demais. E se já havia um fosso, uma desigualdade imensa entre as crianças que conseguem ter acesso a uma boa escola e as que não têm essas mesmas condições, a pandemia am-

pliou esse problema”, avaliou.

Segunda palestrante do encontro, a professora de Direito Administrativo da PUC-SP Márcia Pelegrini pontuou que os Tribunais de Contas estão passando por um acelerado processo de aperfeiçoamento, principalmente por meio da atuação preventiva, concomitante e pedagógica. “Há um movimento dialógico de aproximação com os gestores públicos. A evolução dos órgãos de controle é um pano de fundo para a manutenção do Estado Democrático de Direito. O controle é necessário e indispensável para a democracia”, concluiu Márcia.

Nordeste (Maceió – TCE-AL)

A integração do Superior Tribunal de Justiça (STJ) com os órgãos de controle foi o tema abordado no seminário alusivo aos 30 anos da Atricon na região Nordeste. O evento, sediado no Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL), reuniu conselheiros, servidores e representantes de entidades parceiras dos nove Estados da região em 9 de setembro de 2022.

Na abertura do encontro, o presidente do TCE-AL, Otávio Lessa, saudou os participantes do seminário: “Sentimo-nos honrados por receber representantes do Sistema de Controle dos Tribunais de

Contas da região Nordeste e de outras partes do Brasil para celebrar três décadas de atuação da Atricon”.

Durante a palestra magna do encontro, o ministro do STJ, Humberto Eustáquio Soares Martins, ressaltou que a Constituição Cidadã estabeleceu para os órgãos de controle competências mais abrangentes, incluindo o exame da eficiência e da eficácia dos atos praticados pela Administração Pública. “Os Tribunais de Contas são atores fundamentais para o desenvolvimento do país e têm entregue cada vez mais resultados positivos à po-

pulação”, avaliou Martins.

O vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e ex-presidente da Atricon, Fábio Túlio Nogueira, também palestrou no encontro, abordando o tema “Os desafios contemporâneos do Controle Externo”. Durante a fala, Nogueira destacou alguns dos principais projetos desenvolvidos pela Atricon, como o Marco de Medição de Desempenho e a Rede Infocontas. “A entidade continua inovando e adotando ferramentas para que os Tribunais de Contas possam efetivamente se aproximar do cidadão, da sociedade brasileira”, afirmou.

Seminário no Nordeste discutiu a integração do STJ com órgãos de controle



Norte (Manaus – TCE-AM)

Dando sequência aos encontros regionais alusivos aos 30 anos da Atricon, o Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM) sediou a edição Norte das comemorações em 14 de setembro de 2022. Para palestrar, foram convidados o professor e fundador do Programa de Transparência Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Robert Gregory Michener, e o jornalista e escritor Milton Jung Júnior.

Abrindo a solenidade, o presidente do TCE-AM, conselheiro Érico Desterro, explicou a escolha da temática discutida pela Corte de Contas do Amazonas. “Estamos dando ênfase na

questão da ética, transparência e integridade. O TCE do Amazonas foi o primeiro Tribunal a iniciar a implantação de um sistema de integridade, e queremos aproveitar a oportunidade para demonstrar a importância deste tema”, afirmou Érico Desterro.

Em sua palestra, o jornalista e escritor Milton Jung Júnior narrou histórias de personalidades que, para ele, são exemplos éticos. “Fazer a coisa certa é a melhor definição de ética. Às vezes buscamos explicações profundas para a ética, o que é importante, mas ver estes exemplos simplifica de uma forma eficaz. Na maior parte das

vezes, sabemos o que é certo a se fazer, então basta fazê-lo”, destacou o jornalista.

Já Robert Gregory Michener abordou a transparência como ferramenta fundamental na implementação de políticas que colaborem com a Administração Pública. “É impossível executar políticas públicas sem comunicação. É necessário ter transparência, ainda mais em um país muito fragmentado, como o Brasil. Isso inibe o fluxo de informação, o que deteriora a implementação de políticas em geral. Por isso, é muito importante a transparência neste cenário”, afirmou Michener.

*Érico Desterro
abre solenidade
sobre os 30 anos
da Atricon em
Manaus*



Sul (Curitiba – TCE-PR)

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) encerrou o ciclo de cinco encontros regionais promovidos pela Atricon para celebrar os 30 anos da entidade com o seminário “Educação – Do Controle Social à Fiscalização”.

O presidente da Atricon e ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), conselheiro Cezar Miola, proferiu a fala inaugural do seminário, antes da palestra principal do evento, feita pela ex-ministra Cláudia Costin. “Reafirmo o compromisso da Atricon na defesa das prerrogativas dos membros dos TCs do país, que é também a defesa do próprio Controle Externo brasileiro”, declarou Miola, sendo aplaudido pelos presentes.

Em seguida, pronunciou-se o presidente do TCE-PR, conselheiro Fabio Camargo. Ele aproveitou a ocasião para destacar o projeto Jovem no Controle, organizado pelo Tribunal em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Seed-PR) a fim de levar a temática do Controle Externo sobre a Administração Pública para dentro das escolas estaduais paranaenses. “Isso está em



O ciclo de encontro para comemorar os 30 anos da Atricon se encerrou no TCE do Paraná

plena consonância com o papel orientativo e educativo, em vez de punitivo, que estamos priorizando em nossa gestão”, disse o presidente do TCE-PR.

A última autoridade a falar na abertura do seminário foi o secretário de Estado da Educação e do Esporte (Seed-PR), Renato Féder, que destacou os números alcançados pela educação pública no Paraná e o sucesso do já citado projeto Jovem no Controle. “Os conteúdos estão sendo muito bem recebidos nas escolas”, afirmou o secretário.

Em sua palestra, Cláudia Costin tratou da educação como

ferramenta para construir igualdade de oportunidades. Fundadora e diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (Ceipe-FGV), Cláudia defendeu que a educação precisa ter o compromisso de construir aprendizado profundo, pensamento sistêmico e crítico e resolução colaborativa de problemas. “Essas competências, que serão vitais para o século 21, não podem mais ser restritas somente àqueles que nasceram em berço de ouro ou tiveram a chance de estudar com professores excepcionais”, afirmou a palestrante.



EVENTOS

Com cinco grandes painéis, o encontro contou com convidados especiais, oficinas e reuniões de trabalho

VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (ENTC) discutiu boa gestão e democracia

O VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (VIII ENTC) foi realizado entre os dias 16 e 18 de novembro de 2022, no Centro de Convenções Windsor Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, com o tema “Os Tribunais de Contas como indutores da boa gestão e guardiões da democracia”.

O evento contou com cinco grandes painéis, conferências de convidados especiais, oficinas, reuniões de trabalho e Assembleia-Geral da Atricon, entidade

promotora do encontro em conjunto com os Tribunais de Contas do Município (TCM-RJ) e do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), o Instituto Rui Barbosa, a Abracom, a Audicon e o CNPTC.

Entre os destaques da programação, esteve o painel que divulgou e avaliou resultados do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC). Na oportunidade, o MMD-TC recebeu a certificação da Fundação Vanzolini. A reunião foi mediada por Cezar

Miola, presidente da Atricon, e teve participação dos painelistas Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES), Bruno Quick Lourenço de Lima (Sebrae), Paulo Henrique Dantas Martins Bertolini e Leopoldo Santana Luz (Fundação Vanzolini).

Os resultados do Programa Nacional de Transparência Pública também foram apresentados em primeira mão no VIII ENTC, em uma palestra com Cezar Miola e o conselheiro Antonio Joaquim (TCE-MT).

Os demais painéis trataram dos desafios do diálogo entre instituições, da relação entre os Tribunais de Contas e as políticas públicas, da influência das novas tecnologias sobre os processos licitatórios e do papel das instituições na defesa da democracia. Já as oficinas abordaram temas como responsabilidade fiscal, igualdade de gênero, Controle Externo na área ambiental, comunicação pública e construção de observatórios de políticas públicas.

As conferências do VIII ENTC trouxeram três especialistas de diferentes áreas para compartilhar conhecimento e dialogar com os colaboradores dos Tribunais de Contas. A primeira palestra contou com a participação da neurocientista Carla Tieppo, que tratou do tema “Gerenciamento Emocional como Ferramenta de Produtividade”. Por sua vez, o cientista político Fernando Schüller apresentou a conferência “Brasil: O Desafio da Modernização do Estado”.

Coube ao terceiro conferencista, o advogado e professor Silvio Almeida, encerrar o VIII ENTC. Fundador do Instituto Luiz Gama, Almeida ganhou ainda maior projeção a partir de 2023, quando passou a ocupar o cargo de Ministro dos Direitos

Humanos e Cidadania. Em sua conferência, realizada em 18 de novembro de 2022, o advogado abordou o tema “Sociedade em Vertigem: Crise, Democracia e Políticas Públicas”.

CARTA DO RJ

Os debates promovidos pelo VIII ENTC serviram de subsídio para a criação da “Carta do Rio de Janeiro”, documento que reforça o compromisso dos Tribunais de Contas com a defesa da democracia, a transparência das contas públicas, o diálogo institucional e o estímulo a políticas públicas capazes de atender às necessidades da população.

A carta, assinada pelos presidentes das entidades que organizaram o VIII ENTC, elenca 18 argumentos e 13 diretrizes para guiar os Tribunais de Contas em suas atuações. Entre os temas contemplados, estão a defesa enfática do regime democrático, da Justiça Eleitoral e do modelo de votação do país, a defesa da Constituição, a promoção de novas atividades de capacitação e fiscalização na área do ensino público e a atuação preventiva das Cortes de Contas contra a prática de irregularidades na Administração Pública.



Carla Tieppo



Silvio Almeida



Leia o QR Code ao lado para acessar a íntegra da Carta do Rio de Janeiro



O Congresso reuniu destaques do jornalismo brasileiro e discutiu diretrizes da Comunicação dos Tribunais de Contas

EVENTOS

Atricon promoveu palestras e painéis no Congresso de Comunicação dos Tribunais de Contas (CNCTC)

O Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas (I CNCTC) ocorreu entre os dias 14 e 15 de fevereiro de 2023. Foram dois dias de palestras e painéis promovidos pela Atricon, pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), pela Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), pelo Conselho Nacional de Presidentes dos

Tribunais de Contas (CNPTC) e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB). O evento também contou com o apoio da Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert).

Entre os destaques da programação, estiveram a repórter da Rede Globo Sônia Bridi; o presidente da Associação Nacional de Jornais, Marcelo Rech; a jornalista e diretora da ABCPública, Aline Castro; e o publici-

tário e responsável pela estruturação da atuação do Supremo Tribunal Federal nas redes sociais, entre 2020 e 2022, Bito Telles. Também participaram de debates o jornalista que integra o Projeto Comprova, Sérgio Ludke; e a secretária de Comunicação do TSE, Giselly Siqueira, entre outros profissionais.

Na conferência magna do evento, Sônia Bridi revelou bastidores de grandes reporta-

gens e avaliou em que medida o nível de transparência de informações públicas impactou cada um dos trabalhos. A jornalista defendeu o papel do jornalismo na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, proporcionando ao espectador a chance de tomar decisões mais conscientes para o seu futuro. “O bom jornalismo é feito para defender o interesse público. Como dizia Belchior: palavras são navalhas, e eu não posso cantar como convém sem querer ferir ninguém”, parafrazeou a repórter, sob aplausos do público.

Mais um momento aguardado do congresso foi a apresentação das Diretrizes de Comunicação do Sistema Tribunais de Contas. O documento, que foi discutido na mesa de encerramento do CNCTC, tem a finalidade de orientar os Tribunais de Contas em relação aos requisitos fundamentais para o aperfeiçoamento da comunicação institucional e do relacionamento dos órgãos de controle com a sociedade.

Participaram do debate o coordenador do Grupo de Trabalho de Comunicação da Atricon, conselheiro do TCE-PE, Valdecir Pascoal; a vice-presidente de Comunicação da Associação Brasileira de Comu-

nicação Pública (ABCPública), Alessandra Lessa; o presidente do TCE-SC, Herneus de Nadal; e a jornalista da assessoria de comunicação da Atricon, Priscila Oliveira.

O presidente da Atricon, Cezar Miola, classificou a comunicação como um instrumento essencial para a concretização do princípio re-

publicano e defesa do regime democrático, em especial para o controle social. “Não podemos falar em controle social se não contamos com um processo de comunicação efetivamente transparente, dialógico, que oportunize a participação cidadã nos temas de interesse da Administração Pública”, afirmou Miola.

Sônia Bridi defendeu o papel do jornalismo na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática



As Diretrizes de Comunicação do Sistema Tribunais destacaram requisitos para o aperfeiçoamento da comunicação institucional e do relacionamento dos órgãos de controle com a sociedade





O repórter Francisco José, especialista em questões ambientais, foi palestrante no congresso realizado em Cuiabá

EVENTOS

Congressos discutiram ações de proteção ao meio ambiente

Com o objetivo de discutir e potencializar ações de proteção aos diferentes biomas brasileiros, a Atricon se uniu aos Tribunais de Contas estaduais para promover dois congressos. A primeira edição do Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas foi realizada em Manaus (AM), nos dias 15 e 16 de setembro de 2022; seguida de uma edição em Cuiabá (MT), em 22 e 23 de maio de 2023.

Realizado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), o primei-

ro encontro teve como tema “O Desenvolvimento Sustentável na Amazônia e a Atuação dos Órgãos de Controle no Combate ao Desmatamento Ilegal” e contou com mais de uma dezena de convidados, abrangendo diferentes instituições e órgãos ligados ao ambientalismo.

Os painéis trataram de regularização fundiária; ameaças e oportunidades à Amazônia; mecanismos econômicos para a remuneração dos serviços ambientais; e o fortalecimento dos Tribunais de Contas (TCs) para o

controle ambiental e o combate ao desmatamento. As discussões resultaram na redação da Carta pela Amazônia, documento que apresenta diretrizes para atuação dos órgãos de controle em defesa do meio ambiente.

Entre os compromissos assumidos pelos TCs na Carta, está a realização de auditorias relacionadas à prevenção e ao combate ao desmatamento, às queimadas e à degradação florestal. O documento também defende o compartilhamento de técnicas, dados, informa-

ções e experiências que possam contribuir com as ações.

Já o 2º Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas foi realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) em parceria com a Atricon. O evento ainda contou com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB); do Governo do Estado de MT; da Assembleia Legislativa (AL-MT); do Ministério Público do Estado (MP-MT); do Senado Federal, por meio do senador Wellington Fagundes, que é autor do projeto que cria o Estatuto do Pantanal, objeto de debate no evento; do Instituto Nacional de Áreas Úmidas (Inau); e da comunidade acadêmica, com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) e a Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

Pontos abordados no 2º Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas

- 1 Estatuto do Pantanal
- 2 Insegurança jurídica e desenvolvimento sustentável
- 3 Desafios ambientais dos empreendimentos de energia e a transição energética
- 4 Agricultura familiar e segurança alimentar
- 5 Agricultura empresarial
- 6 Mercados de carbono
- 7 Instrumentos de governança ambiental e ações conjuntas do setor público e sociedade civil na preservação ambiental
- 8 Desafios do uso da terra em tempos de mudanças climáticas
- 9 Situação dos povos originários no Brasil

Entre os debatedores, o 2º Congresso Ambiental reuniu representantes do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP); da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Pantanal; da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica; do Instituto Somos do Minério; da Associação Brasileira de Direito da Energia e do Meio Ambiente; do Observatório do Clima; da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famat-MT), entre outros.

Também foram promovidas palestras com o repórter especialista em meio ambiente Francisco José e com a ativista ambiental, empresária e comunicadora Fe Cortez.

“Este congresso é uma demonstração de que os poderes públicos, a Justiça e os Tribunais de Contas já começam a avançar no sentido de reduzir os impactos das mudanças climáticas e combater os crimes ambientais. Tenho certeza de que outros Estados seguirão o exemplo de Mato Grosso, e seus Tribunais de Contas promoverão mais congressos como este”, declarou Francisco José.



A ativista e comunicadora Fe Cortez destacou a importância do desenvolvimento sustentável e das decisões conjuntas de preservação da natureza



Leia o QR Code ao lado para acessar a íntegra da Carta pela Amazônia

III CITC reforçou compromisso com as responsabilidades fiscal e social

Os desafios da governança, das responsabilidades fiscal e social e da sustentabilidade na era digital estiveram entre os principais temas debatidos no III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC). O evento foi realizado entre os dias 28 de novembro e 1º de dezembro de 2023 e reuniu cerca de 1,5 mil participantes em Fortaleza (CE). Os quatro dias de encontro contaram com mais de 100 palestrantes, e foram realizadas mais de 50 atividades abordando temas que estão consolidados no dia a dia dos Tribunais e algumas novidades, como o uso de inteligência artificial para otimizar em escala as funções constitucionais das Cortes de Contas.

“Os Tribunais de Contas não se ocupam apenas da regularidade e do respeito à lei. Com o apoio dos controles internos e sociais, e integrados a outras estruturas de Estado e da sociedade, os TCs têm aferido



Presidente Cezar Miola

se os tributos se transformam em obras e serviços de qualidade, se melhoram a vida das pessoas. Para isso é essencial planejar, formular, compartilhar e ser transparente”, afirmou o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), conselheiro Cezar Miola, na aber-



Leia o QR Code acima para acessar a íntegra do discurso do presidente Cezar Miola na abertura do III CITC



Congresso reuniu cerca de 1,5 mil participantes em Fortaleza (CE)

tura oficial do congresso.

O evento foi promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon) em conjunto com o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), a Associação Nacio-

nal dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon) e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), com o patrocínio do Sebrae, do Banco do Nordeste e da Água Mineral Natural Indaiá.

O apoio foi da Associação Nacional do Ministério Público

de Contas (Ampcon), do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Instituto Dragão do Mar, das Secretarias da Cultura e do Turismo do Estado do Ceará e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT).



O que disseram as autoridades

Presidente do TCE-CE, Valdomiro Távora

“Os TCs têm desempenhado relevante papel na Administração Pública, atuando no sentido de contribuir para que a gestão pública se modernize se adequando aos novos tempos em que a luta pelos direitos, inclusão e equidade são a tônica das lutas sociais. Eles têm a nobre missão de contribuir para a educação da população, e isso significa muito, porque estamos falando sobre preparar as gerações de hoje para um futuro em que seja possível viver numa democracia forte, exercendo a cidadania com plenitude.”

Presidente da Abracom e do TCM-GO, Joaquim de Castro

“O Sistema de Controle Externo vive um grande momento, exercermos nossa missão constitucional de fazer com que o dinheiro público seja bem aplicado. Isso faz com que a sociedade reconheça nos Tribunais de Contas o pilar da democracia e, principalmente, um grande sustentáculo da preservação do erário, antes, porém, comprometido em fazer um trabalho preventivo, de orientar o gestor.”

Presidente do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Luiz Antonio Guaraná

“Precisamos fiscalizar como as crianças estão saindo das escolas públicas. Não adianta melhorar a saúde e o transporte se não olharmos para a educação.”

Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Edilberto Pontes

“Estamos discutindo Inteligência Artificial, big data, sustentabilidade, governança e responsabilidades fiscal e social, temas que o mundo inteiro está discutindo. Para nós, do Instituto Rui Barbosa, que é a casa do conhecimento dos Tribunais, isso é uma alegria extra. A força do IRB é a força dos Tribunais de Contas. E essa vitalidade só existe pela cooperação de cada Tribunal, de cada técnico e de cada conselheiro.”

Presidente da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), ministro Marcos Bemquerer Costa

“A era digital nos fornece ferramentas sem precedentes, e os Tribunais de Contas têm a responsabilidade de garantir o uso eficaz e regular dos recursos públicos.”

Governador do Ceará, Elmano de Freitas

“Muito mais do que o controle formal das contas, são as contribuições de prevenção que os conselheiros e todos os servidores dos Tribunais de Contas fazem para a melhoria das políticas públicas, da mesma maneira que investem para garantir a transparência da utilização dos recursos públicos.”



A conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes (E) foi a moderadora da palestra do filósofo Francisco Bosco

Reconstrução do debate público foi tema da conferência de abertura

A recondução de um debate público brasileiro a um estado de funcionalidade, a partir de uma realidade mais democrática, foi o ponto central da conferência do filósofo e ensaísta Francisco Bosco, que conduziu a conferência de abertura do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC), em Fortaleza (CE).

O doutor em teoria da literatura é autor do livro que leva o mesmo nome do tema da palestra, “O diálogo possível: por uma reconstrução do debate público brasileiro”. “Eu escrevi esse livro porque, nos últimos anos, era cada vez mais nítida

a minha interpretação de que o debate público brasileiro estava em estado de disfuncionalidade grave. Porque um debate público tem como premissa que cada agente participe com o que poderíamos chamar de uma razoável margem de manobra cognitiva”, disse ao complementar que isso significa que todos nós temos alguma afeição ideológica política.

“Já temos repertório existencial, político, social. É para termos formado um conjunto de ideias de onde a gente parte para interpretar o mundo.” Nesse sentido, Bosco destacou que, se cada um partir da premissa de que a

realidade só deve confirmar a nossa visão, o debate público perde a sua função, “ele não tem como funcionar”, resumiu.

Presidente da mesa, a conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes, do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), qualificou a palestra como “profunda, mas muito agradável e disposta de uma maneira muito leve”. Para finalizar, destacou a atuação dos membros e servidores das Cortes de Contas: “Como servidores públicos, controladores, indutores de políticas públicas não devemos nos deixar dominar por qualquer ideia de polarização.”

► Temas do Congresso



Painel 1 Controle Externo e controle social no mundo digital

O painel “Controle Externo e Controle Social: Um Diálogo Necessário na Era Digital” contou com a participação de Maria Dolores Moya, conselheira do Tribunal de Contas da Espanha, José Fernandes Tavares, conselheiro presidente do Tribunal de Contas de Portugal, e Ronaldo Mota, professor aposentado da Universidade Federal de Santa Maria e da Academia Brasileira de Educação. A mediação foi do vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) e presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), conselheiro Edilberto Pontes.

O ponto central que norteou as discussões foi o desafio da atuação das Cortes de Contas na era digital, com a certificação da grande produção de volume de informações e com auditorias aliadas às necessidades da população.

Painel 2 Inovações no Controle Externo

O painel “Inovações no Processo de Controle Externo: do Consensualismo ao Código de Contas” teve participação do professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Fredie Didier Jr. e do conselheiro do TCE-MT Valter Albano da Silva. O moderador foi o presidente da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Joaquim Alves de Castro Neto.

Fredie Didier Jr. relatou a experiência de implantação do Código de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT). “Cada Tribunal parece ter um modo próprio de lidar com as coisas, o que é uma visão da primeira metade do século passado”, avaliou. Valter Albano da Silva apresentou o modelo de Mesas Técnicas adotado no Estado. Explicou que se trata de um modelo de atuação consensual na solução de questões complexas.





Painel 3

Contribuições para o desenvolvimento sustentável

Como os Tribunais de Contas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável no país? Esse foi o tema discutido durante o painel “Desenvolvimento Sustentável e Tribunais de Contas”. Durante a apresentação, os painelistas abordaram como o Sistema Tribunais de Contas é fundamental para a democracia e para a promoção do desenvolvimento do Brasil, tendo como foco as pessoas.

O painel teve a mediação do conselheiro

aposentado Sebastião Helvecio, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e vice-presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), e a participação de Renata Castro, presidente do Instituto Protege; Juliana Venceslau, analista de planejamento estratégico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD); e Wilma Almeida, gerente de políticas públicas do Sebrae no Ceará.



Painel 4

Políticas de igualdade de gênero e racial

O painel “Políticas Públicas na Construção da Igualdade e da Responsabilidade Social: o Papel Indutor dos Tribunais de Contas” reuniu a presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fernanda Pacobahyba, a ministra-substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Edilene Lôbo e a assessora especial de controle interno do Ministério das Mulheres, Margareth Gonçalves Pedrosa, para discutir ações governamentais voltadas a garantir a igualdade de oportunidades aos vários grupos da sociedade.

A mesa foi mediada pela conselheira-substituta do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) e presidente eleita da Audicon, Milene Dias da Cunha. “Os Tribunais de Contas (TCs) possuem muitas experiências de atuação de fiscalizações em políticas, e os órgãos de controle podem contribuir para a temática junto às demais instituições do país”, informou.

Painel 5

Governança e sustentabilidade na gestão pública

A importância de realizar o controle da regularidade, sem abrir mão de avaliar a qualidade dos gastos públicos, foi o mote do painel que tratou de Governança e Sustentabilidade Fiscal na Gestão Pública. O debate teve como moderador o presidente da Atricon, Cezar Miola, que lembrou da importância do tema, não apenas para os Tribunais de Contas, mas para o país e para a sociedade brasileira. “O cumprimento dos grandes objetivos estabelecidos pela Constituição brasileira só é possível com sustentabilidade na gestão pública”, lembrou.

Ex-presidente da Atricon, Valdecir Pascoal (TCE-PE) palestrou junto ao conselheiro Rodrigo Chamoun, presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), e com o secretário adjunto de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Daniel Couri.





► Oficinas

Durante o III CITC, centenas de participantes tiveram a oportunidade de acompanhar as oficinas temáticas, que foram ministradas por representantes de Tribunais de Contas de todo o país e também por especialistas em áreas que enriqueceram as atividades. Confira os principais temas:

Ciência de Dados e Inteligência Artificial: como os Tribunais de Contas estão vivendo essa revolução?

Desafios dos Tribunais de Contas na construção da igualdade de gênero

Como utilizar a inteligência artificial para potencializar as ferramentas de comunicação?

Contribuição dos Tribunais de Contas para a efetividade da Política Pública de Educação: experiências de atuação em rede

Desafios da educação antirracista: o GT 26-A unindo esforços para fiscalização e implementação da legislação

O apagão das canetas: fato ou fake?

Observatórios de Políticas Públicas: avanços e novos desafios

► Aconteceu no III CITC

Conferência magna debateu riscos da Inteligência Artificial

Durante a palestra magna na solenidade de abertura do III CITC no dia 29 de novembro de 2023, Miles Taylor, que é ex-chefe do Departamento de Segurança Nacional dos Estados Unidos, alertou para os riscos iminentes causados pela popularização do uso de Inteligência Artificial para produzir desinformação.

Taylor mostrou que, com as novas tecnologias de informação e comunicação, notícias falsas circulam com uma velocidade assustadora.

Ele demonstrou que, a partir de um telefone celular, é possível produzir, em minutos, um vídeo com as feições ou uma mensagem de áudio com a voz de qualquer pessoa. “Quando as pessoas não conseguirem mais saber o que é real, elas vão perder a capacidade de acreditar no próprio



Estado”, afirmou. Ele listou medidas que podem ter impacto positivo nessa luta pela manutenção das democracias, que incluem educação pública que capacite crianças e jovens a reconhecer os riscos desse novo ambiente informacional e a preparação de servidores públicos.

A conselheira Carolina Matos foi a mediadora da palestra de Miles Taylor.

Leia entrevista com Miles Taylor nas páginas 122 a 125

Celebração de parcerias marca os 50 anos do IRB

Como parte da programação do III CITC, foi realizada sessão comemorativa alusiva ao cinquentenário do Instituto Rui Barbosa (IRB). O momento foi oportuno para assinatura de acordos de cooperação técnica entre Cortes internacionais, reconhecimento dos vencedores do Prêmio IRB de Jornalismo e de livro sobre a atuação dos Tribunais em relação às políticas públicas.

Participaram da solenidade o vice-presidente do IRB, Sebastião Helvecio, e o conse-

lheiro Inaldo da Paixão (TCE-BA). Os acordos de cooperação técnica firmados visam ao intercâmbio de tecnologia, à troca de experiências e ao fortalecimento dos laços institucionais entre o IRB e as Cortes de Portugal e de Angola.

Também foi lançado o selo personalizado e o carimbo comemorativo alusivo aos 50 anos do IRB. A entrega foi feita ao presidente do IRB, conselheiro Edilberto Pontes, pela superintendente Estadual dos Correios, Iranilda Rufino da Costa.

Homenagem aos 30 anos de atuação da Atricon

O resultado do trabalho realizado ao longo de mais de 30 anos da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) em benefício do Controle Externo foi destaque durante o III CITC. Com moderação da jornalista Leila Braga Sterenberg, o atual presidente da entidade, Cezar Miola, e os ex-presidentes Antonio Joaquim, Valdecir Pascoal e Fábio Túlio Nogueira apresentaram as principais ações desenvolvidas no período.

“Ao me preparar aqui para essa conversa eu me dei conta da importância da Atricon e dos Tribunais de Contas do nosso país”, disse a jornalista ao saudar os painelistas. Leila completou destacando que o bom jornalismo andou de mãos dadas com o processo de redemocratização e as Cortes de Contas também.

O presidente da Atricon lembrou alguns avanços do Controle Externo ao longo das últimas três décadas e ressaltou a importância de valorizar a trajetória das pessoas do Sistema, antecipando a exibição de um vídeo em homenagem ao falecido conselheiro Carlos Pinna de

Assis, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE) e ex-presidente da Atricon. “Uma homenagem singela, mas muito autêntica, em nome da Atricon e dos 33 Tribunais de Contas do Brasil”, concluiu.

Colar do Mérito Ministro Seabra Fagundes

Na ocasião também foi realizada a entrega do Colar do Mérito Ministro Seabra Fagundes. Os agraciados foram os painelistas, conselheiros Antonio Joaquim, Fábio Túlio Filgueiras Nogueira e Valdecir Fernandes Pascoal, a conselheira Soraia Victor (TCE-CE) e os servidores Luiz Genélio Mendes Jorge (TC-DF), Risodalva Beata de Castro (TCE-MT) e Viviane Pereira Grosser (TCE-RS). Os conselheiros aposentados Victor Faccioni e Salomão Ribas também foram agraciados.

Durante o evento, o presidente da entidade entregou a Medalha da Atricon a servidores de Tribunais de Contas em reconhecimento a contribuições oferecidas ao Controle Externo.

Lançamento de livros

O lançamento da “Trilogia do Ruizinho”, composta por três livros paradidáticos sobre Rui Barbosa, marcou a programação cultural do III CITC. Os livros, que são dirigidos a crianças matriculadas entre o 2º e o 5º ano do ensino fundamental, contam três histórias: “Rui, o silêncio do fogo”, de Demitri Túlio; “Rui, o homem que vestia palavras”, de Kelsen

Bravos; e “Rui, o menino-águia que tinha um vulcão na cabeça”, de Efigênia Alves.

A obra coletiva “Os Tribunais de Contas e as Políticas Públicas”, coordenada por Edilberto Pontes, também foi lançada no III CITC. O livro conta com artigos sobre temas como empoderamento social, blockchain e plano plurianual de políticas públicas.



Ministro Luís Roberto Barroso falou sobre direito e sustentabilidade na era digital



Ministro Gilmar Mendes destacou a importância da Súmula 347 para o controle exercido pelos Tribunais de Contas

Ministros do STF palestram no encerramento do III CITC

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Luís Roberto Barroso, e o ministro do STF Gilmar Mendes foram os palestrantes da conferência de encerramento do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC), que ocorreu de 28 de novembro a 1º de dezembro, no Centro de Eventos do Ceará, na cidade de Fortaleza (CE).

A conselheira do Tribunal de Contas do Piauí (TCE-PI) Li-

lian Martins mediou o debate acompanhada pelos presidentes da Atricon, Cezar Miola, do Instituto Rui Barbosa (IRB), Edilberto Pontes, do TCE-CE, Valdomiro Távora, do Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE), desembargador Antônio Moraes, da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Joaquim de Castro, do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Luiz Antônio Guaraná, e pela

presidente eleita da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), Milene Cunha.

O tema do debate foi o direito e a sustentabilidade na era digital. Os ministros do STF foram homenageados com placas do IRB, livros e obras de artistas cearenses. Mendes e Barroso receberam também o Colar do Mérito da Atricon pelos relevantes serviços prestados ao Sistema de Tribunais de Contas.

Carta de Fortaleza foi lançada no encerramento do III CITC

Inovação, governança, transparência, uso de inteligência artificial para potencializar as ações de controle e busca pelo consensualismo são alguns dos temas contemplados pela Carta de Fortaleza, lançada no dia 1º de dezembro, no encerramento do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC).

O documento, lido pelo presidente eleito da entidade (2024/2025), Edilson de Sousa Silva, destaca que “a era digital também oferece oportunidades para inovação, melhorando a eficiência dos serviços públicos, promovendo maior engajamento cidadão. O III CITC refletiu sobre um novo formato de atuação desses entes na era digital, buscando uma governança avançada, responsável, justa e sustentável. Atingir esse equilíbrio requer um compromisso contínuo com a inovação e um diálogo aberto e participativo entre todos os setores da sociedade”.

A Carta, que aborda 31 temáticas, também ressalta o potencial dos Tribunais de Contas para o crescimento da receita pública, sem ampliar a tributa-

ção, por meio de auditorias e de mecanismos alternativos de cobrança da dívida ativa dos entes federativos (com ênfase para o protesto de títulos).

A Carta de Fortaleza é assinada pelos presidentes da Atricon, Cezar Miola; do Instituto Rui Barbosa (IRB), Edilberto Carlos Pontes Lima; do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), José Valdomiro Távora de Castro Júnior; da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios

(Abracom), Joaquim Alves de Castro Neto; do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Luiz Antonio Guaraná; e da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos (Audi-con), Marcos Bemquerer Costa.



Leia o QR Code ao lado para acessar a íntegra da Carta de Fortaleza



Com a assinatura de diversas entidades, Carta de Fortaleza foi divulgada ao final do Congresso

Educação por um futuro sem racismo

Tendo em vista o protagonismo que a escola pode ocupar na mitigação do racismo entre as novas gerações, a Atricon promoveu o seminário “20 anos do Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – fiscalização e desafios da educação antirracista”. O evento contou com convidados de diferentes áreas do conhecimento e teve como objetivo debater alternativas para o avanço da fiscalização da oferta da temática nas instituições de ensino, discutir a promoção da educação antirracista e das relações étnico-raciais na formação dos docentes e expor práticas bem-sucedidas desenvolvidas por escolas.

Realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em outubro de 2023, o seminário marcou os 10 anos do Grupo de Trabalho 26-A, formado por profissionais de instituições de ensino superior, auditores do TCE-RS e profissionais de outras instituições públicas. O grupo atua no planejamento e na execução de atividades de orientação e controle da implementação das



A Atricon promoveu, na Assembleia Legislativa do RS, o seminário “20 anos do Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – fiscalização e desafios da educação antirracista”

ações voltadas ao cumprimento do dispositivo legal pelos Municípios e pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Na abertura do encontro, o presidente da Atricon, Cezar Miola, destacou que os Tribunais de Contas estão mobilizados para garantir o acesso à educação pública e também para estimular e fomentar o cumprimento do art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), que tornou obrigatória a oferta de ensino antirracista nas escolas. “Procuramos mobilizar e sensibilizar o

acompanhamento dessa política pública. A partir do próximo ciclo do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), que avalia a atuação dos órgãos de controle, serão analisadas as ações de fiscalização em torno dessa temática”, anunciou Miola.

O evento contou com a presença de uma atração cultural – a percussionista e cantora Nina Fola – painéis com diferentes convidados e uma grande conferência de encerramento. Além disso, a equipe da Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), vinculada ao Ministério da Educação, também teve oportunidade de apresentar sua organização e principais linhas de ação.

Em um dos painéis, a auditora de Controle Externo do TCE-RS Andrea Mallmann Couto e a professora Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher (Uniafro/UFRGS) analisaram resultados de levantamentos realizados junto às Prefeituras do Rio Grande do Sul, apresentaram o processo de construção do Grupo de Trabalho 26-A e discorreram sobre a responsabilidade das instituições no estímulo à educação antirracista.

Mais um destaque foi o painel com professores da rede pública de ensino que promovem experiências exitosas em sala de aula. O debate contou com a presença de Allan Pevirguladez, criador do projeto Música Popular Brasileira Infantil Antirracista (MPBIA); Gerônimo Morinico Franco, Mbya Guarani que apresentou a trilha educativa na Comunidade Yvy Poty; e Larisse Silva de Moraes, idealizadora e coordenadora do coletivo de educação antirracista Afroativos.

A conferência de encerramento foi ministrada pela

advogada Susana Kaingáng. Primeira indígena a se tornar doutora pela UFRGS, Susana foi responsável pela fundação da organização indígena Instituto Kaingáng (INKA). Em sua palestra, a advogada falou sobre a educação para os povos indígenas, citou os paradigmas pelos quais os nativos passaram até a Constituição Federal de 1988 e comentou sobre os avanços para esta população após a Carta Magna. “Existem avanços, mas, em relação à expectativa que se tem, ainda é muito pouco, o que indica que temos muito trabalho a fazer”, avaliou Susana.

O evento contou com convidados de diferentes áreas do conhecimento e teve como objetivo debater alternativas para o avanço da fiscalização da oferta da temática nas instituições de ensino, discutir a promoção da educação antirracista e das relações étnico-raciais na formação dos docentes e expor práticas bem-sucedidas desenvolvidas por escolas.



A educação dos povos indígenas foi um dos temas debatidos no seminário e os paradigmas que ainda são enfrentados nos dias atuais

ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO

Portarias

Notas Recomendatórias

Notas Recomendatórias Conjuntas

Primeira Infância

Posse de conselheiros

Grupos de Trabalho



ATUAÇÃO NO CONGRESSO

PEC nº 02/2017

PEC da Reforma Tributária

PEC da Essencialidade dos TCs

Atuação da Assessoria Parlamentar

Atividades de orientação

Com atuação centrada na garantia da representação, da defesa, do aperfeiçoamento e da integração dos Tribunais de Contas e de seus membros (ministros, conselheiros, ministros-substitutos e conselheiros-substitutos), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) se manifesta por meio de portarias, notas recomendatórias e resoluções, que buscam orientar o aprimoramento do Sistema de Controle Externo do Brasil em benefício da sociedade. Confira os principais documentos emitidos na gestão 2022/2023:

Portarias

Foram editadas 29 portarias em 2022 e 45 em 2023. Os atos administrativos tratam de temas diversos, como a designação de integrantes para representação em comissões; a formação de grupos internos de trabalho, visando a qualificação da atuação da entidade em temas específicos; a instituição de comissões para acompanhamento de temas externos e a concessão de honrarias e homenagens.

Confira alguns desses atos:

Portaria nº 03/2022

Designa Grupo de Trabalho com o objetivo de sugerir medidas para a promoção da igualdade de gênero e para a avaliação das políticas públicas na área.

Portaria nº 06/2022

Designa Grupo de Trabalho com o objetivo de oferecer contribuições do Sistema Tribunais de Contas do Brasil a respeito do serviço de transporte coletivo urbano por ônibus.

Portaria nº 09/2022

Constitui a Comissão de Coordenação-Geral do Marco

de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil – MMD-TC.

Portaria nº 14/2022

Constitui Comissão de Garantia da Qualidade das Avaliações dos Tribunais de Contas do Brasil, realizadas com base no Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC, Ciclo 2022, no âmbito do Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas.

Portaria nº 17/2022

Designa Comissão Especial responsável pelo acompanhamento de projetos de lei e de Proposta de Emenda à Constituição em tramitação no Congresso Nacional.

Portaria nº 20/2022

Designa Grupo de Trabalho com o objetivo de fomentar, em âmbito nacional, metodologia padronizada de quantificação dos benefícios gerados pela atuação dos Tribunais de Contas.

Portaria nº 27/2022

Designa Grupo de Trabalho com o objetivo de coordenar a realização, em âmbito nacional, de fiscalizações ordenadas na educação, a partir da cessão de

tecnologia e metodologia pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

Portaria nº 03/2023

Designa integrantes para compor comissão encarregada de conduzir a execução do Plano de Ação para a Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (Rede InfoContas), relativo ao biênio 2022/2023, bem como de coordenar suas atividades.

Portaria nº 05/2023

Designa representantes da Atricon para compor Grupo de Trabalho, conjunto com o CNPTC e o Ibraop, destinado à promoção de estudos de viabilidade para implantação de um Painel Nacional de Obras Públicas.

Portaria nº 06/2023

Designa representantes da Atricon para compor o Grupo de Trabalho, proposto pelo Ibraop, destinado à realização de estudos de viabilidade para implantação de um Painel Nacional de Obras Públicas.

Portaria nº 16/2023

Constitui a Comissão de Sistematização do novo Plano Estratégico da Atricon e dá outras providências.



Leia o QR Code acima para acessar a lista completa das portarias

Notas Recomendatórias

Em cumprimento a um dos objetivos da entidade, de desenvolvimento de atividades de caráter técnico, pedagógico, científico e cultural voltadas ao aprimoramento do Sistema Tribunais de Contas do Brasil e de seus membros, a Atricon emite notas recomendatórias.

A gestão 2022/2023 publicou sete documentos, que tratam de orientações para temas diversos, como fiscalização do serviço de transporte coletivo urbano por ônibus; cumprimento do mínimo constitucional em educação e medidas propostas pelo Grupo de Trabalho para promoção da igualdade de gênero.

Confira algumas das notas recomendatórias emitidas:

Nota Recomendatória Atricon nº 01/2022

Orienta a fiscalização das transferências especiais.

Nota Recomendatória Atricon nº 02/2022

Recomendação aos Tribunais de Contas brasileiros para que, observado o regime jurídico-administrativo, adotem instrumentos de solução consensual de conflitos, aprimorando essa dimensão nos processos de Controle Externo.

Nota Recomendatória Atricon nº 03/2022

Recomendações aos Tribunais de Contas brasileiros quanto à fiscalização do serviço de transporte coletivo urbano por ônibus.

Nota Recomendatória Atricon nº 04/2022

Recomendação aos Tribunais de Contas do Brasil, considerando as medidas propostas pelo Grupo de Trabalho para promoção da igualdade de gênero.

Nota Recomendatória Atricon nº 01/2023

Recomendação aos Tribunais de Contas brasileiros quanto à sua atuação em relação ao tema dos gastos tributários.

Nota Recomendatória Atricon nº 02/2023

Recomendação de alerta aos jurisdicionados quanto ao cumprimento do mínimo constitucional em educação.

Nota Recomendatória Atricon nº 03/2023

Recomendação aos Tribunais de Contas brasileiros para que, desenvolvendo ações voltadas ao fortalecimento da legitimidade das instituições de Controle Externo perante a sociedade, adotem Diretrizes de Comunicação, a fim de ampliar o acesso da sociedade a serviços públicos e a informações capazes de estimular o exercício da cidadania.

Nota Recomendatória Atricon nº 04/2023

Recomendação aos Tribunais de Contas brasileiros para que adotem a linguagem simples e o direito visual, com o uso de elementos que facilitem a compreensão da informação, a fim de ampliar o acesso da sociedade a serviços públicos e a informações capazes de estimular o exercício da cidadania e o controle social.

Nota Recomendatória Atricon nº 05/2023

Recomendação aos Tribunais de Contas brasileiros para que adotem mecanismos de participação da sociedade no âmbito da sua atuação.



Leia o QR Code ao lado para acessar a lista completa das notas recomendatórias

Notas Recomendatórias Conjuntas

A Atricon se engaja em diferentes ações sistêmicas voltadas ao aprimoramento e à uniformização dos entendimentos e procedimentos de contas, que resultam em notas recomendatórias elaboradas conjuntamente com outras entidades, com o objetivo de fortalecer o Sistema Tribunais de Contas. Entre elas, estão o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

Esse trabalho resultou na publicação de cinco notas recomendatórias conjuntas ao longo da gestão 2022/2023, que trataram de temas como a estruturação de controladorias municipais e a Lei do Governo Digital.

Confira algumas das notas recomendatórias conjuntas emitidas:



Leia o QR Code acima para acessar a lista completa das notas recomendatórias conjuntas

Nota Recomendatória Conjunta Atricon nº 01/2023

Recomendação aos Tribunais de Contas brasileiros quanto à sua atuação em relação à estruturação das controladorias municipais e à interação entre os controles externo e interno.

Nota Recomendatória Conjunta Atricon nº 02/2023

Recomendação aos Tribunais de Contas brasileiros quanto à incidência da decadência e da prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento nos processos de Controle Externo.

Nota Recomendatória Conjunta Atricon nº 03/2023

Aprova Diretrizes para o Controle Externo sobre a compatibilidade das peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) com os planos de educação e para as audiências públicas, a transparência, o controle social, a execução orçamentária e financeira e a prestação de contas das ações relativas ao planejamento.

Nota Recomendatória Conjunta Atricon nº 01/2022

Recomendação aos Tribunais de Contas brasileiros visando a estimular, acompanhar e fiscalizar as ações desenvolvidas pelos entes públicos, quanto à

realização da busca ativa dos meninos e das meninas em situação de evasão ou abandono, ao fornecimento de alimentação adequada e de transporte escolar e à garantia de conectividade para assegurar o direito à educação e para recompor as perdas na aprendizagem, bem como quanto à vacinação das crianças de cinco a 11 anos.

Nota Recomendatória Conjunta Atricon nº 02/2022

Recomendação aos Tribunais de Contas brasileiros para que adotem os princípios, as regras e os instrumentos da Lei do Governo Digital, bem como para que estimulem a adesão por parte dos seus jurisdicionados.

Ações voltadas à Primeira Infância no ciclo orçamentário

Agosto marca o mês de conscientização sobre a importância da Primeira Infância no Brasil, período que vai do zero aos seis anos de idade. Aproximadamente 20 milhões de meninos e meninas estão nesta faixa etária no país. A Atricon apoia ações quanto ao tema e, no dia 10 de agosto, apresentou aos Legislativos Estaduais e Municipais o conteúdo na Nota Recomendatória Conjunta nº 01/2023.

O documento sugere que a priorização da Primeira Infância seja incluída nos projetos de ciclo orçamentário, como o

Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Pesquisas demonstram que essa fase é extremamente sensível para o desenvolvimento social, cognitivo e emocional dos indivíduos. Por isso a necessidade de uma atenção ainda maior do poder público, como lembrou o presidente da Atricon, Cezar Miola, no boletim que foi ao ar na Rádio Justiça.

Entre as recomendações, está a de que os legisladores dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal verifiquem o cumprimento do Marco Legal

da Primeira Infância. Além disso, devem se certificar de que o tema está sendo prioridade nos orçamentos públicos. O texto traz dispositivos específicos que devem ser observados em cada tipo de orçamento.

A Nota Recomendatória foi assinada pela Atricon em conjunto com o Instituto Rui Barbosa, a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios, o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância e a União dos Vereadores do Brasil.



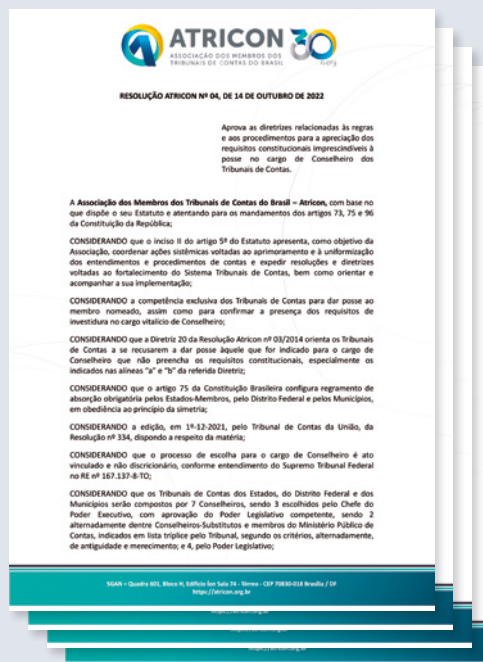
Atricon aprovou resolução para orientar sobre a posse de conselheiros

A Atricon publicou a Resolução nº 04/2022, que traz uma série de orientações aos Tribunais de Contas relacionadas às regras e aos procedimentos para a apreciação dos requisitos para a posse dos indicados para o cargo de conselheiro nos órgãos de controle. Um dos objetivos da edição do documento é “promover um processo transparente e seguro, a fim de definir de quem é a competência para o preenchimento da vaga, assim como informar de imediato a autoridade competente para a escolha”.

A Resolução, aprovada pela Diretoria da entidade no dia 11 de outubro de 2022, detalha, em 14 itens, as etapas a serem cumpridas, os requisitos mínimos e os documentos que devem ser entregues pelos indicados ao cargo. O documento também destaca a necessidade da regulamentação interna nos TCs para definir o fluxo de comunicação ao Poder competente para a indicação de pessoa ao cargo vago, a origem e os critérios de indicação, as competências, os prazos,

a relação de documentos comprobatórios e demais atos relacionados à posse no cargo.

Em dezembro de 2021, o Tribunal de Contas da União editou a Resolução nº 334, a qual dispõe sobre a matéria no âmbito daquela Corte.



Leia o QR Code ao lado para acessar a íntegra do documento



Grupos de Trabalho

Conheça alguns dos Grupos de Trabalho formados pela Atricon ao longo da gestão 2022-2023:

Grupo de Trabalho com o objetivo de sugerir medidas para a promoção da igualdade de gênero no âmbito do Sistema Tribunais de Contas do Brasil e para a avaliação das políticas públicas na área.

Formado em março de 2022, o GT apresentou relatório no VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (ENTC), em novembro do mesmo ano. Entre outros dados sobre representatividade feminina nos Tribunais de Contas, o documento apontou que, dos 226 conselheiros titulares, 88% são homens; e apenas 12% são mulheres. O GT também foi responsável pela Nota Recomendatória nº 04/2022, que orienta a adoção de instrumentos para ampliar a participação feminina em funções de liderança nos Tribunais de Contas.

Grupo de Trabalho coordenado pela conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas (TCE-SE)



Leia o QR
Code ao lado
para acessar
o documento
completo

Grupo de Trabalho com o objetivo de oferecer contribuições do Sistema Tribunais de Contas do Brasil a respeito do serviço de transporte coletivo urbano por ônibus.

O Grupo de Trabalho foi responsável por um completo estudo sobre o transporte coletivo urbano no Brasil, entregue ao então vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, em dezembro de 2022. Para o presidente da Atricon, Cezar Miola, o trabalho representa o mais amplo diagnóstico já realizado no país sobre o tema. “O nosso objetivo é oferecer contribuições a partir do conhecimento que temos na área, principalmente das dificuldades enfrentadas pelos Municípios”, afirmou Miola, na ocasião. De acordo com o levantamento, entre os principais problemas identificados estão editais baseados em planejamento precário, cálculo tarifário incorreto, baixa transparência e deficiente fiscalização da execução do serviço. A partir do trabalho, foi possível elaborar a Nota Recomendatória nº 03/2022.

Grupo de Trabalho coordenado pelo conselheiro João Antônio da Silva Filho (TCM-SP)



Leia o QR Code ao lado para acessar a íntegra do estudo



Leia o QR Code ao lado para acessar a Nota Recomendatória nº 03/2022

Grupo de Trabalho responsável pela organização de evento com o objetivo de realizar um diagnóstico e traçar diretrizes de atuação e aprimoramento para os Tribunais de Contas brasileiros relativamente ao tema do meio ambiente.

Entre as justificativas para a formação do Grupo, estão os debates contemporâneos sobre os efeitos da devastação ambiental no equilíbrio do planeta, que têm resultado em novas regras de compromisso e de conduta a serem adotadas pelas nações, a exemplo da Agenda 2030, da ONU. O Grupo de Trabalho foi responsável pela criação do Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas, que já teve duas edições. A primeira foi realizada em Manaus (AM), em 2022, e, no ano seguinte, o evento foi promovido em Cuiabá (MT).

Grupo de Trabalho coordenado pelo conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (TCE-AM)

Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de diretrizes e de estratégias de comunicação institucional voltadas ao aprimoramento do Sistema Tribunais de Contas.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Comitê de Comunicação da Atricon, este GT foi designado para elaborar diretrizes para comunicação institucional e também sugerir e indicar ações de capacitação voltadas aos profissionais da área. O trabalho “Diretrizes de Comunicação do Sistema Tribunais de Contas” foi apresentado em fevereiro de 2023, durante o I Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas, em Florianópolis. O GT também se mantém ativo promovendo reuniões e oficinas, com temas como inteligência artificial e metaverso.

Grupo de Trabalho coordenado pelo conselheiro Valdecir Pascoal (TCE-PE)

Grupo de Trabalho com o objetivo de fomentar, em âmbito nacional, metodologia padronizada de quantificação dos benefícios gerados pela atuação dos Tribunais de Contas. O Grupo de Trabalho tem promovido ações para a implantação, em âmbito nacional, da metodologia contemplada no Manual de Quantificação de Benefícios (MQB), tutorial de procedimentos que visam à padronização da forma como se quantificam os benefícios derivados das ações de Controle Externo.

Grupo de Trabalho coordenado pelo conselheiro Felipe Galvão Puccioni (TCM-RJ)

Grupo de Trabalho com o objetivo de coordenar a realização, em âmbito nacional, de fiscalizações ordenadas na educação, a partir da cessão de tecnologia e metodologia pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

O Grupo de Trabalho deflagrou um dos projetos de maior notoriedade pública da Atricon nos últimos anos, a Operação Educação. O levantamento, até então inédito, foi realizado por 32 Tribunais de Contas brasileiros, entre 24 e 26 de abril de 2023, e revelou que 57% das salas de aula visitadas eram inadequadas.

Grupo de Trabalho coordenado pelo conselheiro Cezar Miola

Grupo de Trabalho para coordenação e execução do Programa Nacional de Transparência Pública - PNTP, instituído a partir do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2022.

A partir do acordo de cooperação entre Atricon, Tribunais de Contas e Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), este Grupo foi determinado para coordenar e executar o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). O projeto passou a ser realizado anualmente pelo Sistema Tribunais de Contas, avaliando o índice de Transparência Ativa de cerca de 8.000 portais públicos, englobando a União, 26 Estados, o Distrito Federal e 4.191 Municípios.

Grupo de Trabalho coordenado pelo conselheiro Antonio Joaquim (TCE-MT)

Grupos de Trabalho Conjuntos

InfoContas

Em portaria conjunta, publicada pela Atricon e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) em 27 de junho de 2023, foram designados representantes da Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (Rede InfoContas) para compor Grupo de Trabalho destinado à promoção de estudos de viabilidade de desenvolvimento de trabalhos conjuntos na área da saúde no terceiro setor. Trata-se de mais um trabalho em desenvolvimento com membros da Atricon no contexto da Rede InfoContas. Em reunião realizada pela rede em outubro de 2023, ações exitosas dos Tribunais de Contas para otimização do Controle Externo foram apresentadas. Na ocasião, o coordenador da Rede InfoContas e diretor da Atricon, Carlos Neves, comentou sobre os avanços do trabalho conjunto ao longo do tempo: “A Rede InfoContas tomou essa dimensão com pessoas

especializadas, mas o principal: todos com foco neste Tribunal do Amanhã. Nada mais com lógica do futuro do que uma rede que se preocupa com dados da informação”.

Painel Nacional de Obras Públicas

Parceria entre Atricon, Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop) e Instituto Rui Barbosa (IRB), o Painel Nacional de Obras Públicas é um projeto de consolidação de dados estruturados e disponíveis nos diversos Tribunais de Contas do Brasil. A ferramenta disponibilizará informações centralizadas e atualizadas referentes a obras e serviços de engenharia no Brasil em um único espaço. Reunido em março de 2023, o GT está comprometido em levantar a viabilidade de um painel que, entre outras vantagens, possibilite a avaliação e definição de estratégias de atuação em acordo com as mudanças instituídas pela Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), associada à necessidade de promover a divulgação de dados estabelecida pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).



A defesa de propostas legislativas que impactam direta ou indiretamente os Tribunais de Contas e seus membros, bem como a busca por soluções para desafios enfrentados por essas instituições foram fatores que impulsionaram a atuação da Atricon junto ao Congresso Nacional. Esse comprometimento foi respaldado por uma série de ações estratégicas, como o diálogo constante com parlamentares, a participação ativa em audiências e debates e a oferta de contribuições substantivas relacionadas ao Controle Externo, à administração e à transparência. Igual atenção foi dispensada aos temas atinentes à defesa das prerrogativas dos membros dos Tribunais de Contas. A seguir, apresentamos algumas das iniciativas empreendidas nesse sentido.

Senado aprova PEC que impede a extinção de Tribunais de Contas



O presidente da Atricon, Cezar Miola, e os vice-presidentes executivo, Edilson de Sousa Silva, e de relações político-institucionais, Joaquim Castro, além de diretores da entidade, intensificaram encontros com senadores

○ Plenário do Senado Federal aprovou, em novembro de 2023, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 02/2017. A Proposta estabelece que os Tribunais de Contas de Estados e Municípios são órgãos permanentes e essenciais ao Controle Externo da Administração Pública e, assim, não podem ser extintos.

A Diretoria da Atricon participou, ao longo de cinco anos, de diversas agendas na Casa Legislativa com o objetivo de garantir a aprovação da nor-

ma. O presidente Cezar Miola e os vice-presidentes Executivo, Edilson de Sousa Silva, e de Relações Político-Institucionais, Joaquim Castro, além de diretores da Atricon e da Abracom e representantes de outras entidades ligadas ao Controle Externo, intensificaram os encontros para sensibilizar os Senadores. “Os efeitos dessa medida objetivam evitar eventuais interferências tendentes a fragilizar o regime jurídico, a estrutura e o funcionamento dos órgãos de controle”,



destacou Miola.

Os encontros foram articulados com o apoio de conselheiros e da assessoria parlamentar contratada pela Atricon. A minuta de emenda ao texto original da PEC foi acolhida pelo Plenário da Casa. A iniciativa da entidade prevê a não retroatividade quanto às situações consolidadas anteriormente.

Uma emenda apresentada ao texto incluiu a proibição de que novos Tribunais de Contas sejam criados. A justificativa foi evitar que a PEC motivasse o surgimento de novos órgãos. Hoje existem 32 Tribunais de Contas estaduais e municipais, além do Tribunal de Contas da União (TCU).

O senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) destacou que “os Tribunais de Contas podem ser verdadeiros parceiros da Administração Pública”. O senador Otto Alencar (PSD-BA) foi conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia e também celebrou o papel desses órgãos. “Os Tribunais de Contas estão com as portas abertas para aqueles que quiserem ouvir as orientações de acordo com a legislação, que é complexa”, afirmou.

A PEC tem como autor o ex-presidente do senado Eunício Oliveira (CE).

Atricon encaminha sugestões à PEC da Reforma Tributária

A Atricon enviou ofício ao senador Eduardo Braga (MDB-PA), relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 45, de 2019, que trata da Reforma Tributária, compartilhando manifestação produzida por um Grupo de Trabalho (GT) da entidade a respeito de aspectos da PEC. O estudo tem por escopo central a estrutura, o funcionamento e a fiscalização do Conselho Federativo previsto no artigo 156-B, assim como acerca do cálculo do Imposto Sobre Bens e Serviços (art. 156-A), ambos da Constituição.

A intenção do documento é oferecer possíveis contribuições do Controle Externo quanto à proposta, que já foi aprovada pelo Congresso e prevê uma profunda mudança no Sistema Tributário Brasileiro. No ofício, a Atricon também se colocou à disposição do Senado para seguir com o diálogo.

No dia 11 de setembro de 2023, a Atricon havia encaminhado sugestões ao Grupo de Trabalho (GT) constituído pelo Tribunal de Contas da União

(TCU) em apoio ao senador relator da PEC.

À época, o presidente da Atricon, Cezar Miola, explicou que as contribuições da entidade envolvem o processo de controle do Conselho Federativo previsto na proposta e no tocante ao dispositivo que prevê a competência do TCU para o cálculo das alíquotas de referência dos novos tributos. “O pleito foi no sentido de que esse cálculo seja feito com a oitiva de todos os demais Tribunais de Contas do país, através da sua entidade representativa”, ressaltou.

Cezar Miola também destacou a qualidade da análise desenvolvida pelos conselheiros, titulares e substitutos, que constituíram a comissão especial de estudos designada pela presidência da Atricon para tratar da matéria.



Leia o QR Code ao lado para acessar a íntegra da manifestação



Deputado protocola requerimento de apensação da PEC da Essencialidade dos TCs

O deputado federal Dr. Luizinho, líder do Partido Progressistas na Câmara dos Deputados, protocolou, em 11 de dezembro de 2023, o requerimento de apensação nº 4249/2023, no qual solicita a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 39, de 2022, conhecida como PEC da Essencialidade dos Tribunais de Contas, à PEC nº 302, de 2017. O texto de 2022 foi aprovado em dois turnos no Senado Federal, em dezembro de 2022.

As matérias visam alterar “o § 1o do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao Controle Externo da Administração Pública”, portanto, são correlatas e se encontram em fase que se permite a apensação, nos termos regimentais.

De autoria do senador Eunício de Oliveira, a PEC da Essencialidade foi tema de audiência entre o presidente da Atricon, Cezar Miola, e o de-



Rodolfo Stuckert

O presidente da Atricon, Cezar Miola, e o deputado federal Dr. Luizinho

putado Dr. Luizinho, no último dia 6 de dezembro de 2023, em Brasília. Na ocasião, o parlamentar conheceu o posicionamento da entidade e sinalizou apoio à proposta.

Ao comentar sobre o assunto, o presidente da Atricon valorizou a atuação em favor das Cortes de Contas bem como o trabalho da assessoria parlamentar da entidade no tema.

“Este é um pleito antigo do Controle Externo e o apensamento da matéria da Câmara com a matéria do Senado era o que nós pretendíamos”, destacou.



Leia o QR Code ao lado para ler a íntegra do requerimento de apensação



PL que altera Lei de Licitações é protocolado com contribuição da Atricon

Foi protocolado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5773/2023, que altera a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, também conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), incluindo o parágrafo 5º ao artigo 174 da legislação. De autoria do deputado Gilberto Nascimento, o PL destacou que elementos oferecidos pela Atricon em conjunto com o Tribunal de Contas do Piauí (TCE-PI) contribuíram para a proposição.

A proposta definiu que a base nacional de notas fiscais eletrônicas conterà as próprias notas fiscais e os documentos auxiliares destinados a órgão ou entidade da Administração Pública, que serão de livre consulta pública, sem constituir violação de sigilo fiscal, propiciando maior transparência pública. O tema já constava do texto aprovado pelo Congresso Nacional quando votada a NLLC, mas foi vetado pela Presidência da República, ato que acabou mantido pelo Congresso.

No PL 5773/2023, o parlamentar também ressaltou que os estudos e a experiência da

Atricon revelaram a importância da ampla transparência em relação à matéria. Na justificativa do texto, o autor defendeu que a divulgação simplificada, abrangente e acessível da parcela da base nacional de notas fiscais eletrônicas (NF-e) referente àquelas emitidas por particulares em favor da Administração Pública em todas as esferas configura importante instrumento de economia, por possibilitar a otimização de pesquisas de preços a serem realizadas pelos servidores responsáveis pela fase interna de licitações.

A inclusão destas informações também fomentou a transparência do poder público, já que viabilizou à população o acompanhamento atento das contratações de cada uma das entidades públicas. Além disso, a medida permite aos órgãos de controle e à sociedade comparar os valores e induzir contratações mais vantajosas para o poder público.

Ao comentar sobre a contribuição com a proposta, o presidente Cezar Miola ressaltou que a entidade entende que essa visibilidade não fere nenhum

dispositivo constitucional e vai ao encontro do dever de transparência, fortalecendo o controle social e tendo potencial para aquisições mais econômicas. “Esta matéria é de grande importância para o controle das compras públicas e, se aprovada, deve deixar informações sobre os valores praticados nas diferentes esferas da Administração Pública mais acessíveis para a população”. Em sua fala, o presidente Cezar Miola também registrou o importante apoio da assessoria parlamentar da entidade para o encaminhamento da matéria.

A proposta definiu que a base nacional de notas fiscais eletrônicas conterà as próprias notas fiscais e os documentos auxiliares destinados a órgão ou entidade da Administração Pública, que serão de livre consulta pública, sem constituir violação de sigilo fiscal, propiciando maior transparência pública.

Atuação da Assessoria Parlamentar

A Atricon contratou, em outubro de 2022, a prestação de serviços de assessoria parlamentar com a Serafim Consultoria Legislativa LTDA, representada pela diretora-executiva da empresa, Isabela Maria Serafim Tiezzi. A consultoria é responsável pelo acompanhamento de proposições legislativas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; apresentação de relatórios sobre matérias em tramitação nas duas Casas; acompanhamento de Comissões; apresentação de propostas de projeto de lei (PL), emenda à Constituição (PEC) e lei complementar (PLC); entre outras ações de interesse do Sistema Tribunais de Contas no Congresso Nacional.

Saiba mais:

O QUE FAZ

- ▶ A Assessoria Parlamentar acompanha de perto os acontecimentos políticos e legislativos, ao passo que identifica e monitora a tramitação de projetos de leis que afetam a Atricon no âmbito associativo e institucional.
- ▶ Realiza análises do cenário político, econômico e social, identificando tendências e mudanças regulatórias que possam criar oportunidades ou desafios.
- ▶ Estabelece e mantém relacionamentos sólidos com autoridades governamentais e legisladores no âmbito do Congresso Nacional, elaborando argumentos e propostas persuasivas para convencer legisladores e formuladores de políticas a apoiarem os posicionamentos da entidade a temas considerados relevantes.
- ▶ Participa de reuniões, audiências e eventos relacionados ao governo, dentro e fora do Congresso Nacional, assessorando a equipe de comunicação na elaboração de mensagens e materiais de comunicação relacionados a questões políticas e governamentais.
- ▶ Auxilia os conselheiros membros da entidade na participação de audiências públicas no Congresso Nacional, fomentando a construção do arcabouço legal sobre diferentes temáticas.
- ▶ Constrói e mantém uma rede de contatos estratégicos com outras organizações, entidades governamentais e influenciadores relevantes.

PRODUTOS

A Consultoria Legislativa também desenvolve um conjunto de produtos que são entregues periodicamente, sendo eles:

- ▶ **Agenda de autoridades:** consta as agendas públicas das principais autoridades tomadoras de decisão do país. Envio diário.
- ▶ **Novas proposições da semana:** elencam-se as novas proposições que deram entrada durante a semana que passou no Congresso Nacional e que podem ser de interesse da entidade. Seu objetivo é sistematizar e organizar as novas matérias, para facilitar a atuação da entidade nos temas de interesse desde o seu início de tramitação nas Casas. O seu envio é semanal, toda sexta-feira.
- ▶ **Em pauta no Legislativo:** constam os principais temas que serão tratados no Poder Legislativo. É uma visão geral do que o Legislativo vai discutir e votar em suas sessões e reuniões durante a semana vindoura. O seu envio é semanal, toda segunda-feira.
- ▶ **Pauta de interesse da semana:** identifica as matérias de interesse do cliente que foram pautadas no Plenário ou nas Comissões da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Congresso Nacional. Seu objetivo é sistematizar e organizar os pontos-chave relacionados àquela matéria, para facilitar a atuação da entidade nos temas de interesse que surgirem no dia a dia. O seu envio é semanal, toda segunda-feira.
- ▶ **Alertas sobre movimentações de proposições e assuntos de interesse.**
- ▶ **Boletim Legislativo:** balanço dos destaques gerais que ocorreram no Legislativo durante a semana que passou; além de reuniões e encontros frutos da atuação da entidade no Congresso Nacional. O seu envio é semanal, toda sexta-feira.

COMUNICAÇÃO

Ampliação dos canais de comunicação

Apoio a campanhas

Relacionamento com a imprensa

Relacionamento institucional e parcerias

Projeto Comunica



Ampliação dos canais

Boas práticas de comunicação interna e externa são fundamentais para o bom funcionamento de uma instituição. Com base nessa premissa, a Atricon aperfeiçoou e ampliou seus canais de comunicação no último biênio. A presença nas redes sociais tem se valorizado por meio de conteúdos exclusivos, com textos e artes adequados a cada canal de expressão. A Atricon tem fortalecido seu vínculo com os associados e a sociedade em ge-

ral constantemente pelas plataformas Twitter, Instagram e LinkedIn. A linha editorial que orienta a produção de conteúdo para esses meios inclui divulgação de ações da entidade, notícias relativas aos Tribunais de Contas, artigos de opinião, lembretes de eventos e interação com outras instituições.

Desde 2022, grandes iniciativas têm trazido ainda mais impacto para a comunicação de Atricon, como o Atriconecta Whatsapp e boletins de rádio



Leia o QR Code acima para acessar os boletins de rádio da Atricon

Em julho de 2022, teve início a produção de boletins de rádio da Atricon por meio de uma parceria com a agência Rádioweb. As matérias foram disponibilizadas para 3 mil emissoras AM e FM filiadas à produtora



veiculados por rádios de todo o país. Apesar de recentes, estes projetos já consolidaram uma periodicidade e alcançaram um público numeroso e qualificado. A Atriconecta Whatsapp é uma newsletter que reúne notícias, artigos e outros conteúdos sobre a Atricon. Os beneficiários são associados da entidade e integrantes do Sistema Tribunais de Contas. A ferramenta foi adotada em março de 2022, com base nos resultados de uma pesquisa de satisfação realizada em 2020. No estudo, mais de 60% dos associados informaram preferir que a entidade utilizasse ou aprimorasse a sua comunicação por intermédio do WhatsApp. “Este boletim aproxima a Atricon do associado e torna as ações da entidade mais transparentes”, afirmou o presidente Cezar Miola.

A Comunicação da Atricon também alcançou um público amplo por meio de reportagens e boletins de rádio. Em 16 meses, entre julho de 2022 e novembro de 2023, foram produzidas 192 reportagens com assuntos de interesse dos Tribunais de Contas. Todas as matérias foram veiculadas na Rádio Justiça.


Deste total, 75 matérias também foram distribuídas pela Agência Radioweb para

uma rede de 3 mil rádios. Ao todo, foram registradas 12.664 veiculações. A cobertura alcançou 1.282 rádios de todo o país, localizadas em 990 Municípios. Considerando o tempo médio de 2 minutos de cada matéria, os assuntos da Atricon obtiveram 422 horas de exposição. Os conteúdos estão disponíveis no site da Atricon, na seção Comunicação – Boletins de Rádio e também na Rádio Justiça, por meio do site www.radiojustica.jus.br.




Redes sociais da Atricon

 atricon_oficial

 atricon

 atricon-oficial

 Atricon

Apoio a campanhas

A Atricon permanece engajada em iniciativas que visam a assegurar direitos e contribuir para uma sociedade mais igualitária e justa. Nesse sentido, busca apoiar campanhas de entidades que são referência em suas áreas de atuação.

Em abril de 2022, a Atricon ofereceu seu apoio a duas campanhas que estimulam a doação de parte do Imposto de Renda a projetos solidários. Junto ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), foram produzidos materiais de cons-

cientização para destinação de parte do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) aos Fundos da Criança e do Adolescente e aos Fundos do Idoso.

O trabalho integrado do CFC e da Atricon foi destinado aos públicos dessas entidades. O objetivo era esclarecer como as doações podem ser feitas e, ao mesmo tempo, demonstrar a importância dessas iniciativas para o desenvolvimento sustentável do país.

Para o presidente da Atricon, Cezar Miola, as doações se tornaram ainda mais im-



Leia o QR Code acima para conhecer a campanha Se Renda à Infância



Leia o QR Code acima para conhecer a campanha Vote pela Educação



portantes após o momento de pandemia: “Esses valores podem ser aplicados em programas, projetos e ações de atendimento direto, de apoio sociofamiliar, de proteção e de defesa dos direitos dos que se encontram em situação de vulnerabilidade, um contexto agravado pela pandemia que impactou fortemente a vida das pessoas”.

No mesmo mês, a Atricon ainda declarou apoio à campanha “Se Renda à Infância”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desta vez, o foco foi estimular a destinação de parte do Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas a programas e projetos de promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Já em setembro de 2022, foi a vez de a entidade se engajar na campanha #VotePelaEducação, promovida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância. O projeto foi criado após um levantamento do Unicef apontar que apenas 4% dos eleitores brasileiros se preocupavam com o tema educação nas eleições de 2022. O objetivo foi mobilizar os eleitores a exigirem ações concretas de candidatos em resposta à crise educacional pós-pandemia. Na campanha, o Unicef



Leia o QR Code acima para baixar a publicação Educação Antirracista – Desafios e Fiscalização



apresentou nove temas que precisam fazer parte da agenda pública brasileira, como a valorização dos profissionais de ensino, a inclusão digital e a educação antirracista, antissexista e inclusiva.

Já em novembro de 2022, a Atricon colaborou com uma iniciativa do TCE-RS relativa à educação antirracista no âmbito dos Tribunais de Contas. Uma publicação, denominada “Educação Antirracista – Desafios e Fiscalização”, elaborada por técnicos daquele Tribunal e organizações e entidades parceiras, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, trouxe análises e reflexões

a respeito, narrando o trabalho da instituição em atividades de sensibilização. Além de divulgar a publicação, a campanha também disponibilizou um curso sobre o tema na modalidade EAD, com duração de 20 horas, que pôde ser livremente acessado por membros do Sistema Tribunais de Contas, com certificado após a conclusão. A Atricon encaminhou questionário aos TCs, para que informem eventuais iniciativas já em curso no âmbito local. O tema será contemplado no próximo ciclo do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC 2024).

#ImpostoAmigo

Imposto
De Renda

SEJA UM
SUPER
HERÓI!

DOE PARTE DO
SEU IRPF PARA
CRIANÇAS E
IDOSOS.

Não custa nada
a mais! Converse
com o seu contador.

ATRICON

Sistema
CFC/CRCs

A iniciativa tem como objetivo sensibilizar a população sobre a possibilidade de direcionar parte do IR para ações sociais

CFC e Atricon lançam campanha em favor de crianças, adolescentes e idosos

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) estabeleceram uma parceria em favor da solidariedade. As entidades uniram forças para incentivar as doações de parte do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) aos Fundos da Criança e do Adolescente e aos Fundos do Idoso.

O presidente do CFC, contador Aécio Prado Dantas Júnior, explicou o impacto dessa parceria e da ampliação da destinação de parte do IRPF aos fundos. “A união de forças entre o CFC e a Atricon traz benefícios para o nosso país. Juntos alcançamos um público maior e podemos aumentar o montante do Imposto de Renda direcionado aos fundos.

Toda a sociedade ganha com essa iniciativa: as crianças e os adolescentes podem sonhar com um futuro digno e estarão mais bem preparados para ser a força de nosso país nas próximas décadas. Os idosos, que tanto contribuíram para o crescimento e o desenvolvimento de nossa nação, ganham a possibilidade de ter uma velhice digna e mais possibilidades de compartilhar sua sabedoria e os seus conhecimentos com os mais jovens”, pontuou.

Para o presidente da Atricon, Cezar Miola, a iniciativa objetiva informar e sensibilizar a população sobre a possibilidade de direcionar parte dos recursos do IR para ações sociais.

Atricon intensifica diálogo com a imprensa

Reforçando seu compromisso com a transparência ativa, a Atricon mantém relacionamento constante com jornais, revistas e outros veículos de imprensa para ampliar a difusão pública de suas ações. Além de contar com o trabalho da equipe de comunicação, a entidade também teve o engajamento direto da sua presidência para estreitar o diálogo da entidade com a mídia.

Ao longo de 2023, o presidente da Atricon, Cezar Miola, participou de reuniões com diretores das publicações O Globo, Extra, Revista Época,

Globo News e CNN Brasil. Nas oportunidades, apresentou os projetos desenvolvidos pela associação, como a Operação Educação, que avaliou a infraestrutura de escolas em todo o Brasil, o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) e o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).

Ao longo de dois anos, a entidade recebeu mais de 200 inserções nos principais veículos de comunicação do país. Folha de S. Paulo, Estadão, Valor Econômico, Veja, Zero Hora, Correio do Povo e

CBN são algumas das publicações que repercutiram ações da Atricon. Entre os principais temas que receberam atenção, está a Operação Educação, que foi destaque na abertura do Jornal Hoje, da Rede Globo, em 24 de abril de 2023, e também foi o foco de reportagens nas redes SBT, Record, Bandnews, entre outras.



Leia o QR Code acima para acessar todas as publicações



Ao lado, o presidente da Atricon, Cezar Miola, visita a redação da CNN, acompanhado pelo apresentador Iuri Pitta. Acima, o projeto Operação Educação é apresentado no Jornal Hoje, da Rede Globo.

Relacionamento institucional e parcerias

Na sua missão de aprimorar o Sistema de Controle Externo do Brasil em benefício da sociedade, a Atricon cria e renova parcerias com instituições que são referências em seus campos de atuação. Conheça aqui algumas parcerias destacadas no último biênio.



A Atricon e o Sebrae reuniram esforços para assegurar o cumprimento da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (LC nº 123/2006), que recomenda tratamento diferenciado e favorecido para microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) em temas como recolhimento de impostos e acesso ao mercado. Promulgado em 2006, o dispositivo legal prevê que a Administração Pública realize processos licitatórios destinados exclusivamente à participação de MEs e EPPs nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80 mil.

O acordo entre Atricon e Sebrae prevê a promoção

de capacitações de gestores públicos, além de ações para criar um ambiente favorável à implementação da legislação nos Estados e nos Municípios. Entre os resultados da parceria está um ofício assinado pelas duas entidades e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) em 6 de outubro de 2023. O documento estimula a implementação dos dispositivos da LC nº 123/2006.

Em dezembro de 2022, o presidente da Atricon, Cezar Miola, e o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) Claudio Terrão participaram de uma reunião com o diretor técnico do Sebrae Nacional, Bruno Quick, para apresentar o aplicativo “Na Ponta do Lápis”.



A Atricon reforçou a relação institucional com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nos últimos dois anos, atuando de modo conjunto na disseminação de mecanismos de governança pública, liderança, estratégia e boas práticas, principalmente junto aos Municípios.

Nesse sentido, desde o segundo semestre de 2022, a entidade passou a apoiar os Seminários de Governança Municipal para Prefeitos e Gestores Públicos, realizados pelo CFC e pela Rede Governança Brasil (RGB). Foram mais de uma dezena de encontros, que passaram por cidades como Belo Horizonte (MG), Aracaju (SE), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), São Paulo (SP) e Maceió (AL), entre outras. Cada evento contava com diferentes palestrantes e mesas de debate. As inscrições eram gratuitas e as edições atenderam centenas de gestores e outros agentes públicos em cada cidade por onde passaram.



Atricon e STF têm multiplicado acordos e dialogado para fortalecer o trabalho em pautas comuns. Entre as parcerias institucionais mais recentes, está um acordo de cooperação técnica para veiculação de conteúdos educativos e jornalísticos na Rádio e TV Justiça. Por meio do acordo, a Atricon tem divulgado ações sobre diferentes temáticas, como transparência pública, gestão e orçamentos públicos, entre outros temas que contribuem para o exercício da cidadania e do controle social.

As entidades também iniciaram a construção de um diálogo para ações conjuntas que assegurem os direitos das crianças na Primeira Infância. Em se-

tembro de 2023, o presidente da Atricon, Cezar Miola, participou de uma reunião com o ministro Luís Roberto Barroso, então eleito presidente do STF, poucas semanas antes de sua posse. Na ocasião, Barroso mencionou o Pacto Nacional pela Primeira Infância, projeto desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o apoio dos órgãos de controle e de outras entidades. Sobre o tema, Cezar Miola fez um breve resumo das ações desenvolvidas pelos Tribunais de Contas em diversas frentes, a partir do Marco Legal (Lei Federal nº 13.257/2016), como a fiscalização da infraestrutura escolar e a inclusão prioritária nos orçamentos de políticas públicas voltadas a crianças de até seis anos de idade, com ênfase para a educação infantil e a cobertura vacinal.



A Atricon e o Banco do Brasil firmaram parceria para viabilizar a utilização da solução BB Gestão Ágil pelos Tribunais de Contas estaduais, do Distrito Federal e municipais. A ferramenta trouxe inovação, controle e transparência na gestão e execução de recursos governa-

mentais. Os Tribunais de Contas que já realizaram a adesão ao acordo de cooperação tiveram disponibilidade de serviços de API (Application Programming Interface) com dados de movimentação financeira para o acompanhamento de contas de Estados e Municípios, contribuindo para a transparência da gestão dos recursos públicos.



A Transparência Internacional – Brasil (TI) e a Atricon renovaram, em julho de 2022, um acordo de cooperação para ações de fiscalização nas áreas ambiental e de infraestrutura. Entre as propostas, estavam o planejamento de atividades e a elaboração de conteúdos que auxiliem o Controle Externo a atuar de forma mais sistemática e estruturada na promoção da transparência e da integridade na gestão ambiental e de infraestrutura no país.

Entre as ações realizadas com o apoio da TI, esteve o I Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas, em setembro de 2022, e a edição do e-book “Diretrizes para Atuação do Controle Externo da Gestão Ambiental”, lançado no mesmo mês do congresso. O trabalho conjunto também tem estimulado a aproximação entre os Tribunais de Contas e a sociedade civil, por meio de materiais de comunicação e outras ações, e auxiliado no aprimoramento da metodologia de avaliação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD-TC).

Projeto da Atricon na área da comunicação receberá recursos do BID

O financiamento do Projeto Comunica, desenvolvido pela Atricon, foi aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A iniciativa objetiva ampliar o acesso a informações ligadas ao Controle Externo que possam ser de interesse da população, bem como incentivar práticas que favoreçam a transparência, a prestação de contas, o amplo acesso aos serviços públicos, o diálogo e a participação da sociedade nas decisões. O projeto pretende utilizar a comunicação pública como instrumento de transformação, de educação e de desenvolvimento social, qualificando as informações que são oferecidas à população e instruindo sobre os serviços públicos a ela disponibilizados.

De acordo com o presidente da entidade, Cezar Miola, “os processos dialógicos estabelecidos pelos Tribunais de Contas com os seus públicos precisam estar, cada vez mais, alinhados com os princípios e valores democráticos para atender à crescente exigência da sociedade


por informações abrangentes, didáticas, capazes de facilitar o conhecimento e o acesso dos cidadãos aos serviços públicos”.

As análises do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), desenvolvido pela Atricon, demonstram que as Cortes de Contas possuem diferentes estruturas de recursos humanos e tecnológicos nessa área, o que revela carências e dificuldades de uniformização na disponibilização de informações que podem impactar, de alguma maneira, a vida dos cidadãos, como orientações para o acesso a diferentes serviços públicos ou a dados que oportunizem accountability dessas instituições.

Entre as ações previstas pelo projeto, explica a assessora de comunicação da Atricon, Priscila Oliveira, está a realização de um diagnóstico das unidades de comunicação dos Tribunais de Contas. “A partir do mapeamento das necessidades dessas estruturas, devem ser ofertadas capacitações para auxiliar os órgãos de



Leia o QR Code acima para acessar o site do BID



controle em suas atividades, levando em consideração as particularidades de cada TC e equipe alocada na área. Nesses treinamentos, estão previstas mentorias online em imersões individualizadas, com a participação de especialistas em comunicação, além da entrega de planos de ação personalizados, por exemplo”, disse.

A iniciativa objetiva ampliar o acesso a informações ligadas ao Controle Externo que possam ser de interesse da população, bem como incentivar práticas que favoreçam a transparência, a prestação de contas, o amplo acesso aos serviços públicos, o diálogo e a participação da sociedade nas decisões.

Na etapa de treinamento serão abordados temas como a identificação de pautas de serviço e o uso de linguagem simples, estratégias de conteúdo para redes sociais e o uso de ferramentas de inteligência artificial para otimizar as atividades desenvolvidas pelas unidades de comunicação. O projeto será integralmente custeado com recursos do BID, sem quaisquer ônus financeiros para os TCs, portanto. As ações estão previstas para ocorrer até junho de 2024.



GESTÃO 2024-2025

Nova Diretoria Atricon





Nova Diretoria elege prioridades para os próximos dois anos



O presidente eleito Edilson de Sousa Silva afirma que um dos focos da entidade será a parceria com big techs para o desenvolvimento de ferramentas que simplifiquem a fiscalização dos órgãos por meio de inteligência artificial

O estímulo à inovação, a oferta de tecnologias para otimizar o trabalho desenvolvido pelos Tribunais de Contas (TCs), a elaboração de um modelo de Código de Processo do Controle Externo e o lançamento de ações de fiscalização unificadas em todo o país estão entre as prioridades de gestão da Diretoria da Atricon do biênio 2024-2025. Ao lado da defesa das prerrogativas dos membros dos Tribunais de Contas, o estímulo ao aperfeiçoamento institucional dos órgãos

de controle seguirá como o eixo central de atuação da entidade. A adoção de instrumentos de solução consensual de conflitos nos TCs também faz parte do plano de gestão para os próximos dois anos.

De acordo com o presidente eleito, Edilson de Sousa Silva, um dos focos de atuação da entidade será a parceria com big techs para o desenvolvimento de ferramentas que simplifiquem as rotinas de fiscalização dos órgãos de controle por meio de inteligência artificial.

“A intenção é ofertar para os Tribunais de Contas tecnologias que sejam capazes de alavancar avanços também na área processual”, destacou Edilson.

O aumento da segurança jurídica, tanto para os fiscalizados quanto para os demais públicos que se relacionam processualmente com os Tribunais de Contas, é um dos objetivos da elaboração de um modelo de Código de Processo do Controle Externo, por meio da composição de uma equipe de notáveis. A normativa poderá auxiliar os

TCs até que a Lei de Código de Processo Nacional seja aprovada. “Essa iniciativa buscará, entre outras questões relevantes para o controle, estimular a uniformização da jurisprudência no Sistema Tribunais de Contas, prestigiando o contraditório e os demais direitos e garantias fundamentais. Ao assegurarmos o devido processo legal, aumentamos a segurança jurídica e melhoramos as decisões”.

Com base no plano estratégico da entidade, a nova gestão pretende propor a unificação de procedimentos para determinados tipos de processos, como, por exemplo, nas tomadas de contas e nas auditorias de conformidade.

A continuidade e o fortalecimento dos projetos já desenvolvidos pela entidade estão entre os compromissos citados pelo novo presidente. “O Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) e o Programa Nacional de Transparência Pública (PNPT) são ações consolidadas, que envolvem todo o Sistema Tribunais de Contas. São exemplos de atuação conjunta, prática prezada pela Atricon”, avaliou o presidente eleito.

“Será uma gestão de continuidade no avanço das políticas voltadas ao Sistema de Con-

trole Externo”, apontou Sousa Silva, destacando a relevância do trabalho desenvolvido pelos ex-presidentes da entidade.

Ao lado da defesa das prerrogativas dos membros dos Tribunais de Contas, o estímulo ao aperfeiçoamento institucional dos órgãos de controle seguirá como o eixo central de atuação da entidade.

Considerando o exemplo da Operação Educação, o presidente eleito destacou que a gestão pretende dar continuidade à articulação e execução de auditorias coordenadas também nas áreas da saúde e da segurança. “O meio ambiente também terá nossa atenção. A atual gestão fortaleceu as ações de fiscalização nessa área, com a emissão de orientações aos órgãos de controle e a realização de parcerias com organizações da sociedade civil”.

A continuidade do estímulo em relação à adoção de instrumentos de solução consensual de conflitos nos TCs, conforme orientado pela entidade na Nota Recomendatória nº 02/2022, também é destacada pelo novo presidente como uma ação re-

levante para o Sistema Tribunais de Contas. A redução dos litígios e processos envolvendo a Administração Pública, a agilidade e eficácia nas decisões e a prevenção de conflitos por meio de construção consensual de soluções técnico-jurídicas e acordos autocompositivos estão entre os benefícios previstos pela medida.

O presidente eleito também destacou a relevância de uma gestão compartilhada e das parcerias com o Instituto Rui Barbosa, a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), o Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC), a Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC) e demais organizações que desenvolvem ações com o objetivo de aprimorar a Administração Pública brasileira.



Leia o QR Code ao lado para conferir a composição da nova Diretoria



ENTREVISTAS

Miles Taylor

Simon Schwartzman



Miles Taylor

Especialista em Segurança Nacional

“Agora é o momento de educar o público para o que está por vir”



Miles Taylor comenta como as fake news têm evoluído com a popularização da inteligência artificial e analisa as alternativas para combater a desinformação

Um dos mais corajosos dissidentes do governo de Donald Trump veio ao Brasil para participar do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC). Miles Taylor causou reviravolta na política norte-americana ao publicar de modo anônimo artigos por New York Times, Washington Post, Wall Street Journal e The Economist quando ainda ocupava uma posição de liderança no Departamento de Segurança Interna dos Estados

Unidos. Ainda sem revelar sua identidade, também publicou o livro “A Warning” (“Um aviso”, em tradução livre), em 2019, apontando que as tomadas de decisão de Trump eram realizadas de modo desinformado e irresponsável.

Recentemente, após assumir a autoria dos escritos polêmicos, lançou “Blowback” (“Contragolpe”, em tradução livre), em que compartilha bastidores desconhecidos do governo Trump e narra sua

trajetória de resistência dentro desse contexto. No III CITC, Taylor foi escalado para falar sobre o tema “Irreal: por que as ‘fake news’ vão piorar – e como proteger a Democracia” em sua conferência magna.

Nesta entrevista, o autor conta como as fake news têm evoluído com a popularização da inteligência artificial, analisa alternativas para combater a desinformação e comenta as consequências de um possível retorno de Trump à Casa Branca.

O título de sua palestra afirma que as fake news vão piorar. É possível prever quais recursos e técnicas para disseminação de informações falsas ganharão força nas próximas eleições?

Não precisamos de bola de cristal para responder essa pergunta. Já estamos assistindo ao futuro das fake news acontecer em tempo real. As recentes eleições na Eslováquia e na Argentina foram influenciadas pelo que estamos chamando de “deepfakes”, recurso de inteligência artificial (IA) para alterar áudios, manipular expressões faciais ou até trocar o rosto de uma pessoa em um vídeo. Isso confundiu os eleitores, influenciou a opinião pública e pode ter impactado o resultado destas eleições. Haverá uma explosão de ataques a eleições promovidos pela IA a partir de 2024.

A IA promove novos métodos de disseminação de fake news?

Muitos desses ataques não usarão novos métodos; no entanto, as tecnologias da IA permitem que agentes mal intencionados realizem ações em maior escala, com maior efeito. Elas aumentam a capacidade de personalizar e focar ataques com mais precisão. Por isso, o



É pouco provável que atores nefastos possam manipular urnas e contagens de votos; porém, podem criar desordem enganando o público, levando-o a acreditar que sistemas eleitorais foram comprometidos e os resultados são ilegítimos.

potencial é alto para a IA espalhar desinformação e abuso. É pouco provável que atores nefastos possam manipular urnas e contagens de votos; porém, podem criar desordem enganando o público, levando-o a acreditar que sistemas eleitorais foram comprometidos e os resultados são ilegítimos. Imagine áudios e vídeos falsificados por deepfakes, histórias falsas e postagens enganadoras nas mídias sociais, tudo isso micro-orientado para eleitores específicos. É contra isso que estamos lutando.

Com o aprimoramento das fake news, também é necessário pensar em novos mecanis-

mos para enfrentá-las. As tecnologias digitais e a IA podem ser empregadas para combater a desinformação, fomentar o diálogo e promover a democracia? Já existem experiências positivas nesse sentido?

Usaremos IA para contra-atacar? Sim. Equipes inovadoras já estão desenvolvendo algoritmos de IA que farejam desinformação como cães perdigueiros e checagem de fatos automática que localiza e remove as mentiras. No entanto, a grande questão é a seguinte: quem deve lançar essa ofensiva? Cada vez mais os eleitores desconfiam das instituições, sendo assim, o Estado não é necessariamente o melhor ator para empreender esse processo. De fato, pode ser um tiro no pé quando o governo tenta ser o árbitro da verdade.

Então, em quem devemos confiar?

É função dos tecnólogos, das empresas de tecnologia e dos grupos da sociedade civil abrirem o caminho. Eles estarão na vanguarda dessa luta. Mas cabe lembrar que é uma caminhada na corda bamba fazer uso dessas ferramentas e preservar os sagrados direitos à privacidade e à liberdade de opinião. Isso porque uma fer-

ramenta que pode ser usada para identificar desinformação pode também, com a mesma facilidade, ser usada para desacreditar e suprimir a liberdade de expressão. Nós adentramos em um novo território aqui, e estaremos aptos a caminhar sobre ele somente quando pudermos mapeá-lo juntos. Em outras palavras, agora é o momento de educar o público para o que está por vir.



Quando é demandado que as pessoas se identifiquem e usem nomes reais em suas contas, é menos provável que espalhem retórica incendiária ou má informação com tanta rapidez.

No Brasil, está em voga o debate sobre a regulação das redes sociais, com imposição de limites para discursos de ódio e antidemocráticos. A discussão tem dividido a sociedade, com alguns segmentos apontando o risco de censura

por parte do Estado. É possível pensar em mecanismos legais capazes de fiscalizar e minimizar condutas antidemocráticas nas redes sociais?

A intervenção governamental nesse cenário é um empreendimento de alto risco. Pode haver um grande número de consequências não desejadas e sempre há o risco de sufocar o discurso legítimo. Mais do que tudo, devemos proteger o direito das pessoas de falar. Mesmo que elas falem inverdades. Entretanto, um ponto central aqui é a identidade. Quando é demandado que as pessoas se identifiquem e usem nomes reais em suas contas, é menos provável que espalhem retórica incendiária ou má informação com tanta rapidez. Neste ponto, a responsabilidade recai sobre as empresas, por exemplo, com leis do tipo “conheça seu cliente”, para que compreenda quem está usando as suas plataformas e demande autenticação.

De que forma as fake news são financiadas nas eleições americanas? Há relação com desvio de recursos públicos?

Existe um obscuro sub-mundo de receita financeira proveniente de anúncios online, da captação ativa de

recursos e da interferência estrangeira que alimenta a disseminação de fake news. Porém, não tenho encontrado evidência alguma de que alguém nos Estados Unidos esteja envolvido em um esquema para roubar recursos públicos usando essas técnicas. Por outro lado, há uma preocupação maior: elementos perigosos estão tentando semear discórdia e lucro nos bastidores. Não é difícil imaginar criminosos tentando criar situações e lucrar com a perturbação do mercado.

De que modo esses criminosos podem agir? O senhor pode dar exemplos?

Claro. Eles podem, por exemplo, espalhar uma fake news sobre um candidato político específico ou alguma agência governamental com intuito de impactar certas atividades industriais, ou determinadas empresas, ou um conjunto de ações na bolsa de valores... Além disso, ambos os lados do espectro político nos Estados Unidos estão preocupados com que o outro use as ferramentas de comunicação do governo para mudar as narrativas públicas. Nós precisamos implementar boas ferramentas de segurança para garantir que as agências nas quais os america-

nos confiam não sejam usadas como instrumentos políticos.

O esquema de financiamento, produção e disseminação de fake news que o senhor conheceu ao trabalhar com Donald Trump tem se repetido em outros países? Onde é mais aparente? Como o Brasil se encaixa nesse cenário?

As táticas que vimos nos Estados Unidos estão se espalhando globalmente como fogo na floresta. O desafio não está limitado aos Estados Unidos. Todo o mundo está enfrentando o iminente desafio da crescente má informação e desinformação. Esse fenômeno já afetou e irá afetar as eleições e a estabilidade democrática. A pergunta que fica é se podemos otimizar estas ferramentas com rapidez suficiente que permita uma melhor checagem dos fatos e a eliminação de inverdades em nosso discurso público.

No caso de haver desvio de recursos públicos para as fake news, como as entidades fiscalizadoras poderiam atuar para coibir ou minimizar isso?

Instituições de controle precisam ocupar seu espaço. A transparência em orçamentos de publicidade pública, a rigorosa supervisão dos gastos

públicos, uma legislação com coragem para punir o mau uso de recursos públicos... Precisamos de tudo isso. A guerra contra a desinformação não diz respeito somente à verdade. Ela é uma questão de confiança. Se as pessoas não confiam em suas instituições, a corrupção nem precisa acontecer. O medo da corrupção, sozinho, é o suficiente para semear a má informação e minar a democracia.

O senhor avalia que o trumpismo possivelmente vencerá as próximas eleições americanas, mesmo que Trump não seja candidato, pois haverá novos representantes de sua força política?

Sim. O mundo precisa se preparar para o Trump 2.0. Ele tem 50% de chance de vencer a próxima eleição. E se vencer, os Estados Unidos não serão um elemento em quem seus parceiros ocidentais deveriam confiar.

Em sua avaliação, qual seria o impacto desse “Trump 2.0” para o Brasil e a América Latina?

Você pode esperar instabilidade doméstica extrema, sem precedentes, nos Estados Unidos, uma política externa isolacionista na qual os Estados Unidos se retiram de instituições



Se as pessoas não confiam em suas instituições, a corrupção nem precisa acontecer.

O medo da corrupção, sozinho, é o suficiente para semear a má informação e minar a democracia.

internacionais e tratados relevantes, além de relações mais mornas com países tradicionalmente considerados rivais, como China e Rússia. Eu creio que isso terá implicações negativas para a democracia em todo o globo. E o que as outras nações deveriam fazer agora é preparar-se, por meio do fortalecimento das instituições internacionais e do planejamento para o que pode acontecer se a retirada dos Estados Unidos criar um vácuo na arena mundial. Pior do que isso, Trump sinalizou estar aberto ao engajamento nas hostilidades militares na fronteira com o vizinho México. Isso é possível. E pode criar uma conflagração política mais ampla no hemisfério ocidental.

Simon Schwartzman

Sociólogo e membro titular da Academia Brasileira de Ciências

“Nossa sociedade é muito desigual, passamos por séculos de escravidão e miscigenação. Saber disso deveria fazer parte da formação de qualquer cidadão.”

A trajetória de Simon Schwartzman se confunde com a história de modernização das ciências sociais no Brasil. Formado nos anos 1960, manteve-se desde então como um dos protagonistas no debate público sobre temas fundamentais para a democracia no Brasil, em especial a educação.

Ph.D. em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, Schwartzman já ocupou o posto de professor em instituições nacionais e estrangeiras. Além disso, esteve na presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na direção do American Institute for Research, tornando-se referência na interpretação de dados para a formulação e acompanhamento de políticas públicas em diferentes áreas.

Nesta entrevista, Schwartzman compartilha sua experiência e seu conhecimento para interpretar o atual momento da educação no país, aponta lacunas que precisam de mais atenção e estudo, avalia os impactos de novas tecnologias no ensino e propõe saídas radicais para problemas crônicos das escolas brasileiras.



Em 2024, termina a vigência do atual PNE, que o senhor já avaliou como “um fracasso”, pois quase a totalidade de suas metas não foi cumprida. Em 2025, um novo plano nacional pode entrar em vigor. É possível esperar um destino diferente de um grande projeto como esse?

Já escrevi sobre esse tema muitas vezes. Acredito que a ideia de um grande plano não funciona. Você junta todo mundo, realiza uma grande assembleia, faz uma lista. Não é assim que se fazem políticas públicas. É preciso escolher pontos fundamentais, ter objetivos claros e trabalhar para eles, e não dezenas e dezenas de metas e sub-metas. E também não dá para fazer um plano que fica congelado 10 anos, e avaliar depois se os objetivos foram alcançados. De um ano para o outro, já se consegue identificar o que funcionou, o que está indo mal, o que é preciso mudar, se houver uma equipe técnica responsável por conduzir estas políticas públicas.

Corre o risco de se tornar apenas uma carta de boas intenções?

Sim. Mas é pior do que isso, porque também traz consequências negativas. Diferen-

tes setores ficam envolvidos, e cada setor vai trabalhar com uma meta, com métodos diferentes, indicadores diferentes. Ou seja, você não tem alguém pensando a questão da educação de maneira integrada.

A falta de professores na rede pública de ensino é crônica no Brasil, mas há previsões de um verdadeiro “apagão de professores” até 2040. Estamos de fato diante de um problema que pode se agravar?

Acredito que essa falta de professores não se dá nos anos iniciais da educação fundamental, onde o requisito é ter um diploma de pedagogia, uma das áreas mais procuradas no ensino superior brasileiro. Embora se possa discutir a formação e a qualificação desses profissionais, não é um problema de quantidade. Agora, quando falamos do fundamental II e ensino médio, em que os professores precisam ter licenciaturas em áreas como Física, Matemática, Química, Biologia, Sociologia, etc, passamos a ter um problema.

Que políticas públicas são viáveis para minimizar a falta desse tipo de profissional?

Nesse sentido, precisamos fazer uma discussão mais apro-

fundada sobre a carreira de professor para cada um destes níveis. Quantas pessoas que se interessam por Química, por exemplo, têm como projeto de vida ficar ensinando a disciplina no nível médio a vida inteira? Imagino que, se ela for pessoa bem qualificada, poderia se interessar mais em trabalhar em uma indústria ou laboratório, ou se dedicar à pesquisa, ou ao ensino universitário, mas poderia dar aulas no ensino médio por um período, ou em tempo parcial. Então, para estas áreas especializadas, pode fazer mais sentido aceitar que ela trabalhe como professora por um período, mas não permaneça na mesma profissão de professora do ensino médio pelos próximos 25 ou 30 anos.

Isso alteraria a formação dos professores.

Na educação inicial é diferente, você precisa do professor qualificado em questões de aprendizagem e práticas pedagógicas. Mas para as áreas especializadas, pode ser melhor ter como professor alguém que está começando e está disposto a ensinar o que está fazendo. Um estudante de Medicina ou um médico recém-formado poderia, por exemplo, dar aula de Biologia. Um engenheiro

poderia dar aula de Matemática ou Física, e assim por diante. No ensino técnico, o bom professor é a pessoa que está trabalhando, pode demonstrar o que está fazendo e servir de modelo e exemplo que os estudantes podem querer seguir. É claro que o professor, além do conhecimento especializado, precisa saber como ensinar, mas isto se supre com cursos curtos, treinamento e o uso de ferramentas, materiais didáticos e orientação preparados por especialistas. Então, não me parece que a solução esteja em formar mais pessoas nas licenciaturas tradicionais. É preciso pensar sobre isso de maneira mais radical.

O ensino a distância tem sido uma realidade cada vez mais presente, provocando novos desafios para a rede de ensino. Quais têm ficado mais aparentes no momento?

No ensino superior, a educação a distância pode ser melhor do que os cursos noturnos, desde que você tenha um bom material, a possibilidade de interação com o professor, acompanhamento e algumas atividades em conjunto, em um formato semipresencial. A maior parte do ensino superior no Brasil, que é o ensino pri-

vado, era noturna. Com a pandemia, e também por razões financeiras, o ensino noturno tem sido substituído cada vez mais pelos cursos a distância, que são muito mais baratos. Mas há problemas. O primeiro deles é que o MEC não tem um sistema adequado de avaliação. Outra questão é que o abandono é muito grande. Mais da metade das pessoas que começam os cursos não os termina. Embora os cursos presenciais também tenham percentual grande de abandono, no curso a distância é maior. Agora, uma questão fundamental é entender qual é o perfil de aluno adequado para essa modalidade de ensino.

O ensino a distância pode ser indicado para determinado perfil de aluno, mas não para outro?

Para o aluno jovem que está saindo da escola secundária, é muito importante a convivência universitária, o dia a dia com os colegas, o contato pessoal, a presença no campus... Mas quando a gente começa a falar sobre uma população mais velha, de pessoas que trabalham o dia todo e estão buscando uma qualificação adicional, que são pelo menos a metade dos estudantes de nível superior no Brasil, o ensino a

distância pode ser uma solução adequada. É importante fazer essa distinção.

O senhor acredita que o ensino a distância também pode afetar o ensino médio?

Novamente, é preciso entender de que aluno estamos falando. Na Educação de Jovens e Adultos, esse tipo de recurso pode ser positivo. Mas, para o ensino médio do jovem ou adolescente, o contexto escolar é muito importante. É claro que o professor tem que usar recursos tecnológicos, computador, materiais mais ricos do que simplesmente a oratória. Para isso, é preciso ter uma base de informações confiável, que atenda as suas demandas. Mas o contato com o professor, com os colegas e com o ambiente escolar é fundamental para esse público.

Para guiar as ações do poder público referentes à educação, é fundamental trabalhar com dados oficiais confiáveis e detalhados. Em 2022, o Inep passou a restringir a divulgação dos microdados das avaliações de ensino e levantamentos oficiais. Como o senhor avalia os dados disponíveis em relação ao tema?

Os dados do Inep, em ge-

ral, são muito bons. O instituto tomou essa decisão, de não mais distribuir os microdados em nível de indivíduos, alegando haver um risco de exposição da privacidade dos estudantes. Eu considero isso um exagero, uma interpretação extrema. Nunca soube de ninguém pegar esse tipo de dado para qualquer uso além de pesquisa. Havia informação individualizada de 50 milhões de alunos, mas não havia o nome dos alunos. Para nós, que precisamos acessar os dados, é muito ruim perder isso. Hoje, sobre ensino superior, o que está acessível são apenas os dados por curso. Sobre o ensino básico, os dados são por escola, o que é pior ainda. O Inep está tentando compensar isso com as chamadas “salas protegidas”, acessíveis para quem apresentar um projeto, além de salas especiais em universidades. Mas ainda é muito restritivo. Não sei se vai ser possível reverter essa mudança. Espero que Inep avance no sentido de criar mais espaços para acessar esses dados.

Quais são as lacunas que precisam ser melhor pesquisadas para orientar as decisões dos gestores?

Há realmente dados que nem o Inep nem qualquer outra instituição têm. Sobre o



No ensino superior, a educação a distância pode ser melhor do que os cursos noturnos, desde que você tenha um bom material, a possibilidade de interação com o professor, acompanhamento e algumas atividades em conjunto, em um formato semipresencial.

ensino superior, o dado mais importante que falta é sobre a empregabilidade dos alunos egressos. Esse é um dado fundamental para avaliar os cursos. É preciso saber se o aluno que completou determinado curso, em determinada instituição, está trabalhando na área, quanto ele está ganhando, etc. O acompanhamento do egresso é a grande lacuna.

Como seria possível obter esse acompanhamento?

O Ministério da Educação, que tem poder sobre as uni-

versidades, poderia recomendar que elas acompanhassem os alunos egressos. No Chile, os dados do Imposto de Renda são usados para isso, com informações sobre cada curso e carreira, com bastante detalhamento. No Brasil, você tem a RAIS, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, mas que só tem os dados do setor formal. E também há os dados do Cadastro Único, que é usado pelo Bolsa Família, que tem informações de milhões de pessoas. A Pnad Continua do IBGE traz informações importantes sobre emprego, mas não por instituição ou carreira. Hoje, com a tecnologia disponível, há muitos recursos que poderiam ser usados para acompanhar a população formada, o que ajudaria a avaliar a capacidade de determinado curso ou instituição preparar para o mercado de trabalho, por exemplo. Essa é uma informação fundamental que nos falta.

A Atricon realizou a Operação Educação, em abril, que fiscalizou a estrutura de 1.088 escolas de 537 cidades de todo o Brasil. 57% das salas de aula visitadas pela Operação Educação foram consideradas inadequadas. Janelas, ventiladores e mó-

veis quebrados e iluminação e ventilação insuficientes estão entre os principais problemas encontrados. Em relação à estrutura das escolas, quais são os principais desafios e possíveis soluções?

Normalmente quando uma escola está em mau estado, é um sintoma de má gestão. Eventualmente pode ser falta de dinheiro, mas hoje em dia se coloca muito dinheiro na estrutura das escolas... Em geral, as Secretarias de Educação de São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais, por exemplo, têm condições de manter todas as escolas com janelas funcionando, banheiros limpos, água e ar condicionado, se necessário. Pode ser que, em áreas isoladas e mais pobres, não haja uma sala de aula adequada, uma escola municipal esteja sem recursos... Mas, normalmente, quando a escola está com uma janela quebrada, é um indicativo de que talvez a direção não funcione bem. Em uma escola bem gerida, se sujou, o pessoal manda pintar. Da mesma forma, se a escola está arrumada e bonita, é uma boa indicação de que a direção está cuidando dos alunos e dos cursos.

É uma questão de capaci-

tar e de monitorar essa gestão?

Aí há uma questão importante para o Brasil, que é o papel do diretor da escola. Como você garante que a pessoa responsável pela escola está ali, assegurando que as aulas são dadas, que o professor está vindo, que o aluno está presente, que as condições físicas são adequadas? É uma função de administração. Tem a ver com o modo como você seleciona os diretores, quais são as políticas de pessoal para a direção. É um tema que não se tem falado muito no Brasil. Como o diretor é eleito? Há uma carreira de diretor? Como você garante os resultados? Se o diretor é um burocrata que está lá simplesmente assinando papéis, a janela vai ficar quebrada, o professor não virá, o aluno não terá aula. Nesse caso, o problema fundamental é a gestão.

O debate sobre equidade educacional no Brasil tem ficado cada vez mais restrito às ações afirmativas em universidades. No entanto, esse problema tem início ainda na primeira infância. Como o senhor analisa esse contexto?

Hoje em dia está muito claro que esse problema está localizado na educação inicial. A criança que não tem uma boa



O Brasil tem sido muito tolerante nesse sentido, aceitando como natural que a criança possa chegar semianalfabeta aos oito, nove anos. E a gente não está falando só em aprender a ler e escrever, mas em exercitar isso, em promover o interesse pela linguagem falada e escrita.

escolaridade inicial carrega um prejuízo que dificilmente vai recuperar depois, ao longo da vida. Você não vai resolver isso com cotas. Você pode até usar cotas como uma medida compensatória, mas o problema da equidade é mais complicado. O país é muito desigual. O que você puder fazer no sentido de ofertar uma escola de melhor qualidade e mais inclusiva no início da vida escolar trará resultados melhores. Não há dúvida.

Quais ações os gestores devem promover para transformar essa realidade?

Já sabemos que temos um problema, mas não temos ainda muita política sistemática em relação a isso. Podemos pensar em alguns pontos importantes aqui. Em primeiro lugar, há a questão de como ajudar a família a atender a criança. No Rio Grande do Sul, houve uma experiência muito positiva na área de saúde, em que equipes iam até a casa das famílias para ver como estavam as crianças, promovendo estímulo e ambientes adequados. Não sei como é isso hoje. Mas precisamos de uma política integrada com a saúde. E isso deve se iniciar aos dois ou três anos de idade. Sabemos que famílias de classe média cujos pais tiveram maior educação formal criam naturalmente um ambiente estimulante para a criança do ponto de vista intelectual. Precisamos auxiliar pais que não tiveram essa educação a também oferecer um espaço com estímulo aos filhos, oferecendo apoio e material adequado.

Dentro da escola, o que pode ser feito?

Você não pode deixar a criança chegar analfabeta aos oito ou nove anos de idade. Com bons métodos pedagógicos, uma criança entre os seis e sete anos se alfabetiza em seis me-

ses, a não ser que tenha alguma deficiência cognitiva, alguma limitação para ouvir, para falar. O Brasil tem sido muito tolerante nesse sentido, aceitando como natural que a criança possa chegar semianalfabeta aos oito, nove anos. E a gente não está falando só em aprender a ler e escrever, mas em exercitar isso, em promover o interesse pela linguagem falada e escrita. Se a criança chega aos nove anos de idade não conseguindo ler, ou lendo com dificuldade, terá um obstáculo enorme para estudar o que vem por diante. A partir daí, a diferença já está posta em relação aos que foram alfabetizados, e essa desigualdade tende a se ampliar ao longo da vida.

Em 2023, o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), que determina inclusão da educação antirracista nos currículos escolares, completa 20 anos. Um levantamento realizado pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul aponta que 89,34% dos Municípios gaúchos, por exemplo, declararam não terem investido qualquer montante financeiro para o cumprimento da legislação. Que ações podem ser adotadas para transformar essa realidade?

Parece que é uma questão de currículo, não uma questão de dinheiro. Temos uma base curricular caótica, que ninguém entende. Eu diria que qualquer curso de ensino médio tem que falar sobre a população brasileira e as questões sociais, e de raça também. É uma questão sobre o conteúdo que é ensinado na área de Ciências Sociais, como Filosofia, Sociologia, História, Geografia. Em todas, devemos falar de populações, grupos sociais com histórias e problemas distintos, que inclui os temas de desigualdade e relações positivas e negativas entre grupos de diferentes origens e condições sociais.

Sob esse ponto de vista, todos esses tópicos deveriam estar mais integrados no currículo.

Pessoalmente, não acho que deveríamos separar a educação antirracista de outros temas. Faz parte da temática geral, do conhecimento da sociedade brasileira. É uma sociedade que tem uma desigualdade social muito grande, que tem um passado de séculos de escravidão e grande miscigenação. O aluno precisa aprender tudo isso. Deveria fazer parte da formação de qualquer cidadão.



ARTIGOS

Bruno Dantas

Katia Brembatti

Priscila Cruz





Bruno Dantas

Presidente do TCU

Ministro e presidente do Tribunal de Contas da União (TCU). Integra a Corte de Contas desde 2014, tendo sido indicado pelo Senado Federal, onde anteriormente trabalhou como consultor legislativo

A consensualidade como orientação institucional

A promoção da consensualidade como um mecanismo da gestão pública é resultado da revisão teórica de importantes diretrizes epistemológicas do Direito Administrativo. Duas delas, em especial, vêm sendo discutidas: de um lado, a noção de uma supremacia abstrata do interesse público, construída sob o dogma de uma relação vertical rígida entre Administração e particular; de outro, a noção de que o Estado atua somente por meio de atos unilaterais, imperativos e autoexecutórios.

Historicamente, essas diretrizes se refletiram diretamente na ideia de que o interesse público seria indisponível, do que decorre a posição segundo a qual o agente público, enquanto mero gestor, não estaria autorizado a dispor de um interesse que não é seu. A indisponibilidade do interesse público seria

incompatível com a transação.

A produção teórica e as inovações legislativas dos últimos anos, porém, têm demonstrado a compatibilidade entre essas ideias. De fato, assiste razão à crítica quanto à impossibilidade de o gestor, em seu próprio interesse, dispor sobre o interesse público. Também não há resistência quanto à transação pelo poder público, quando o interesse nela corresponde ao interesse institucional da Administração positivado em lei. Dúvida, no entanto, havia a respeito da transação quando inexistente essa autorização legal. Nesse caso, pode o gestor transigir, dispondo sobre o interesse público?

A resposta a essa questão passa pela investigação do verdadeiro conteúdo do interesse público, o que nos leva à clássica definição de Celso Antônio Bandeira de Melo. Segundo ela,



Transigir, em muitos casos, não significa renunciar ao interesse público, mas atendê-lo de forma mais eficiente e diligente. E a experiência recente do TCU é exemplo disso.

o interesse público se divide em dois, identificando-se o primeiro com o interesse social, e o segundo, com o interesse do aparelho estatal como uma entidade personalizada.

O fato é que a sociedade tem interesse legítimo no atendimento de suas demandas com celeridade, economia e qualidade, interesses que, a depender do contexto, podem receber melhor tratamento por meio de acordos. Transigir, em muitos casos, não significa renunciar ao interesse público, mas atendê-lo de forma mais eficiente e diligente. E a experiência recente do TCU é exemplo disso.

Por muito tempo, notou-se, no ambiente institucional brasileiro, resistência à tomada de decisões inovadoras, por receio de que fossem, mais tarde, questionadas perante os órgãos de controle. No entanto, a lógica punitiva não pode se sobrepor aos interesses e às necessidades dos cidadãos. A sociedade não tem interesse primário na

aplicação de multas por descumprimento de obrigações, mas na efetivação dos bens e serviços indispensáveis à vida social. Projetos de grande envergadura, sobretudo na área de infraestrutura, evidenciam a natureza pluricêntrica da Administração Pública e são extremamente permeáveis à cultura do diálogo, podendo ser realizados de maneira mais célere, efetiva e proveitosa por meio da escuta direta das partes envolvidas.

Por essa razão é que no TCU foi criada, recentemente, a SecexConsenso. Trata-se de uma secretaria formada por Auditores capacitados em buscar soluções consensuais, com objetivo de mediar acordos em

situações complexas, que escapam à lógica de respostas padronizadas e demandam soluções rápidas, criativas e seguras. Ou seja, sempre que for necessária uma resposta com maior segurança e celeridade relativa à gestão pública, a participação do TCU pode, agora, ser solicitada. A iniciativa alia-se com a ideia de promover eficiência e economicidade por meio do diálogo público-privado, sem renúncia ao papel fiscalizatório.

A consensualidade tem crescido nas esferas jurisdicional e administrativa, mas não poderá avançar plenamente se as instituições estiverem aferidas a concepções que já seguem na contramão do Direito Administrativo do século XXI. A expectativa é de que, vindo o exemplo do órgão de cúpula do Controle Externo, a consensualidade deixe de ser apenas uma ideia ou uma previsão normativa para converter-se em uma verdadeira e produtiva *orientação institucional*.



O fim da opacidade no poder público passa pela imprensa e pelos Tribunais de Contas

Katia Brembatti

Jornalista

Professora na Universidade Positivo, editora no Estadão e presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que preside o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, coalizão que reúne 31 organizações em defesa da transparência e da Lei de Acesso a Informações (LAI).

S em prelúdio, pois é possível ir direto ao ponto: o trabalho conjunto de jornalistas e gestores de controle público é capaz de elevar a outro patamar no Brasil as questões relacionadas à transparência. Essas duas forças da sociedade, cada uma à sua moda e com seus métodos, têm o árduo trabalho de exercer pressão; mas, mais do que isso, também podem atuar de forma educativa, ajudando a promover a mudança da cultura no país, a ponto de projetarmos um futuro em que não causará estranhamento exigir que informações de interesse público sejam acessíveis para cada cidadão e cidadã.

É preciso falar sobre a evolução desse processo. Quando comecei a atuar como jornalista, não existiam portais da transparência e Lei de Acesso

a Informações (LAI) – lembro-me claramente de ter feito reportagens quando as duas iniciativas entraram em vigor. Também me recordo de como era cobrar dados do poder público e depender da boa vontade de algum gestor. A partir desses dois paradigmas, ganhámos parâmetros e avançamos várias casas no tabuleiro do controle social.

Ficamos mais exigentes e passamos a reportar os entraves. De um lado, a imprensa publicando casos de prazos não cumpridos, negativas descabidas e respostas incompletas. Do outro, os Tribunais de Contas questionando os órgãos públicos sobre os mecanismos adotados para o cumprimento dos regramentos. Melhor ainda quando “os dois lados” agem na mesma direção, cada qual usando seus melhores atributos. Fiz



uma reportagem para o Estadão sobre o descumprimento da LAI nas prefeituras paulistas e contei com a base de dados coletada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que, entre os diversos monitoramentos que realiza, faz o diagnóstico da situação do e-SIC.

Iniciativas como essa precisam de ampla divulgação – para que as pessoas lá na ponta, nas cidades, saibam se prefeito e vereadores estão atentos a esse direito tão basilar. Nesse sentido, merece mais destaque o Radar, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), que identifica pontos de excelência e de atenção. Isso é pauta. Jornalistas não costumam dar espaço para a normalidade. No caso de Administração Pública, fazer o que mandam as leis é o esperado. Só quando algo sai fora da curva é que vai para a mídia. Normalmente, apenas o que está errado. Está no cerne da nossa missão e continuaremos apontando as falhas, mas é cada vez mais necessário dar visibilidade aos bons feitos, até como forma de inspiração e reconhecimento de que fazer além do mínimo gera algum retorno.

Também é importante

É cada vez mais necessário dar visibilidade aos bons feitos, até como forma de inspiração e reconhecimento de que fazer além do mínimo gera algum retorno.

partir da premissa da boa-fé e considerar que os percalços na transparência podem ser causados por circunstâncias. Um exemplo: quem são, o que pensam, como vivem os servidores e as servidoras que recebem os pedidos de LAI e são responsáveis por respondê-los? Com foco na esfera federal, recentemente foi realizado um levantamento, capitaneado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), com o trabalho de pesquisadores da Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

A consulta mostrou que

36,4% dos respondentes indicaram não ter equipe disponível e 32,3% afirmaram ter apoio de apenas um funcionário. A maioria (52%) indicou que menos de 25% dos servidores do órgão/entidade passaram por formação sobre direito de acesso à informação. Um dos motivos é que há alta rotatividade. Ou seja, se um treinamento foi dado há dois anos, é possível que as pessoas atualmente lotadas no setor não receberam capacitação aprofundada – apenas aquelas orientações introdutórias dada ao novo colega que chega para o trabalho.

Além do falacioso – mas concreto – empecilho causado pela LGPD, os desafios para a implementação completa de medidas de transparência por melhorias nas esferas estaduais e municipais. E é aí que os Tribunais de Contas conseguem fazer muita diferença, uma vez que estão em contato direto. Milhares de cidades ainda não regulamentaram a LAI. Essa é uma medida urgente. Pressionar pela regulamentação, para que seja estabelecida uma instância recursal, e sugerir à adesão ao Fala.BR, sistema funcional e gratuito, são algumas das providências a serem tomadas.



Um dever inadiável: cuidar da Primeira Infância

Priscila Cruz

*Presidente Executiva do
Todos Pela Educação*

Uma das vozes mais ativas pela educação pública no Brasil, Priscila Cruz também é uma das fundadoras do Todos Pela Educação. Mestre em Administração Pública pela Harvard Kennedy School of Government, é graduada em Administração de Empresas pela FGV-SP e em Direito pela USP.

Um país que cuida da Primeira Infância cuida da família; um país que cuida da família cuida de toda a sociedade. Essa soma de princípios e causalidades reforça a importância de o Brasil construir a mais impactante e mais robusta política para a Primeira Infância no mundo. E precisa ser agora. Se não agora, quando será?

Reforcei esse chamado durante a instalação do Grupo de Trabalho (GT) Primeira Infância, criado a partir do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável – também conhecido como Conselho – órgão consultivo vinculado à Presidência da República.

Não é mera força retórica e simbólica. Se queremos mudar para valer a educação e instaurar um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social

sustentável, precisamos olhar para o começo de tudo: a Primeira Infância.

Fase que corresponde aos primeiros seis anos de vida, é o período em que estruturas do nosso cérebro estão em formação e, portanto, o momento crucial para desenvolvimento e aprimoramento de capacidades essenciais. A ciência já demonstrou que, o que acontece nessa fase impacta toda a vida. Por essa razão, o investimento na Primeira Infância é o primeiro passo para que as crianças sejam alfabetizadas na idade certa e a maneira mais eficiente de combater o ciclo intergeracional da pobreza e, conseqüentemente, das desigualdades. Ocorre que o Brasil não fez até aqui o que deveria. E, se insistir em não fazer, essa janela de oportunidade, chamada Primeira Infância, pode



O Brasil não fez até aqui o que deveria. E, se insistir em não fazer, essa janela de oportunidade, chamada Primeira Infância, pode se converter em janela de vulnerabilidade.

se converter em janela de vulnerabilidade.

Claro, é importante lembrar dos avanços no sistema de proteção à infância nas últimas décadas. O artigo 227 da Constituição fala em “absoluta prioridade” das políticas para as crianças. A legislação brasileira é uma das mais avançadas para essa fase da vida. Apesar de tudo isso, quase metade das quase 20 milhões de crianças na primeira infância encontra-se em alguma situação de vulnerabilidade, de acordo com a plataforma “Primeira Infância Primeiro”.

A Primeira Infância é uma das prioridades do Educação Já, agenda sistêmica para a educação básica coordenada pelo Todos Pela Educação. Produzimos um documento específico sobre o tema, em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, com recomendações

de políticas para os governos federal e estaduais. Precisamos ser ambiciosos ao articular educação, saúde, assistência, nutrição, cultura, esporte e parentalidade.

Além disso, é importante reconhecer também as recomendações feitas por entidades ligadas aos Tribunais de Contas do país (entre eles, a Atricon) e ao Poder Legislativo. Em um documento recente, ao menos cinco entidades elencam recomendações importantes aos legisladores de Municípios, Estados e Distrito Federal, no sentido de priorizar

a Primeira Infância em discussões e aprovações da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e do Plano Plurianual.

Inclusive, diferentes estudos mostram que investir nesta etapa da vida é investir no futuro da nação. O economista americano James Heckman, por exemplo, aponta que cada dólar investido na Primeira Infância representa um retorno de até US\$ 7 para a sociedade. O estudo lhe rendeu o Prêmio Nobel em Economia em 2000.

De Sobral a Londrina, de Boa Vista ao Recife, há experiências exitosas em diferentes escalas. O Brasil, portanto, oferece exemplos de que é possível fazer. É nosso papel lutar, de verdade, pelas nossas crianças. É nosso dever inadiável protegê-las. Cuidar delas é cuidar do futuro do país.

EXPEDIENTE

Presidente

Conselheiro Cezar Miola

EQUIPE DE COLABORADORES

Assessoria de Cerimonial

Filipe Radajeski Spanemberg (titular)

Priscila Pinto de Oliveira (substituta)

Assessoria de Comunicação

Priscila Pinto de Oliveira (titular)

Vinicius Appel (substituto)

Assessoria Financeira

Leo Arno Richter (titular)

Eduardo Marques Borba (substituto)

Assessoria Jurídica

Elisa Cecin Rohenkohl (titular)

Viviane Pereira Grosser (substituta)

Assessoria de Planejamento

Fernanda Nunes (titular)

Viviane Pereira Grosser (substituta)

Assessoria Técnica

Viviane Pereira Grosser (titular)

Filipe Radajeski Spanemberg (substituto)

Gerência Executiva

Eduardo Marques Borba (titular)

Leo Arno Richter (substituto)

SEDE BRASÍLIA

Secretaria Executiva

Filipe Radajeski Spanemberg

João Lopes Conde

Equipe Administrativa

Anne Karoline Dorileo de Oliveira

Joaquim Freire da Silva

Marcos Paulo Oliveira Pontes



REVISTA ATRICON

Coordenação Priscila Oliveira (Atricon)

Conteúdo e edição Bach Villar Comunicação Estratégica

Revisão Alice Damm Santos e Renan Daltrozo de Brito

Projeto gráfico e design Melina Gasperini

Arte de capa Leandro Maciel

Fotografia Acervo Atricon

 atricon_oficial

 atricon

 atricon-oficial

 Atricon

SEDE

SGAN – Quadra 601, Bloco H,
Edifício Íon Sala 74 – Térreo
CEP 70830-018 Brasília / DF



ASSOCIAÇÃO DOS
MEMBROS DOS TRIBUNAIS
DE CONTAS DO BRASIL

www.atricon.org.br

ORIENTAÇÃO
CONTROLE

RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS

INTEGRAÇÃO